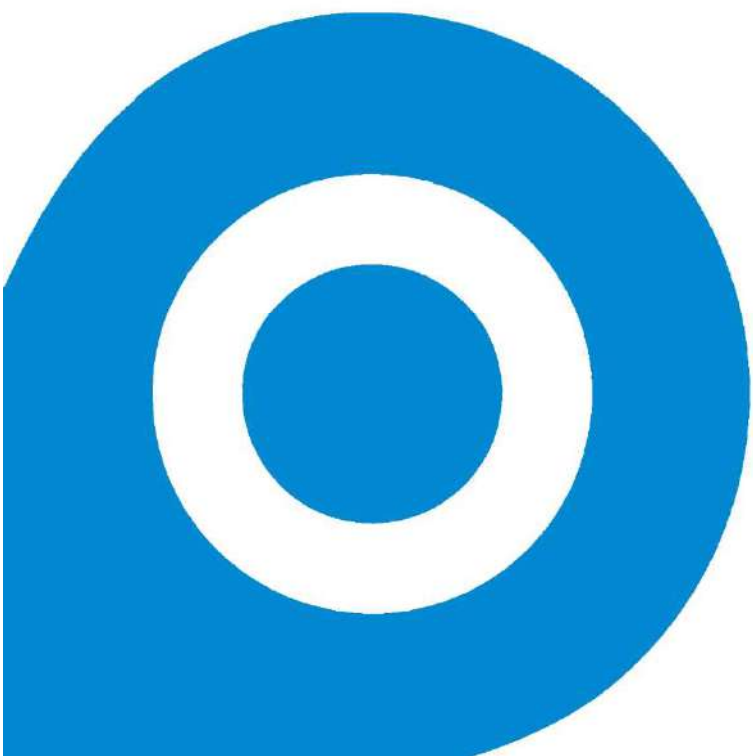


MARL – MERCADO ABASTECEDOR DA REGIÃO DE LISBOA, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2024



**Mercado Abastecedor
da Região de Lisboa**



**Mercado Abastecedor
da Região de Lisboa**

**RELATÓRIO DE
GESTÃO E
CONTAS
2024**

RELATÓRIO DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO



ÍNDICE

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	2
2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	4
3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	5
4. SÍNTESE DE INDICADORES	10
5. ATIVIDADE DA EMPRESA	11
6. RESPONSABILIDADE SOCIAL	32
7. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	36
8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	37
9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS	47
10. OUTRAS INFORMAÇÕES	47
11. PERSPETIVAS FUTURAS	48
12. REFERÊNCIAS FINAIS	49
13. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	49

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos, em nome da nossa empresa, o Relatório e Contas de 2024, um ano em que, apesar dos vários desafios com que nos deparamos, pode ser considerado como muito positivo. Num cenário económico global ainda instável e cheio de incertezas, conseguimos manter o nosso compromisso de inovar, crescer de forma sustentável e gerar valor para todos os *stakeholders*. Este resultado não seria possível sem o esforço coletivo e a dedicação incansável de cada um que faz parte da nossa organização.

Durante o ano de 2024, trabalhamos arduamente para reforçar a nossa posição no mercado e consolidar as nossas operações. Continuámos a investir na modernização das nossas infraestruturas, por forma a otimizar processos e melhorar a eficiência operacional. Para além disso, fizemos avanços importantes na área da sustentabilidade, alinhando as nossas práticas empresariais com as necessidades e exigências de um futuro mais responsável e ambientalmente consciente.

E dessa forma o MARL conseguiu no ano de 2024, não obstante dificuldades pontuais em alguns operadores de setores de atividade muito restritos (flores, pescado e restauração) e que continuam a merecer por parte deste Conselho de Administração um acompanhamento mais próximo, manter uma trajetória de crescimento e da consolidação dos bons resultados naquilo que são os diversos indicadores económicos e financeiros, incrementando de forma sustentada o volume de negócios e o resultado líquido, a par de uma redução significativa da sua dívida financeira líquida.

Assim, em 2024, e dando continuidade à rigorosa política de gestão dos recursos existentes promovida por este Conselho de Administração, centrada naquilo que é a atividade primordial do mercado e a sua interação direta com a envolvente empresarial e territorial, aliada a uma política comercial de ocupação dos espaços existentes efetiva e atuante, os indicadores económicos e financeiros do exercício foram fortemente consolidados.

Nesse sentido, refere-se que o volume de negócios em 2024 ascendeu a 15 323,9 milhares de euros, o maior de sempre na vida da empresa, e que representa um incremento de 5,4% relativamente a 2023, bem como um acréscimo de 12,6% relativamente a 2019.

No que respeita ao resultado líquido do exercício, ainda que continuando a ser impactado pelo aumento dos custos operacionais resultantes da atividade adicional relacionada com a pandemia covid-19, que foram interiorizados como permanentes, e, especialmente, pelo incremento decorrente do aumento significativo no custo da maioria dos serviços necessários à normal prossecução da atividade do Mercado, foi alcançado um resultado histórico na ordem dos 5 639 milhares de euros, o que representa o maior resultado líquido na história da empresa, contabilizando-se um acréscimo de 15,2%, relativamente ao ano transato e um acréscimo de 31,8%, relativamente a 2019.

Neste exercício alcançou-se ainda um EBITDA de 11 388 milhares de euros, também ele um valor máximo na história da empresa, que configura um incremento de 7,1% relativamente ao valor obtido em 2023 e um acréscimo de 12,0%, relativamente a 2019.

Foi ainda mantida a trajetória de redução significativa e consistente da dívida, havendo uma redução da dívida financeira líquida (-89%), de 32.123 milhares de euros (2019) para 3.587,6 milhares de euros (2024), representando este valor uma redução de 5 440 milhares de euros face a 31 de dezembro de 2023.

Nesta vertente, dando sequência à firme negociação efetuada com a banca no decurso do ano tendo em vista a melhoria das nossas condições de financiamento, temos de realçar uma diminuição de 166,3 milhares de euros (38,4%) relativamente ao ano de 2023.

Este Conselho de Administração congratula-se e considera estes resultados muito positivos, porque alcançados num período de grande incerteza e com uma espiral inflacionista que fez crescer em grande medida os nossos custos operacionais e, que obrigou a um esforço acrescido e conjugado de todos os envolvidos na operação do mercado. A começar pelos funcionários do MARL, que deram o seu melhor e conseguiram com o seu empenho e abnegação garantir a operacionalidade plena da nossa atividade, bem como a contribuir para a implementação de medidas de contenção de custos e racionalização de recursos.

Também se sublinha a excelente relação institucional existente com os nossos acionistas, os municípios de Loures e de Lisboa, e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Este clima de articulação, alinhamento e bom relacionamento é fundamental para o cumprimento dos objetivos da empresa e para a consecução de resultados desta magnitude. Adicionalmente, e porque a atividade do MARL não se esgota na sua vertente financeira, continuamos a levar a cabo e a contribuir para projetos diferenciadores como o Loures Innovation Hub, projetos de mobilidade urbana e de micrologística, bem como projetos de responsabilidade social como o 5 ao Dia e o Banco Alimentar, que, neste quadro, têm condições acrescidas para serem levados a cabo com sucesso.

Neste espetro da cooperação institucional, impõe-se igualmente fazer referência ao nosso ROC, que, em todos os momentos, se rege por uma atuação tecnicamente competente, rigorosa e equilibrada.

No que a investimentos diz respeito, demos continuidade à modernização dos nossos ativos. A modernização e requalificação do Mercado, com quase 25 anos de utilização intensiva, continua a ser, mais do que nunca, uma prioridade, agora também com uma preocupação crescente nas condições de sustentabilidade. Estamos plenamente conscientes que só dessa forma conseguiremos manter a excelência da nossa oferta de serviços e incrementar a sustentabilidade ambiental e a eficiência energética da nossa operação. Só assim estarão criadas as condições para a manutenção da satisfação dos operadores atuais, bem como para o incremento da atratividade dos nossos espaços para novos operadores, permitindo a diversificação da oferta a novos setores de atividade que trarão valor acrescentado à nossa operação.

A aposta em energias renováveis é parte desta equação, tendo sido implementada durante o ano de 2024 a entrada em funcionamento deste tipo de soluções, que irão permitir mitigar o impacto do custo da energia na operação do Mercado.

É com confiança, mas igualmente com alguma precaução que enfrentaremos a ano de 2025, pois a renegociação dos contratos de cerca de cinco centenas de operadores estará na ordem do dia, e o sucesso deste processo terá grande impacto na atividade do Mercado e nos resultados da empresa. Dentro das condições institucionais existentes, tudo temos feito para garantir a boa prossecução deste processo e, com isso, garantir a plena operacionalidade do Mercado e a sustentabilidade de médio e longo prazo da empresa.

Ao nível dos Recursos Humanos, o ano de 2024 caracterizou-se pela contratação de três técnicos superiores com diversas valências, o que constituiu um acréscimo significativo ao quadro de pessoal existente, bem como pela continuidade da tentativa de resolução de um problema estrutural encontrado quando iniciámos funções em 2021, nomeadamente a ausência de uma política agregadora de recursos humanos, assente em regras de organização, progressão e avaliação transversais, consubstanciada num Plano de Carreiras.

E logo, desde esse momento, assumimos perante a tutela e o acionista, a prioridade que teria de ser dada à valorização da dedicação e empenho dos recursos humanos, bem como o respeito pelo direito a uma carreira e à sua evolução.

Conjugar essa valorização e respeito com as regras de contratação e metas financeiras do setor público, concretizando um regulamento de carreiras, um modelo de avaliação e, se possível, um acordo de empresa, continua a ser um forte desígnio deste Conselho.

E realça-se a motivação dos recursos humanos como pedra basilar nesta estratégia integrada delineada para os próximos anos. Só com trabalhadores devidamente valorizados e com competências reforçadas conseguiremos perseguir estes objetivos ambiciosos com sucesso, reforçar o papel do MARL e do Grupo SIMAB no plano nacional e internacional, corporizando o nosso lema: “Comprometidos com o abastecimento, a logística e a Distribuição Nacional”.

2. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Durante o exercício de 2024, o ambiente global e europeu manteve alguns dos desafios que vêm marcando os últimos anos, com a persistência de tensões geopolíticas e os efeitos agravados das alterações climáticas. O conflito em curso na Ucrânia, embora com dinâmicas diferentes da sua fase inicial, continua a gerar incertezas no mercado energético – refletidas na volatilidade dos preços do petróleo – e a impactar as cadeias de abastecimento internacionais. De igual modo, a crescente vulnerabilidade dos sistemas ambientais, consequência das mudanças climáticas, permanece um fator de risco para a estabilidade global.

A economia mundial enfrentou um contexto de crescimento moderado, marcado por desafios geopolíticos, pressões inflacionistas persistentes e uma política monetária ainda restritiva nos principais blocos económicos. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta um crescimento global em torno de 3%, com disparidades entre regiões: os EUA mantêm uma expansão resiliente, enquanto a Zona Euro enfrenta um crescimento anémico devido ao impacto das taxas de juro elevadas e à desaceleração do consumo e do investimento.

Em Portugal, a economia registou um crescimento projetado em cerca de 1,9%, impulsionado pela procura interna, refletindo a aceleração das despesas de consumo final, tendo o investimento desacelerado e a desaceleração das exportações, particularmente devido à menor dinâmica da economia europeia. A taxa de inflação manteve-se em níveis controlados, prevendo-se uma média anual inferior a 3%, beneficiando da estabilização dos preços da energia e dos bens alimentares. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego permanece baixa, em torno de 6%, impulsionada pelo setor dos serviços, nomeadamente o turismo, que continua a ser um dos motores do crescimento nacional.

A inflação, apesar de apresentar sinais de arrefecimento, mantém-se em patamares que exercem pressão sobre o poder de compra e sobre a estrutura de custos das empresas, nomeadamente nos setores de serviços essenciais e operações logísticas. O Banco Central Europeu tem optado por ajustes graduais das taxas de juro, numa tentativa de equilibrar o crescimento com a contenção inflacionária. O mercado de trabalho manteve-se estável, com a taxa de desemprego a fixar-se em 6,4%, ligeiramente abaixo dos 6,5% do ano anterior. A política monetária do Banco Central Europeu (BCE) permanece um fator crítico, com um enfoque na redução da inflação para os 2% desejados, mantendo taxas de juro relativamente elevadas, o que tem impacto no custo do financiamento das empresas e das famílias. O setor empresarial enfrenta desafios acrescidos devido ao aumento dos custos de financiamento e às incertezas no comércio global, nomeadamente as tensões comerciais entre os EUA e a China e os conflitos geopolíticos que afetam as cadeias de abastecimento.

Apesar deste enquadramento desafiante, Portugal beneficia de fundos europeus do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que continuam a impulsionar o investimento em infraestruturas, digitalização e transição energética, criando oportunidades para setores estratégicos da economia. A estabilidade das contas públicas e a manutenção do rating soberano positivo são fatores que contribuem para um ambiente de confiança relativa, embora sujeito a riscos externos e à evolução da conjuntura global.

Assim, podemos concluir que 2024 foi um ano de crescimento moderado para a economia portuguesa, com estabilidade no mercado de trabalho e um setor turístico resiliente, onde um cenário de maior estabilidade política tem contribuído para um ambiente de confiança, ainda que os desafios

operacionais, especialmente os custos crescentes em áreas como higiene, segurança e manutenção, continuam a exigir uma gestão financeira e estratégica rigorosa.

No Grupo SIMAB, o acompanhamento próximo das entidades gestoras dos Mercados Abastecedores permitiu constatar a resiliência dos operadores face à volatilidade do contexto macroeconómico. A contínua implementação de medidas estratégicas e o diálogo permanente com os parceiros comerciais têm assegurado a manutenção da estabilidade operacional, mesmo com o impacto dos aumentos de custos e das pressões externas. Em síntese, apesar de um cenário global repleto de desafios, 2024 apresentou, para Portugal e para o Grupo SIMAB, sinais de ajuste e adaptação que, aliados a medidas de consolidação e modernização, sustentam a continuidade e a eficiência das operações, reforçando a sustentabilidade dos mercados a curto e médio prazo.

Perspetivas para 2025

De acordo com as previsões económicas do outono de 2024 da Comissão Europeia, espera-se que a economia portuguesa cresça 1,9% em 2025, ligeiramente acima dos 1,7% previstos para 2024. A taxa de inflação em Portugal é projetada para 2,1% em 2025, refletindo uma tendência de desinflação em linha com a média da zona euro.

No Orçamento do Estado para 2025, o Executivo aponta para uma subida do PIB, em 2025, de 2,1%, mais otimista que a Comissão Europeia (1,9%) e que a OCDE (2%), mas abaixo do que Banco de Portugal (2,2%), FMI (2,3%) e Conselho das Finanças Públicas (2,4%) projetam.

Quando comparadas com a média da Zona Euro, as perspetivas para a economia portuguesa em 2025 mostram um crescimento ligeiramente superior, dado que a Comissão Europeia projeta um crescimento médio de apenas 1,5% para a região. A inflação em Portugal deverá convergir com a da Zona Euro, que também se prevê em torno de 2%, permitindo uma política monetária mais estável. No entanto, o impacto das políticas fiscais e a execução dos fundos europeus podem proporcionar um diferencial positivo para a economia portuguesa, ao contrário de algumas economias europeias mais expostas a desafios estruturais e ao impacto das taxas de juro elevadas.

A recente queda do governo, ocorrida em março de 2025, introduz um fator adicional de incerteza para a economia nacional. A instabilidade política poderá afetar a confiança dos investidores, condicionar a implementação de políticas económicas e atrasar a execução de fundos estruturais essenciais para o crescimento. A evolução do quadro político e a capacidade de garantir estabilidade governativa serão determinantes para a concretização das previsões económicas e para a manutenção da trajetória de crescimento esperada.

3. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

A reflexão estratégica tem feito parte do dia a dia do GRUPO SIMAB, confirmando a importância da manutenção de um foco estratégico capaz de posicionar o grupo num contexto de mudança permanente e de desafios cada vez mais ambiciosos.

Dando cumprimento às orientações estratégicas específicas dirigidas aos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2021/2023, concluído o ciclo relativo ao Plano Estratégico precedente, foi dado início à elaboração de um novo documento de definição estratégica do Grupo SIMAB para o horizonte temporal 2022-2026 (PE 22-26), tendo em vista apontar um novo paradigma de gestão, mais consonante com os tempos desafiantes que se vive na atualidade, recentrando o foco do Grupo naquilo que é o seu papel de garantia das condições logísticas de abastecimento de produtos alimentares e não alimentares no território nacional.

3.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A MARL, SA tem como missão proporcionar à população bens agroalimentares de elevada qualidade e variedade, através de uma infraestrutura de suporte ao comércio grossista. Assume-se como uma organização que pretende contribuir ativamente para a melhoria da sociedade, através de uma adequada gestão do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, de modo a permitir a comercialização e distribuição de uma vasta gama de produtos e serviços.

Na prossecução da sua missão, a MARL, SA ambiciona alcançar a **visão** de ser uma empresa líder no setor enquanto primeira escolha pela qualidade dos serviços e valor entregue aos seus clientes, suportado num modelo de atuação sustentável e reconhecido pela eficiência na gestão dos seus ativos.



A MARL, SA assume como fundamentais um conjunto de **valores** que são entendidos, observados e vividos por todos os colaboradores na sua prática profissional, expressando os valores e os princípios da organização, a sua reputação, a maneira de estar dos seus colaboradores, entre si e com os restantes *stakeholders*, sejam acionistas, fornecedores, clientes, parceiros ou a sociedade em geral, traduzindo-se, entre outros e de forma sintética:

RESILIÊNCIA | Porque vivemos tempos desafiantes caracterizados pela escassez de recursos, pela turbulência do presente, pela incerteza do futuro e pela complexidade do ambiente em que operamos.

EFICIÊNCIA | Porque os recursos são escassos e importa garantir a otimização do esforço financeiro do Estado.

COMPROMISSO | Porque precisamos de estar comprometidos com a nossa missão e os resultados que pretendemos alcançar.

3.2. ORIENTAÇÕES PARA O SETOR EMPRESARIAL DO ESTADO

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARL, SA.

A MARL, SA, em 2024, continuou a ser abrangida por um conjunto de medidas definidas para as empresas do setor empresarial do Estado, estipulado na Lei do Orçamento do Estado (LOE) para 2024 (Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro) e no Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2024 (DLEO2024) (Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro), nomeadamente:

- A continuação de uma política de ajustamento dos quadros de pessoal, adequando-os às efetivas necessidades de uma organização eficiente, só podendo ocorrer aumento do número de trabalhadores nos termos do disposto no DLEO2024;
- A prossecução de uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, mediante a redução do peso dos gastos operacionais, excluídos os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais, devidamente fundamentados, relativamente ao volume de negócios verificado em 2023;

- Manutenção dos gastos com pessoal, que se devem manter iguais ou inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2023, corrigidos dos impactos de disposições legais, de indemnizações por rescisão e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo;
- A limitação do conjunto dos gastos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel, e encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, que se devem manter iguais ou inferiores aos registados em 2023. O acréscimo nestes gastos apenas pode ocorrer em situações excecionais e devidamente sustentadas em análise custo-benefício, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da empresa;
- No apuramento do crescimento global do endividamento das empresas públicas integradas no Setor Empresarial do Estado (SEE) são excluídos os novos investimentos com expressão material (que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 10 milhões de euros ou a 10% do orçamento anual da empresa).

Foram ainda tidos em consideração o conjunto de legislação sobre o SEE (Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, alterado pelo artigo 20.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro, e pelo artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro), sobre os gestores públicos e outros diplomas legais e atos administrativos que estabelecem regras, recomendações e decisões de natureza fiscal ou outras, muitas vezes de forma pontual e para um período de tempo determinado.

3.3. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO ACIONISTA

Na sequência da eleição do atual Conselho de Administração, em março de 2021, foram emanadas pelo acionista orientações estratégicas, que presidem a atividade do Grupo SIMAB, desde essa data.

A Deliberação Unânime por Escrito de 23 de março de 2021, com a eleição do Conselho de Administração da *Holding* SIMAB, SA, solicitava a apresentação de uma proposta de objetivos, indicadores e metas, que constituiria a base dos contratos de gestão a celebrar, também decorrentes do artigo 18º do Estatuto do Gestor Público (DL n.º 71/2007, de 27 de março), sendo os principais de seguida sintetizados:

- a) Desenvolver as ações necessárias de modo a garantir a evolução do modelo de negócio da SIMAB, em termos que:
 - 1. Garantam o cumprimento de serviço público;
 - 2. Assegurem a rentabilidade económica e financeira da empresa;
 - 3. Preservem os valores ao nível de segurança e garantia de saúde pública do mercado abastecedor.
- b) Promover a eficácia e eficiência da SIMAB, com racionalização do seu desenvolvimento de negócio e da sua orgânica, garantindo a contenção de custos operacionais e adequação à dimensão e perfil de negócios.
- c) Promover a consolidação da estrutura financeira da Sociedade, preservando a remuneração do capital acionista.

Conforme solicitado, foi enviado no prazo definido de 45 dias, para ser alvo de concertação, uma proposta de objetivos, indicadores e metas, com vista à celebração do referido contrato de gestão.

No seguimento dos posteriores contatos, contributos e reuniões de trabalho, foi reenviado o documento revisto. Aguardando-se da parte da Acionista decisão sobre o mesmo, razão pela qual ainda não é

possível de ser vertida neste documento, tal proposta relativa ao Contrato de Gestão, salientando-se, contudo, a existência e o prosseguimento de um Plano Estratégico

Pelo acima exposto, não existiram, em 2024, objetivos em vigor ao abrigo de Contratos de Gestão, aguardando-se, à data da elaboração do presente documento, o resultado da apreciação da proposta de objetivos e indicadores a constar nos Contratos de Gestão dos membros do CA para o atual mandato, os quais, uma vez aprovados, passarão a ser regularmente acompanhados.

3.4. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 2021, foi dado início à elaboração de um novo documento de definição estratégica do Grupo SIMAB para o horizonte temporal 2022-2026 (PE 22-26), tendo em vista apontar um novo paradigma de gestão, mais consonante com os tempos desafiantes que se vive na atualidade, recentrando o foco do Grupo naquilo que é o seu papel de garantia das condições logísticas de abastecimento de produtos alimentares e não alimentares no território nacional.

Neste enquadramento e alinhadas com as orientações estratégicas do acionista foram estabelecidos cinco objetivos estratégicos que, pretende-se, garantirão a sustentabilidade da atividade da empresa e a criação de valor a longo prazo:

1 | CRESCER & DIVERSIFICAR NA OFERTA

[Desenvolver sustentadamente a missão pública com foco no mercado nacional]

A integração no setor empresarial do Estado impõe ao grupo SIMAB uma responsabilidade acrescida para garantir a total observância da sua missão pública, em estreito alinhamento com as prioridades de política pública do país. No contexto atual em que Portugal se encontra devido aos grandes desafios internos provocados pela crise pandémica que assola o mundo, a prioridade de atuação do grupo terá como foco o mercado nacional, procurando em todos os momentos corresponder às necessidades internas, de forma a contribuir para a resiliência de Portugal. A melhoria e alargamento dos serviços internos de apoio aos mercados abastecedores e externos e de apoio aos mercados municipais são fundamentais para garantir a qualidade de serviço, atratividade dos mercados e acrescentar valor aos seus clientes.

2 | MODERNIZAR ATIVOS

[Fortalecer infraestruturas operacionais e tecnológicas]

A capacidade do grupo SIMAB - promover a prestação da sua exigente missão pública - está dependente da boa operacionalidade das suas infraestruturas. Garantir estruturas modernas, funcionais e seguras é condição obrigatória para acompanhar o nível de exigência e expectativa dos operadores e restantes *stakeholders* dos mercados. Por outro lado, permite ainda assegurar as elevadas taxas de ocupação dos espaços, garantir a segurança dos seus utilizadores e melhorar a eficiência na gestão dos ativos. O contexto da crise pandémica veio reforçar a importância da resiliência das infraestruturas para minimizar efeitos negativos no funcionamento dos mercados e na prestação do seu serviço à sociedade. Os próximos anos serão marcados pelo aceleração da transição digital em todos os setores de atividade, pelo que o grupo SIMAB terá de corresponder aos desafios deste contexto, nomeadamente assegurando que a infraestrutura tecnológica acompanhe todos os requisitos impostos pelos seus clientes e *stakeholders*.

3 | REFORÇAR A EFICIÊNCIA & PROCESSOS

[Acelerar sustentabilidade económica e financeira e operar transição digital interna]

A melhoria da sustentabilidade económica e financeira é condição obrigatória e essencial em qualquer contexto empresarial, pelo que constituirá uma prioridade que terá de ser ainda mais reforçada nos próximos anos face aos potenciais efeitos económicos ainda incertos que poderão surgir derivado ao contexto da guerra. Por outro lado, o ambiente imprevisível, desconhecido e complexo que caracteriza hoje em dia o ambiente de negócios, obriga a que o grupo SIMAB consiga desenvolver agilidade estrutural de forma a corresponder com níveis de prontidão superiores a todas as exigências com que será confrontado no cumprimento da sua missão. Neste contexto, é fundamental investir na resiliência do seu modelo organizacional e funcional.

4 | REFORÇAR A ATUAÇÃO DOS RH

[Dinamizar competências com impacto na capacidade operacional para minimizar carências de RH]

O grupo SIMAB continua a atuar num contexto marcado pela forte escassez de recursos humanos, por um lado, e, por outro lado, o elevado grau de relevância e impacto da sua missão pública para a economia à escala nacional. Estamos conscientes da importância, ambição e desafio deste objetivo. Só uma estrutura de RH adequada e capacitada poderá enfrentar com responsabilidade os desígnios da sua missão. O alinhamento das equipas com os objetivos estratégicos e estratégias dos próximos anos, o reforço de uma gestão orientada para resultados ambiciosos e o desenvolvimento de uma cultura proativa e de elevada prontidão assumirão um papel ainda mais importante no contexto atual.

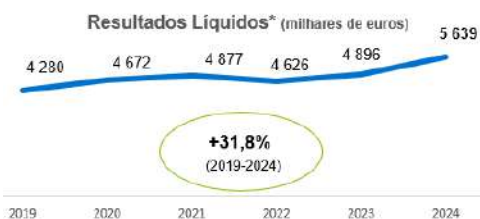
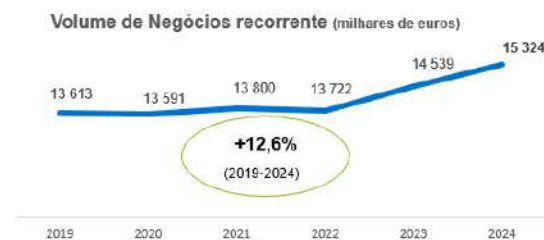
5 | CONTRIBUIR PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

[Adicionar valor às políticas públicas através da articulação de *stakeholders* & meios]

No contexto desafiante que irá marcar a nossa sociedade e o ambiente empresarial nos próximos anos, as políticas públicas necessitam de estar apoiadas numa abordagem colaborativa e proativa por parte de todos os seus *stakeholders*. Assegurar uma relação próxima, construtiva e estratégica com *stakeholders*-chave, será crucial para alavancar o impacto do valor acrescentado das políticas públicas. O cumprimento da missão pública do grupo SIMAB não se pode esgotar apenas na boa gestão do funcionamento dos mercados, pelo que o grupo pretende assumir uma postura ativa e dinamizadora nas suas obrigações em matérias de responsabilidade social e ambiental, requeridas numa política de elevado compromisso com o desenvolvimento sustentável em todas as suas vertentes.

4. SÍNTESE DE INDICADORES

INDICADORES OPERACIONAIS					
2000 24 anos em funcionamento	213 M€	101 ha	840	93%	50%
Data de início atividade	Investimento até a data	Área total	Operadores	Taxa Ocupação	RRR (Reciclagem/Recuperação/ Resíduos)
INDICADORES FINANCEIROS					
15,3 M€	11,4 M€	72%	5,6 M€	6,5%	17%
Volume de Negócios	EBITDA recorrente	Margem EBITDA	Resultados Líquidos	RCP	Rácio de Endividamento



5. ATIVIDADE DA EMPRESA

5.1. PARCERIAS INSTITUCIONAIS E PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO

PARCERIAS – Preconizando uma política de promoção do desenvolvimento e crescimento dos seus clientes e no âmbito da Investigação & Desenvolvimento e Inovação, a MARL, SA esteve envolvida em diversas parcerias.

Loures INOVA - Associação para a Inovação e Capacitação Empresarial – Loures Inova.

O *Foodlab* do MARL, trata-se de um espaço, financiado PORLISBOA, pela Câmara Municipal de Loures e pelo MARL, que pretende dar resposta às *startups*, que se encontram incubadas no Loures INOVA – Centro de Negócios e Incubação, que passou a assumir nova identidade – Loures Innovation Hub.

O FoodLab, com uma área de 400m2, vai permite dar resposta operacional a projetos ligados à transformação alimentar, sendo também uma unidade industrial de produção que, com as características com que está dotada, é única no país, tendo a capacidade de ser também um hub de lançamento direcionado a todas as marcas que pretendam lançar-se no setor agroalimentar dos mercados nacionais e internacionais.

Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia (A2S) - A MARL, SA colabora, na qualidade de associada, com a Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia (A2S), formalmente constituída em janeiro de 2015.

A2S é uma associação sem fins lucrativos e tem como finalidade a promoção do desenvolvimento económico, social e cultural da região saloia; a implementação e gestão de projetos e programas nacionais, da União Europeia ou cofinanciados, por forma a dar resposta aos desafios e objetivos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Local preconizada para o território onde se insere (Loures, Mafra e Sintra).

No segundo semestre de 2024, a Autoridade de Gestão do PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum) aprovou o plano de implementação da Estratégia de Desenvolvimento Rural (EDL) da Região Saloia para o período de 2024-2027. Foram assim garantidos cerca de 3,2milhões de euros, que vão permitir à A2S, continuar a apoiar financeiramente projetos do Concelho de Mafra, freguesias rurais dos concelhos de Loures e Sintra, incluindo as freguesias de Loures e União das freguesias de Sintra. O PEPAC, através da A2S disponibiliza apoio financeiros a fundo perdido para projetos nas seguintes tipologias: pequenos investimentos na exploração agrícola; pequenos investimentos na bioeconomia e economia circular; investimentos em diversificação, comércio e serviços associados ; inovação na comercialização, cadeias curtas e mercados locais; conservação e valorização do património rural, natural, cultural e gastronómico.

“Portugal Fresh” - A MARL, SA manteve o protocolo de colaboração com a Portugal Fresh, associação que tem como finalidade promover a fruta, legumes e flores de Portugal, nacional e internacionalmente. Esta parceria pretende facilitar o acesso dos clientes da MARL, SA (operadores), a plataformas setoriais e detentoras do “know-how” necessário para o crescimento e expansão das empresas.

Associações Representantes dos Clientes (Operadores) – Para facilitar o acesso dos seus clientes (operadores) às associações que os representam, a MARL, SA disponibilizou-lhes espaço

para o desenvolvimento de atividades, sempre com o propósito comum de defesa e harmonização dos respetivos interesses. No MARL, estão presentes associações de vários setores, designadamente a ASSOMARL – Associação dos Operadores de Frutas do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, ANAEF – Associação Portuguesa dos Grossistas de Hortofrutícolas, e a ALIF - Associação da Indústria Alimentar pelo Frio, com as quais a MARL, SA comunica e consulta, com objetivo de que a sua ação esteja alinhada com os interesses e preocupações dos seus clientes.

BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME – No âmbito da colaboração entre a MARL, SA e o Banco Alimentar contra a Fome, mantiveram-se os acordos de cedência de espaço assinados em anos anteriores, assim como a estreita colaboração com os seus responsáveis, permitindo que permaneçam todo o ano no Mercado para a recolha diária de produtos junto dos operadores.

No passado mês de maio, foi realizada uma ação de agradecimento por parte do Banco Alimentar Contra a Fome, às empresas, instaladas no MARL, que contribuem com doações de bens alimentares frescos, excedentes de produtos hortofrutícolas, que apesar de não poderem ser comercializados, podem ser consumidos em condições de higiene e segurança alimentar.



Os voluntários do BA, percorreram os Pavilhões de Hortofrutícolas, para agradecer aos operadores a disponibilidade demonstrada, e a importancia das doações no combate à pobreza e ao desperdício alimentar. Em 2024, foram doadas pelas empresas instaladas no MARL, 2.221.045,673 kg de produtos alimentares, ao Banco Alimentar.

MOVIMENTO “UNIDOS CONTRA O DESPERDÍCIO ALIMENTAR” (UCDA) - A SIMAB aderiu ao movimento cívico ‘Unidos Contra o Desperdício’ (UCDA), comprometendo-se a lutar ativamente contra o desperdício alimentar na sua atividade, envolvendo em todas as etapas da produção, transformação, distribuição e logística os agentes que possam contribuir para a sua redução.

Para contrariar este problema mundial, com impactos a vários níveis, foi criado em Portugal o UCDA, um movimento cívico e nacional, congregador e agregador, que une a sociedade num combate ativo e positivo ao desperdício alimentar, reforçando a importância de cada um de nós nesta luta. O UCDA conta com o Alto Patrocínio do Presidente da República e com o apoio do Secretário-Geral da ONU.

Com o objetivo de facilitar o aproveitamento de excedentes, tornando habitual a luta contra o desperdício alimentar, incentivar e facilitar a doação das sobras, bem como promover um consumo responsável, o UCDA foi fundado por várias entidades, congregadas pela Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares, sendo um Movimento com várias vozes e diferentes tons, que une e congrega empresas, instituições, o público e o privado e as várias gerações em torno do objetivo único de lutar contra o desperdício alimentar.

No Grupo SIMAB, as boas práticas implementadas têm sido e permaneceram em 2024:

- Os operadores dos mercados abastecedores doam alimentos ao Banco Alimentar contra a fome;
- No MARL, os subprodutos de 'categoria 3' são encaminhados para rações animais;
- Implementação da 'Rota de Orgânicos' no MARL, através da qual se encaminha, para destino final, a maioria dos orgânicos para uma central de compostagem;
- 'Associação 5 ao Dia' – capacitação de crianças a reduzir o desperdício alimentar, com o foco nas frutas e legumes.



5.2. ÁREA COMERCIAL

Em 2024, a evolução comercial foi positiva, as empresas grossistas de hortofrutícolas continuam a apresentar, na generalidade, maior capacidade de adaptação, tendo, em muitos casos, havido mesmo um aumento do seu volume de negócios, pelo facto de os compradores, designadamente os formatos tradicionais de comércio, isto é, operadores de mercados municipais, mercearias, frutarias e minimercados, mas também os hipermercados e supermercados, terem visto, como sempre identificámos, a procura aumentar e, igualmente, em virtude do aumento do comércio online, da entrega ao domicílio e do aumento das encomendas através das redes sociais e mesmo telefónicas, para os quais muitas reorientaram parte da sua atividade. A generalidade dos contratos, cujo prazo terminou em 2024, foram renovados.

No sector do Pescado, verificou-se uma consolidação da atividade de algumas instaladas, que devido às alterações que se tem vindo a registar na comercialização por grosso de pescado fresco, têm assumido a contratualização de mais espaços de venda e de logística de forma a dar resposta às necessidades em especial dos clientes do canal HORECA.

Destaque ainda para a contratualização de uma área de cerca de 10.000 m2, que permitirá a construção de um edifício com 6.000 m2, e de um entrepiso, com 4.000 m2, num edifício já existente, com um operador logístico. Prevê-se que a construção do novo edifício esteja concluída no início de 2026.

Estão a ser desenvolvidas negociações, para a contratualização de uma área de 279m2, localizada no NAC (Núcleo Administrativo e Comercial), a formalização do contrato deverá ocorrer até ao final do primeiro trimestre de 2025.

GRANDES CLIENTES / OUTRAS ÁREAS – 2024 foi um ano relevante na consolidação e expansão da atividade de empresas instaladas no MARL. A logística e os transportes continuaram a revelar-se fatores determinantes para o desenvolvimento das transações comerciais. Por seu turno, a localização privilegiada do MARL (fácil acesso aos principais eixos rodoviários do país,

proximidade ao Aeroporto de Lisboa e aos principais portos marítimos nacionais) impõe-se como fator diferenciador para as empresas de transporte e de logística.

Foi renovado o contrato de utilização, com uma empresa que se dedica à produção de brinquedos didáticos, e que desenvolve atividade no Mercado desde 2015, num entreposto com uma área de cerca de 15.000 m².

Na área da logística e transportes, mais especificamente de produtos alimentares, foi contratualizada uma área de 121m².

SETOR HORTOFRUTÍCOLA (PLATAFORMA DOS ÁLAMOS) – O setor do comércio hortofrutícola é o que regista uma atividade de maior dinamismo no MARL, mantendo uma taxa de ocupação de 100% e refletindo, assim, a dinâmica das empresas instaladas nos respetivos pavilhões, onde se verifica a absorção de espaços através da cedência de posição contratual. Em 2024 foram formalizadas 34 cessões de posição, 3 novos contratos e 3 renovações contratuais.

A organização e distribuição física dos pavilhões, por dimensão e tipologia (entrepostos, grossistas, médios grossistas e produtores), facilitam uma maior e mais pormenorizada monitorização das atividades dos clientes da MARL, SA, deixando perceber as carências e dificuldades de cada um dos grupos, independentemente da sua dimensão ou especificidade.

A este propósito, são notórias as sinergias nas trocas comerciais entre operadores de diferentes dimensões, relevando-se o facto dos grossistas a operar no mercado internacional - que se especializaram, entretanto, na importação de produtos hortofrutícolas mais específicos - efetuarem as suas trocas comerciais com médios grossistas igualmente instalados no MARL, que posteriormente os transacionam para o retalho.

As rescisões verificadas nos pavilhões de venda do setor hortofrutícola foram pontuais e a elevada procura permitiu a quase imediata contratualização dos mesmos. Das 3 rescisões contratuais, apenas uma ocorreu de forma unilateral, mas foi possível chegar a um acordo de pagamento com o ex-operador, os outros 2 espaços foram contratualizados de imediato.

Quanto ao pavilhão A10, destinado aos pequenos grossistas, composto por 188 espaços de 17m², é caracterizado por uma ocupação de pequenas e microempresas, ou mesmo por empresários em nome individual, sendo alguns deles produtores agrícolas. Durante o ano em apreço, foram formalizadas 13 cedências de posição.

No que diz respeito ao Pavilhão dos Produtores (A03), registaram-se 239 inscrições de produtores, tendo-se verificado uma diminuição do número de inscritos em relação ao ano anterior - menos 21, facto que configura alguma redução na atividade deste pavilhão. A diminuição do número de inscrições poderá estar relacionada com idade avançada da grande maioria dos pequenos produtores, que desenvolvem atividade neste pavilhão. O Pavilhão A03 muito visitado pelos utentes do Mercado, onde se efetua a venda direta produtor/comprador, em espaços de 3m², de acordo com diferentes modalidades de reserva: mensal, alguns dias ao mês e diária.

Neste setor, salienta-se ainda a ocupação de três entrepostos (A09, A11 e A12) por empresas importadoras/exportadoras, de logística e transportes de produtos hortofrutícolas.

SETOR DO PESCADO E POLIVALENTE (PLATAFORMA DO ROUCO) – O pavilhão do pescado (R07) do MARL é a única infraestrutura do país com número de controlo veterinário e licença sanitária, a par de outros serviços de apoio às transações dos grossistas, nomeadamente câmaras de frio e gelo laminado, o que representa uma mais-valia para as empresas do setor, a quem se impõem exigências higio-sanitárias cada vez mais preponderantes na comercialização de pescado fresco

A taxa de ocupação deste pavilhão manteve - se estável, foram formalizados 9 renovações contratuais e 4 novos contratos, com empresas que já desenvolvem atividade no Pavilhão R07, sendo que duas dessas aumentaram a área comercial contratualizada, em 121m² e 119m² respetivamente. Menos positivo, a formalização de 9 rescisões, sendo que uma ocorreu em virtude de a empresa ter passado a ocupar uma área de maior dimensão e duas por rescisão unilateral, tendo sido possível chegar a um acordo de pagamento para recuperação dos valores em dívida. Quanto à outra empresa não foi possível chegar a um acordo, encontrando-se o processo em fase de recuperação da dívida por via judicial.

A quantidade de pescado fresco que entra no MARL e que se destina à grande distribuição é hoje assaz significativa, mas este canal é cada vez mais seletivo na escolha que faz dos fornecedores. Os grossistas, pela sua dimensão, desenvolveram, entretanto, uma dinâmica de transações em grande quantidade e qualidade, o que lhes possibilita a aposta em clientes de maior dimensão (grandes superfícies, exportações, e outros grupos de grande e média dimensão).

O Pavilhão Polivalente registou uma taxa de ocupação de 98%, este pavilhão funciona essencialmente como entreposto, no qual desenvolvem atividade empresas de diversos setores de atividade. Em 2024, foi formalizado, 4 renovações contratuais, 1 contrato e 2 rescisões.

SETOR DAS FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS – É o setor de atividade que apresenta uma menor rotatividade de operadores, nos últimos anos tem vindo a registar uma redução do número de empresas que desenvolvem atividade no pavilhão R02. Em 2024 salienta-se a expansão da atividade de duas empresas que já desenvolviam atividade no pavilhão, uma através da celebração de um novo contrato, passou a ocupar uma área de 33m², sendo que a outra assumiu um contrato por cedência de posição contratual, passando a desenvolver a sua atividade comercial numa área de cerca de 56m². Verificaram-se ainda 3 rescisões contratuais, sendo que uma delas ocorreu por dissolução da empresa

Estas novas contratualizações, vêm consolidar a tendência já verificada no ano anterior, de algumas das empresas instaladas estarem a apostar na expansão da atividade no Pavilhão R02.

TAXA DE OCUPAÇÃO

O quadro seguinte apresenta as taxas de ocupação dos pavilhões principais do MARL a 31 de dezembro de 2024:

Ocupação dos Pavilhões

Pavilhão	Nº Espaços				Tx. Ocup 31/12/24
	Total	Ocupados 31/12/23	Ocupados 31/12/24	Disponíveis 31/12/24	
Pavilhões Principais - Plataforma dos Álamos					
A01	72	72	72	0	100%
A04	72	72	72	0	100%
A05	36	36	36	0	100%
A06	72	72	72	0	100%
A07	36	36	36	0	100%
A08	72	72	72	0	100%
A10	188	188	188	0	100%
A11	4	4	4	0	100%
Pavilhões Principais - Plataforma do Rouco					
R02	92	66	69	23	75%
R04	60	60	59	1	98%
R07	120	100	99	21	83%

5.3. MARKETING INSTITUCIONAL

As ações de marketing institucional do MARL, desenvolvidas no âmbito do seu funcionamento diário, têm como objetivos principais (i) fortalecer a relação de proximidade entre a MARL, S.A. e os seus clientes, bem como os restantes *stakeholders*; (ii) potenciar a atividade comercial, socioeconómica e ambiental da empresa; e (iii) aumentar a notoriedade e o goodwill do MARL enquanto equipamento público e plataforma de referência na cadeia agroalimentar, a nível nacional e internacional, abrangendo as áreas de produção, transformação, comercialização e distribuição de produtos alimentares e não alimentares.

Em 2024, deu-se continuidade à implementação do modelo de marketing institucional da MARL, S.A., de acordo com as linhas gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração, com especial enfoque em iniciativas de comunicação do próprio MARL enquanto a mais importante plataforma logística de base agroalimentar do País.

A estratégia de marketing institucional incluiu ações de comunicação tanto *above* como *below the line*, com destaque para a imprensa escrita, site institucional, redes sociais, plataforma automática de marketing e eventos técnicos e comerciais.

Entre as atividades e iniciativas mais relevantes destacam-se:

VISITA TÉCNICA DO MUNICÍPIO DE LOURES AO MARL

No dia 7 de fevereiro, a Câmara Municipal de Loures, através da sua Divisão de Energia e Sustentabilidade, realizou uma reunião e visita técnica ao MARL. O objetivo principal foi conhecer as instalações do Mercado e recolher dados relevantes para o desenvolvimento do 'Plano de Ação Climática de Loures (PAC Loures)'.

SIMAB/MARL NO SEMINÁRIO DE APRESENTAÇÃO DA 'ESTRATÉGIA PARA A TRANSIÇÃO ALIMENTAR NA AML'

No dia 18 de março, a SIMAB/MARL marcou presença no seminário final de apresentação da 'Estratégia para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa (AML)', realizado na CCDD-LVT.

O evento contou com a participação de mais de 40 entidades parceiras, que, ao longo de mais de três anos, trabalharam em conjunto para desenvolver um modelo territorial que visa enfrentar o desafio da transição verde, promovendo a sustentabilidade, resiliência e valorização do sistema alimentar metropolitano.

MARL NA MOSTRA 'LOURES INVESTE EM SI'

O MARL esteve presente no Pavilhão Paz e Amizade, em Loures, de 4 a 6 de abril, na mais recente edição da mostra 'Loures Investe em Si', com o tema central "Valorizar pessoas e empresas". Este evento teve como objetivo destacar o tecido empresarial e o ecossistema de inovação de Loures, promovendo a atividade desenvolvida pelo Município nas áreas de inovação, comércio e indústria.

A mostra visou ainda reforçar a mobilização de *stakeholders* locais, com o intuito de impulsionar o crescimento económico sustentável. Com entrada livre, a iniciativa foi direcionada tanto ao tecido empresarial como à população em geral, permitindo uma maior interação e troca de conhecimentos.



DELEGAÇÃO DA EMBAIXADA DA ÍNDIA VISITOU O MARL



No dia 19 de abril, o MARL recebeu a visita de uma delegação da Embaixada da Índia, composta por membros do Ministério das Indústrias de Processamento Alimentar do Governo da Índia, juntamente com representantes da InvestIndia e da Federação das Câmaras de Comércio e Indústria Indianas (FICCI).

A visita teve como objetivo estabelecer um diálogo sobre o setor agroalimentar, partilhar conhecimentos e explorar oportunidades de cooperação entre os dois países.

LOURES INNOVATION HUB



A SIMAB e o MARL têm concentrado esforços no desenvolvimento das empresas já estabelecidas nos Mercados Abastecedores do Grupo, ao mesmo tempo em que apoiam o crescimento de novas empresas, produtos e serviços com potencial para impulsionar o setor agroalimentar e a logística em Portugal. No âmbito da componente de 'Investigação & Desenvolvimento e Inovação', a SIMAB e o MARL, enquanto um dos líderes deste movimento associativo juntamente com o Município de Loures e o Instituto Superior Técnico, têm desempenhado um papel ativo como promotores técnicos do LOURES INNOVATION HUB.

Este envolvimento visa fomentar a inovação e a colaboração, contribuindo para o avanço do setor e para o desenvolvimento de soluções sustentáveis e de valor agregado no ecossistema agroalimentar.

CAMPANHA DE AGRADECIMENTO DO BANCO ALIMENTAR AOS OPERADORES DO MARL

O Banco Alimentar Contra a Fome (BACF) está presente no MARL há vários anos, mantendo uma equipa permanente de colaboradores e voluntários dedicada ao contacto com os operadores. Diariamente, o BACF recebe doações de frutas e legumes dos operadores do MARL, que são posteriormente encaminhadas para o Armazém de Alcântara e distribuídas às Instituições de Solidariedade Social parceiras.

No dia 23 de maio, o BACF realizou a sua 'Campanha de Agradecimento Anual aos Operadores do MARL', reconhecendo o apoio contínuo e a colaboração na luta contra a fome e o desperdício alimentar.

REUNIÕES PLENÁRIAS DA REDE FOODLINK

A SIMAB/MARL tem desempenhado um papel ativo na rede FoodLink - Rede para a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa, tendo participado de várias reuniões e atividades ao longo do ano. No dia 6 de maio, a SIMAB/MARL, na qualidade de coordenador do eixo de 'Transformação, Comercialização e Distribuição de Alimentos', participou numa reunião com o objetivo de definir um roteiro de ação para o período de 2024-2026. Este eixo é um dos quatro novos componentes da estrutura de governação da Rede, sendo os restantes: 'produção', 'consumo' e 'valorização de resíduos orgânicos'.

A SIMAB/MARL também esteve presente na reunião de coordenação da rede FoodLink no dia 27 de maio, realizada na CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, e participou, no dia 10 de julho, na 22ª reunião da rede na Escola Agrícola Dom Dinis, na Paia.

Mais recentemente, no dia 4 de dezembro, a SIMAB/MARL marcou presença numa sessão organizada pela NOVA Medical School (NMS), com o objetivo de reforçar o compromisso com a Transição Alimentar na Área Metropolitana de Lisboa (AML). O evento incluiu um workshop prático, 'Do Prado ao Prato',

realizado no inovador Kitchen Lab, e destacou a importância da NMS no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis.

Desde 2021, a SIMAB/MARL tem sido um membro ativo da rede FoodLink, coliderando o pilar de Transformação, Comercialização e Distribuição, e promovendo o planeamento e a gestão de sistemas alimentares sustentáveis com foco na melhoria dos setores de produção, distribuição e logística na AML.

'MAIO, MÊS DOS MERCADOS' 2024 | VÍDEO-REPORTAGEM MARL, MERCADO MUNICIPAL DE SESIMBRA E MERCADO MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS

O Grupo SIMAB tem a responsabilidade de dinamizar, em Portugal, a iniciativa internacional 'Love Your Local Market', designada no nosso país como 'Gosto do Meu Mercado'. A iniciativa conta atualmente com mais de 50 Municípios associados, tanto no Continente como nas Ilhas.

Em 2024, a campanha de comunicação 'Maio, Mês dos Mercados' foi desenvolvida em várias regiões de Portugal. Como parte dessa iniciativa, foi produzido o primeiro vídeo-reportagem para divulgar a relação funcional e comercial entre o MARL e os Mercados Municipais da sua área de influência.

O filme ilustra a parceria com os Mercados Municipais de Sesimbra e de Torres Vedras, situados nas áreas sul e norte da Área Metropolitana de Lisboa, respetivamente. O objetivo deste vídeo é evidenciar o papel dos mercados na promoção e valorização dos sistemas alimentares competitivos, sustentáveis e de proximidade, reforçando a importância de fortalecer esses modelos em várias regiões do país.

A ESCOLA PROFISSIONAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL AO MARL



No dia 24 de maio, no âmbito da disciplina de 'Economia e Gestão Agrícola' da Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Cister/Alcobaça, um grupo composto por 23 alunos do 10.º ano do Curso Profissional Técnico de Produção Agropecuária realizou uma visita ao MARL.

Esta atividade teve como objetivo proporcionar aos alunos uma visão prática sobre o funcionamento do Mercado Abastecedor e a importância da logística e comercialização no setor agroalimentar.

APRESENTAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE VALORIZAÇÃO DOS MERCADOS DA AML

A SIMAB/MARL participou no fórum "Estratégias de Valorização dos Mercados Locais", realizado no dia 18 de junho no Mercado Municipal do Livramento, em Setúbal. Este evento fez parte das atividades do projeto AML Alimenta, e teve como principal objetivo a apresentação pública da Estratégia de Valorização dos Mercados da Área Metropolitana de Lisboa (AML), além de proporcionar um debate sobre as principais problemáticas que afetam os mercados locais, contando com a participação de especialistas e técnicos da gestão de espaços comerciais de diversas regiões do país.

O AML Alimenta integra o 'Plano Nacional para a Alimentação Equilibrada e Sustentável' (PNAES), da Rede Rural Nacional. Desenvolvido através da parceria entre A2S, ADREPES, a Área Metropolitana de Lisboa e a Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, o projeto tem como objetivos promover a alimentação saudável e sustentável, valorizar a dieta mediterrânica e combater o desperdício alimentar na Área Metropolitana de Lisboa.

MARL DISTINGUIDA PELO 'SELO DA IGUALDADE SALARIAL' 2024

No dia 14 de novembro, comemorou-se o 'Dia Nacional para a Igualdade Salarial', um marco que sublinha a importância de erradicar as desigualdades remuneratórias entre mulheres e homens. Em Portugal, as mulheres continuam a ganhar, em média, menos 13% do que os homens, com a diferença a aumentar para 16% quando se consideram prémios e subsídios regulares.

É com grande satisfação que a MARL foi distinguida pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) com o 'Selo da Igualdade Salarial' 2024, em reconhecimento pelas boas práticas implementadas na promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens, por trabalho igual ou de igual valor.



Este galardão é um reflexo do compromisso contínuo da empresa com a igualdade de género e com a eliminação das disparidades salariais, alinhando-se aos objetivos estabelecidos pela Lei n.º 60/2018, de 21 de agosto. Atribuído anualmente, o 'Selo da Igualdade Salarial' distingue as entidades empregadoras que adotam medidas exemplares na promoção da igualdade salarial, através de critérios de discriminação positiva e boas práticas. A MARL acredita que a equidade salarial é essencial para a construção de um ambiente de trabalho mais justo e inclusivo, e compromete-se a continuar a trilhar este caminho de responsabilidade e impacto social, em prol de um futuro mais igualitário.

SÍTIO MARL (www.marl.pt)

Ao longo de 2024, o sítio do MARL foi constantemente atualizado com informações relevantes, como relatórios das empresas, notícias, eventos, atividades dos operadores, otimização de recursos energéticos, questões ambientais, entre outras. No âmbito da comunicação institucional, o site do MARL oferece, ainda, aos operadores, clientes e restantes *stakeholders*, a possibilidade de consultar, por exemplo, os horários do Mercado repartidos por área de atividade, relatórios das análises à água e do controlo de pragas, garantindo total transparência e acesso fácil às informações necessárias.

Em 2024, foi dado início ao projeto de remodelação do novo site do MARL, que seguirá o modelo gráfico desenvolvido para os restantes sites do Grupo SIMAB. Este projeto visa não apenas modernizar a imagem digital da plataforma, mas também torná-la mais intuitiva e acessível para os seus utilizadores. O novo site será mais user-friendly, com uma navegação otimizada e informações mais detalhadas e atualizadas sobre a atividade do MARL.

O projeto tem previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2025, e espera-se que seja um importante passo para melhorar a comunicação institucional e facilitar o acesso à informação para todos os *stakeholders* do MARL, reforçando a presença digital do MARL enquanto um pólo de referência no setor.

REDES SOCIAIS

Em 2024, a comunicação institucional do MARL continuou a ser dinamizada através das suas páginas oficiais nas redes sociais – Facebook, LinkedIn e Instagram – com a inserção regular de conteúdos relevantes. Esta estratégia reforçou a proximidade com os seus operadores, clientes destes e *stakeholders*, promovendo a atividade do Mercado e dos seus operadores.

Para além da divulgação da participação do MARL em eventos, encontros e reuniões de trabalho, foram também emitidas peças promocionais sobre o Mercado e os seus operadores, bem como publicações alusivas a datas festivas e comemorativas. A comunicação institucional integrou ainda notícias da União Mundial de Mercados Abastecedores (WUWM) e informações sobre a atividade diária e regular do Mercado, contribuindo para uma maior visibilidade da sua operação.

Adicionalmente, foram partilhadas presenças em eventos técnicos, visitas institucionais e técnicas, bem como documentos técnicos de interesse para os diversos agentes do setor.

CAMPANHA 'PORTUGAL SOU EU'

Em 2024, o Grupo SIMAB e a AIP – enquanto entidade operacional da campanha nacional 'Portugal Sou Eu', coordenada pelo IAPMEI – mantiveram o protocolo de colaboração que reforça o compromisso com a valorização da produção nacional.

Este protocolo prevê a adesão das empresas do Grupo SIMAB, incluindo a MARL, ao programa, bem como a promoção e difusão conjuntas das iniciativas associadas a esta campanha de apoio à economia nacional. No âmbito desta parceria, foram desenvolvidas ações específicas no MARL, promovendo a identificação e valorização de produtos e serviços de origem nacional.

Entre as iniciativas implementadas, destaca-se a divulgação do logótipo da campanha junto dos operadores do Mercado, incentivando a sua incorporação na comunicação dos seus produtos e serviços. Adicionalmente, o logótipo do programa "Portugal Sou Eu" passou a integrar os materiais de comunicação do MARL, reforçando a mensagem de apoio à economia de base nacional e contribuindo para a sensibilização dos diferentes agentes económicos.

Esta estratégia consolidou o posicionamento do MARL como um agente promotor da produção nacional, alinhado com os objetivos da campanha e com a missão do Grupo SIMAB de fortalecer o setor agroalimentar e a logística em Portugal.

5.4. ÁREA OPERACIONAL

Relativamente à área operacional do MARL, em 2024, não existiu alteração dos principais prestadores de serviços.

Introduziu-se prestação de serviços autónoma no que concerne à manutenção do sistema automático de deteção de incêndios, por forma a garantir uma melhor operacionalidade do mesmo.

Após autorização das Secretarias de Estado, procedeu-se à efetivação da atualização do contrato de Segurança e Vigilância.

Adjudicaram-se ainda procedimentos para prestação de serviços para a Eco Área, para a Desinfestação, Manutenção dos Equipamentos de Incêndio.

Foi alargado o âmbito do contrato dedicado aos equipamentos AVAC, passando a abranger todos os chillers dos Pavilhões instalados na plataforma dos Álamos.

LIMPEZA E RESÍDUOS - Nesta área voltou a verificar-se um aumento dos valores de reciclagem/valorização de resíduos face ao ano anterior. A taxa de reciclagem, em 2023, foi de 44,74%, registando um aumento para 49,71% em 2024.

Em face dos encerramentos da Valorsul, CTRSU e ETVO, foi necessário recorrer, complementarmente, a outras entidades para o tratamento dos resíduos indiferenciados e orgânicos.

SEGURANÇA - Em 2024 foi atualizado o valor do contrato de prestação de serviços, após o mesmo ter sido autorizado pelas tutelas. No sentido de assegurar o normal funcionamento do Mercado e de preservar a capacidade de atuação em matérias que, em algumas situações, se encontram vedadas à equipa de segurança, mantivemos os elementos gratificados da GNR, serviço iniciado em contexto da Pandemia Covid 19. A presença destes elementos proporciona uma capacidade de atuação mais alargada na fiscalização do Mercado

SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS – foi adjudicada prestação de serviços autónoma apenas para acompanhamento do SADI.

Instalaram-se novos sinalizadores nos escritórios do Pavilhão A05 e foram adquiridos 24 novos carretéis de incêndio.

INTERVENÇÕES EM EDIFÍCIOS, INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS - Ao nível das intervenções de reposição e alargamento da capacidade produtiva dos equipamentos e instalações da MARL, SA, no ano de 2024, destacamos as seguintes intervenções:

- Continuação da reabilitação de coberturas e fachadas do edifício do NAC;
- Conclusão da reabilitação da galeria exterior do piso 2 do NAC;
- Reabilitação do edifício da Feelgreen – sistema de SADI;
- Início dos trabalhos de reabilitação das condutas de drenagem pluvial e águas residuais (topo sul do A01);
- Reabilitação do pavimento betuminoso e marcações viárias na plataforma do Rouco;
- Trabalhos de reparação na rede viária do MARL – reparações pontuais ao nível do betuminoso e das infraestruturas – execução de lombas redutoras de velocidade;
- Reformulação das áreas de estacionamento, localizadas na plataforma superior (poente);
- Instalação de novas UPAC's (6 UPAC's);
- Instalação de novos pórticos para controlo dos acessos às áreas de estacionamento do Mercado;
- Limpeza global dos espaços verdes adjacentes ao sistema viário do Mercado e Bacia de Retenção;
- Reforço do sistema de CCTV do Mercado – aquisição de novos equipamentos (câmaras) para reforço do sistema de videovigilância do Mercado;
- Reabilitação e extensão da vedação da plataforma superior (nascente);
- Reabilitação dos núcleos de acesso do topo norte do R02;
- Instalação de duas novas claraboias no Pavilhão R02 (zona norte e central);
- Adjudicação da instalação de novas claraboias no Pavilhão A03;
- Reforço da sinalética do Mercado;
- Adjudicação da empreitada de fornecimento e instalação de equipamento LED para as torres de iluminação da rede viária/áreas de estacionamento, cais de acostagem dos pavilhões, galeria exteriores de acesso aos escritórios do piso superior dos pavilhões e núcleos de acessos, cuja instalação terá início em 2025 - para melhoria das condições de luminosidade e segurança do mercado;

- Aquisição de novos equipamentos multifunções;
- Aquisição de novas unidades de climatização para o piso dos escritórios;
- Manutenção dos reservatórios de água do mercado;
- Reativação dos equipamentos de controlo de acessos na portaria do Rouco (aquisição de novas barreiras e equipamentos acessórios);
- Aquisição de novas Rack's para instalação no edifício dos prestadores de serviços;
- Aquisição de novas colunas para o auditório;
- Revisão de toda a infraestrutura de suporte do sistema de som do Pavilhão A03, com introdução de duas novas colunas;
- Monitorização do talude sul (muro M1) e conclusão da limpeza do mesmo;
- Aquisição de 10 portas de alumínio para os wcs e de 2 novas portas para as galerias técnicas;
- Aquisição de cestos de retenção e grelhas de pavimento;
- Adjudicação de intervenção corretiva em todos os chillers da plataforma dos álamos;
- Instalação de 3 novas cortinas de enrolar no Pavilhão R02 e aquisição de uma nova porta seccional para o Pavilhão R04;
- Aquisição de equipamentos para os wcs (tampas de sanitas, dispensadores de sabão);
- Compra de 100 cinzeiros exteriores.

REGULAMENTO INTERNO DO MERCADO – Ao abrigo do Regulamento Interno do Mercado (RI) foram aplicados, em 2024, 49 registos de ocorrência (26 em 2023).

5.5. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E TELECOMUNICAÇÕES

Em 2024, a área de Sistemas de Informação deu continuidade ao plano que visa alcançar uma gestão eficiente dos equipamentos e serviços que lhe estão afetos, numa perspetiva de grupo e com enquadramento na prestação de serviços da MARL, SA à SIMAB, SA, e, por inerência, a todas as empresas do Grupo.

Do conjunto de iniciativas e atividades realizadas, destacam-se:

- Gestão dos serviços DNS ("*domain name services*") do domínio MARL.PT; gestão dos serviços internos de DNS do domínio MARL.PT; manutenção/inserção de informação interna na intranet; "*help desk*" aos sistemas de informação; apoio aos utilizadores da Plataforma Eletrónica de Contratação; "*updates*" e "*upgrade*" do ERP Primavera; "*updates*" e "*upgrade*" do Sistema de Gestão de Contratos; "*updates*" do "*firewall*"; atualização do antivírus no Grupo SIMAB; licenciamento "Microsoft", que abrange o licenciamento das componentes de servidor, de servidor de correio, de servidor de base de dados e de gestão de rede. No que diz respeito a "*desktop's*", abrange o sistema operativo, a "suíte" de aplicativos para escritório e ligação aos servidores;
- Aquisição de equipamentos periféricos para reforço da atividade dos colaboradores, nomeadamente, novos monitores, ratos ergonómicos;
- Aquisição de novos servidores e storage para virtualização;
- Migração para a versão V10 do ERP Primavera;

- A gestão da segurança da rede através do Panorama (gestão centralizada), permite a criação de políticas consolidadas, com funcionalidade líder do setor e uma base de regras eficiente, obtendo informações sobre o tráfego e ameaças em toda a rede do Grupo SIMAB;
- O *IoT Security* gera automaticamente recomendações e políticas de segurança para controlar o tráfego de dispositivos, bem como a criação automática de atributos para os vários equipamentos/dispositivos que serão aplicados nas políticas de gestão das *Firewalls*;
- Aquisição de novos equipamentos para o sistema de CCTV do mercado (gravador e switch's de comunicações);
- Novo contrato associado aos novos equipamentos multifunções;
- Projeto para a implementação de um DR.

5.6. EFICIÊNCIA DE RECURSOS E RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A MARL prosseguiu os seus esforços para reduzir os impactos ambientais resultantes da atividade do Mercado. Alinhada com a política do Grupo SIMAB, manteve o acompanhamento das temáticas relativas à eficiência de recursos, designadamente os procedimentos já existentes de controlo e monitorização dos diversos consumos de energia e de água.

Neste contexto, nos últimos anos destaca-se a consolidação do funcionamento diário da 'Eco-Área' do MARL, para a qual diariamente os retalhistas (compradores) que acedem ao Mercado são direcionados, de modo a aí depositarem eventuais resíduos nos contentores separativos que aí se encontram (papel/cartão, madeiras, plásticos, indiferenciados), bem como para o reforço da rota de orgânicos e alargamento da recolha seletiva aos operadores mais relevantes, designadamente os instalados na plataforma superior.

Desde 2020 que tem sido relevante a eficiência criada neste processo de depósito, seleção e triagem, recolha e transporte, tendo sido criados hábitos e mudanças comportamentais bastante positivos junto dos operadores e seus clientes, quer promovendo a higião e qualidade geral do espaço de Mercado, quer potenciando a operação e reduzindo os custos de limpeza.

Estas ações permitem melhorar a eficiência operacional e a monitorização do desempenho da atividade, nas suas diferentes componentes operacionais, e garantir acrescidos níveis de serviço e governabilidade, para além da prossecução dos objetivos de responsabilidade ambiental.

Mantiveram-se ativos dois pontos distintos de carregamento de baterias de veículos elétricos nos parques de estacionamento do MARL, contribuindo para um Mercado Abastecedor cada vez mais verde e ecológico, sustentável com soluções amigas do ambiente.

Instalação de pontos de carregamento próprios, por parte de alguns operadores do mercado, no espaço de estacionamento previsto contratualmente, para as respetivas frotas de viaturas.

Este incentivo à mobilidade elétrica é um importante contributo para a mobilidade sustentável e para o aumento da eficiência energética no transporte, com soluções para os seus clientes, ou potenciais clientes, com viaturas elétricas que, através de cartão, de acesso aos postos de acesso público da Rede, de comercializador de eletricidade para a Mobilidade elétrica (CEME), terão acesso a carregamento rápido ou semirrápido, dentro das instalações do MARL, que passa a estar identificado como local na rede Mobi.E.

As ações desenvolvidas fortalecem o objetivo estratégico de posicionar o MARL como uma plataforma logística cada vez mais eficiente, ambientalmente sustentável e, através das potenciais poupanças na racionalização dos consumos, alavancar ainda mais o seu crescimento económico.



Alinhada com os objetivos globais do ECO.AP 2030, do Plano Nacional Energia e Clima 2030, a MARL e as restantes empresas, no cumprimento da RCM n.º 104/20, de 24 de novembro através dos gestores de energia e recursos (GER), designados, procedem ao registo dos dados referentes às instalações e frotas, bem como

consumos de energia, água, materiais, entre outras informações, no portal Barómetro ECO.AP, utilizando as funcionalidades disponibilizadas, sendo a monitorização efetuada por este portal.

Por Despacho do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Economia¹, área governativa das empresas do Grupo SIMAB, foram estabelecidos os objetivos e/ou metas para o triénio 2022 -2024, tendo por referência o ano de 2019.



INDICADORES	2022	2023	2024	Δ% 24/23	Δ% 24/19
Água: Consumo efetivo na atividade* (m ³)	42 402	31 117	30 890	✓ -1%	✓ -37%
Indicador Eficiência Água-Vol Neg (m ³ /m€) ⁽¹⁾	3,1	2,1	2,0	✓ -6%	✓ -44%
Energia MT: Consumo excluindo redébitos aos Operadores (MWh)	2 712,4	2 508,6	2 481,5	✓ -1%	✓ -29%
Indicador Eficiência Energia-Vol Neg (kWh/m€) ⁽²⁾	197,7	172,5	161,9	✓ -6%	✓ -37%
Resíduos Reciclagem/Recuperação [RRR]: (ton) ⁽³⁾	2 435	2 991	3 621	✓ 21%	✓ 1455%
Indicador RRR no total de Resíduos Mercado (%)	39%	45%	50%	✓ +5 p.p	✓ +46 p.p

* excluindo redébitos aos Operadores e, em 2021, excluindo abastecimento de Bombeiros em incêndio nas proximidades do MARL (1.000 m3)

⁽¹⁾ metro cúbico por mil euros de volume de negócios (recorrente)

⁽²⁾ kilo w att hora por mil euros de volume de negócios (recorrente)

⁽³⁾ Recicláveis [Papel/Cartão; Plástico/Filme; Vidro] + Orgânicos [Reutilizáveis p/ Energia e na agricultura] + Pescado rejeitado [Transformação em Subprodutos cat.3]

RECURSOS ENERGÉTICOS

Em linha com metas nacionais, o Grupo SIMAB tem vindo a promover, nos últimos anos, a dinamização de medidas que fomentem a redução dos consumos de energia, através da eficiência na utilização dos recursos.



Em 2024, o consumo de energia elétrica (média tensão) efetivo do MARL² atingiu os 2.482 MWh, registando um decréscimo de 1% face a 2023, ano em que foram consumidos 2.509 MWh.

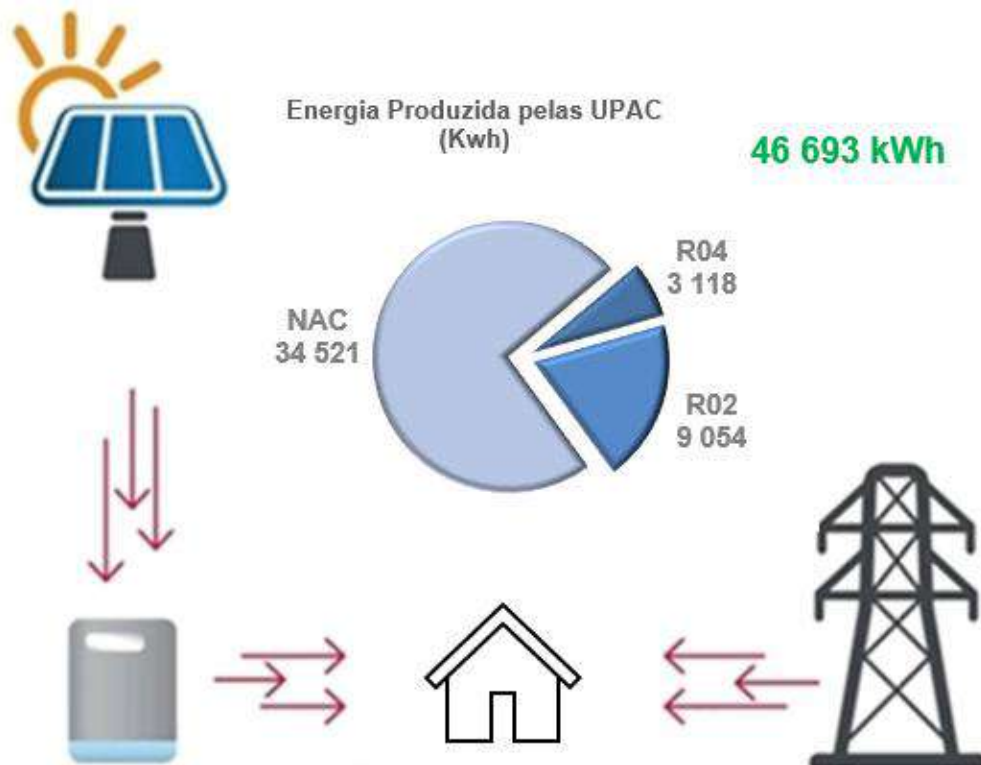
No âmbito da eficiência energética, da redução e racionalização de consumos, as ações já implementadas ao longo dos últimos anos têm permitido que o MARL apresente, anualmente, reduções do consumo de energia.

O perfil de consumo de energia do MARL, decorrente da atividade do Mercado e do complexo do tipo industrial em que a mesma se realiza, assenta, essencialmente, em três grandes componentes consumidoras de energia e responsáveis pelos consumos registados: (i) o sistema de AVAC existente na maioria dos pavilhões; (ii) o consumo de energia decorrente do fornecimento de água ao Mercado, no sistema de bombagem de água da estação elevatória e de bombas de circulação do reservatório; e (iii) a iluminação, interior e exterior, do Mercado.

¹ Despacho n.º 1475/2022, de 7 de fevereiro de 2022

² Deduzido de repasses de energia a uma minoria dos clientes; os restantes estabelecem contrato direto com fornecedor de energia.

Com vista ao incremento na incorporação de energias renováveis no consumo final de energia, através de soluções de autoconsumo, o MARL em 2024 e dando continuidade ao trabalho iniciado em 2023, referente à instalação de unidades de produção para autoconsumo (UPAC), procedeu à instalação de novas unidades nos Pavilhões Hortofrutícolas A01, A04, A05, A06 e A08, sendo que apenas em janeiro de 2025 ficarão a produzir, uma vez que estavam em falta os cartões GSM e o respetivo certificado de exploração. A produção de energia das unidades já instaladas ascendeu a 47 MWh.



Outras medidas implementadas e que contribuíram para um decréscimo do consumo total de energia:

- Reformulação da iluminação nas WC do NAC (piso 2), com a instalação de sensores de movimento;
- Reformulação da iluminação das galerias dos escritórios dos Pavilhões A01, A4, A05, A06, A08, R02 e R04, com a instalação de sensores de movimento;
- Reformulação da iluminação das escadas de acesso aos escritórios dos Pavilhões A01, A04, A05, A06, A08, R02 e R04, com a instalação de sensores de movimento;
- Substituição de equipamento de apoio e elétrico nas torres de iluminação viária (30 metros); e,
- Substituição da iluminação existente por equipamento de baixo consumo nos cais de acostagem dos Pavilhões A01, A04, A05, A06, A07, A08, A10, R02, R04 e R07.

Também em 2024, iniciou-se o processo para instalação no MARL de um sistema de 'Autoconsumo Coletivo', o qual irá permitir, no futuro, partilhar energia produzida pelas UPAC existentes e/ou que venham a ser instaladas – através dos diferentes códigos de ponto de entrega (CPE) existentes no Mercado -, contribuindo para a produção de fontes de energia renováveis e aproveitamento do excedente de energia produzida pela respetiva UPAC e não utilizada diretamente pelo CPE associado.

RECURSOS HÍDRICOS

A MARL tem vindo a implementar medidas de racionalização do consumo de água, medição correta dos consumos a repassar, controlo da sua utilização e sensibilização de todos os intervenientes para a necessidade de otimizar o consumo deste recurso natural essencial.

De entre os procedimentos e equipamentos para racionalização do consumo de água, importa destacar os seguintes:

- Acompanhamento permanente dos consumos, através de software de monitorização e gestão de consumos hídricos e energéticos (telemetria), o que permite uma maior eficiência operacional, quer na recolha de dados de faturação, redébito dos consumos aos operadores, quer no armazenamento dos mesmos, e essencialmente pela eficiência na implementação de medidas e ações corretivas para evitar desperdícios de água e melhor racionalização deste recurso;
- Monitorização técnica de verificação de equipamentos de medição dos consumos de água;
- Reabilitação dos reservatórios existentes no MARL, cuja estrutura indicava possíveis perdas de água;
- Controlo e sensibilização junto do prestador de serviços relativamente à água utilizada para limpeza de pavilhões, recinto, contentores e veículos destinados ao transporte de resíduos;
- Racionalização ainda mais reforçada, com consumo zero, da gestão da rega dos espaços verdes, face aos indicadores de seca extrema conhecidos e seguindo as orientações ministeriais (Ambiente e Agricultura);
- Substituição de algumas espécies, por espécies com necessidades hídricas mais reduzidas, em trabalho realizado no âmbito da valorização e requalificação dos espaços verdes existentes no Mercado, estando a promover a biodiversidade;
- Acompanhamento de utilizações indevidas da rede de incêndios, procedendo a verificações regulares da violação da selagem efetuada aos hidrantes.



Neste domínio e durante o ano de 2024 foram consumidos um total geral 95.424 m³ de água da rede de abastecimento, menos 6% do verificado em 2023. Deste total, foram efetuados redébitos aos operadores 64.534 m³, o que representa cerca de 68% do total de água consumida no Mercado e que decorre do uso direto dos operadores nos seus espaços, consumo que lhes é debitado na exata proporção do seu consumo, através de registos em contadores individualizados.

Assim, apenas 32% (30.890 m³) do total de água consumida diz respeito à atividade direta de gestão da MARL, nomeadamente utilizada na limpeza e lavagem das zonas comuns (interior dos

pavilhões e vias de acesso e circulação internas ao Mercado) e disponibilização nas instalações sanitárias e escritórios.

Em 2024, sem descurar os níveis de limpeza e quando comparado com 2023, foi possível reduzir o consumo de água em cerca de 1%, devido ao reforço da monitorização diária e da verificação de equipamentos de medição deste tipo de consumo.

RESÍDUOS

No ano de 2024, manteve-se a estrutura global de funcionamento do sistema de recolha de resíduos, sendo os resíduos orgânicos e indiferenciados entregues diretamente nas centrais de tratamento e passando os restantes pela Eco Área instalada no MARL.

Estas operações são ainda complementadas pela recolha de esfervite no Pavilhão do Pescado, e por uma terceira entidade que assegura o transporte e tratamento dos resíduos valorizáveis depositados na Eco Área (cartão, plástico, madeira e vidro).

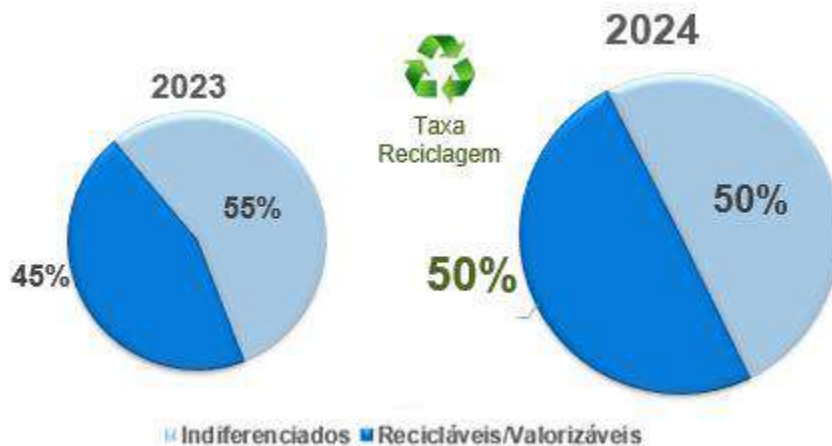
É ainda assegurada a recolha de pescado rejeitado desnaturado, através de uma empresa devidamente licenciada para a transformação de subprodutos de baixo risco de origem animal, de categoria 3. Os subprodutos são conservados em câmaras de refrigeração disponibilizadas pela MARL, em contentores próprios fornecidos pela empresa responsável pela sua recolha, que procede à sua higienização após cada descarga.

Deste modo, ao longo dos últimos anos tem-se procurado incrementar o sistema de recolha seletiva no Mercado. Para além de se continuarem a desenvolver ações para aumentar os canais de entrega de resíduos recicláveis, foram mantidas nove zonas gradeadas na Plataforma dos Álamos do Mercado para depósito de cartão e, ainda, reforçada a recolha seletiva no Pavilhão das Flores.

Em 2024, tendo em vista repor alguns dos contentores de indiferenciados existentes e alargar o número de contentores recicláveis colocados no Mercado, foram adquiridos mais 95 contentores de 240 litros e 115 contentores de 1.000 litros. Deste lote, 80 unidades de 240 litros e 65 unidades de 1.000 litros foram para resíduos valorizáveis/recicláveis, permitindo assim aumentar as recolhas de cartão e plástico 'porta-à-porta'.

Foi ainda reparado o compactador de cartão, através da instalação um novo sem fim e um novo rolamento (os dois componentes principais do compactador), permitindo assim retomar a sua atividade de compactação em pleno.

Estas medidas contribuíram para o aumento global da reciclagem no Mercado, atingindo a mesma o valor de 50% em 2024, face aos 45% de 2023.



5.7. PROVEDOR DO CLIENTE

O Conselho de Administração da MARL manteve em 2024 a figura do 'Provedor do Cliente', de modo a dar continuidade a um contacto mais personalizado com os clientes do Mercado (operadores aqui instalados), o que agiliza o tratamento, análise, encaminhamento e resposta das reclamações recebidas.

Em 2024, registou-se um total de 16 reclamações, das quais 31% provenientes dos Pavilhões de Hortofrutícolas, 6% do setor do Pescado, 18% de outros Pavilhões (R02 e R04) e as restantes de outros utentes do Mercado. Houve o registo de duas (duas) reclamações efetuadas diretamente no IMPIC, que também foram respondidas diretamente no site, sendo que uma delas não era para a MARL, SA mas sim para uma empresa sediada no Mercado.

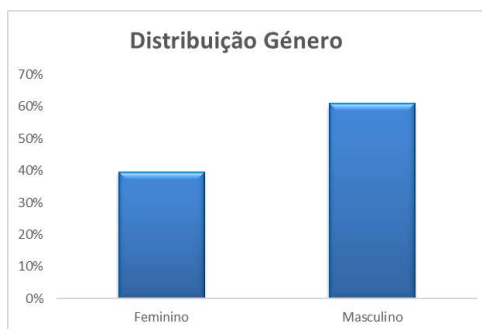
Quanto ao registo global de reclamações, houve um decréscimo de 31% relativamente ao ano anterior de 2023. Das reclamações registadas, as com mais incidência foram as relacionadas com o acesso ao pátio e manutenção do espaço do Mercado (ambas com 25%), limpeza (19%), segurança (13%), sendo que as restantes 19% foram reclamações sem impactos diretos nos serviços prestados pela empresa.

O tratamento das reclamações continua a ser individualizado, consoante o assunto, sendo a resposta a cada reclamação enviada ao respetivo reclamante, tão breve quanto possível.

5.8. CAPITAL HUMANO

A 31 de dezembro de 2024, a MARL empregava um total de 28 trabalhadores, dos quais um trabalhador encontra-se com licença sem vencimento.

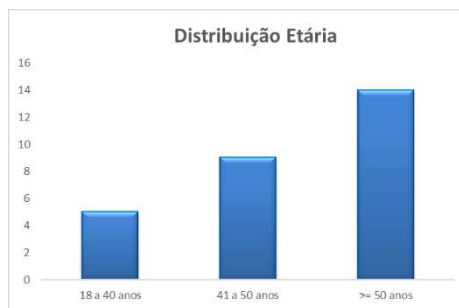
Da análise da sua distribuição por género resulta que 39% eram do género feminino e 61% do género masculino, salientando-se que três cargos de direção de primeira linha são desempenhados por mulheres (Direção Comercial, Direção de *Compliance* e Direção Financeira).



A antiguidade média dos trabalhadores da MARL era de 18 anos, sendo que 64% do total estão na empresa desde a sua constituição.

A idade média dos trabalhadores é de 48 anos, sendo que apenas cinco deles (18%) se encontravam em faixas etárias com menos de 40 anos.

Relativamente a habilitações literárias, 12 (42% do total) dos 28 trabalhadores têm cursos superiores, enquanto os restantes 28% e 25% ficaram pelo ensino secundário e ensino básico, respetivamente.



Em 2024, o absentismo registou um total de 2.704 horas, representando cerca de 5% do tempo potencial de trabalho (face aos 4% de 2023). Do total de horas de absentismo, 35% decorreram de doença com baixa médica. Face ao ano transato, registou-se assim um aumento do número de horas de ausência ao trabalho em mais 30%.

Em 2024, a SIMAB continuou a apoiar a MARL nas áreas transversais de suporte, como sejam recursos humanos, sistemas de informação, área financeira, área jurídica, marketing institucional, inovação e sustentabilidade e relações internacionais, trabalhos que se estendem a todas as empresas participadas do Grupo a quem esta presta este tipo de serviços.

Indicadores	Mulheres	Homens
N.º Trabalhadores	11	17
<i>Peso Género (% N.º M/ N.º H)</i>	39%	61%
N.º Horas Absentismo	248	2 456
<i>Peso Género (% N.º M/ N.º H)</i>	9%	91%
Total Horas Formação	394	490
N.º trabalhadores abrangidos	11	17
<i>% Género (N.º Horas Formação M/H)</i>	45%	55%
Retribuição Base Anual	237 132	243 690
<i>Rácio da retribuição base - Trabalhadores (M/H)</i>	49%	51%
Remunerações Totais Anuais (€)	330 689	345 050
<i>% remunerações totais anuais - Trabalhadores (M;H)</i>	48,9%	51,1%
Remuneração Total Anual média/colaborador (€)	30 063	21 566
<i>Rácio da remuneração total - Trabalhadores (M/H)</i>	139,4%	

Relativamente à análise dos principais indicadores, para 2024, de igualdade de género, absentismo, horas de formação e valores de remuneração, importa salientar ainda que 91% do absentismo se verificou nos colaboradores homens da empresa; houve uma repartição quase equitativa entre horas de formação os homens e mulheres que trabalhavam na empresa; e, que em termos remuneratórios, essa repartição global manteve-se, apesar de a análise por género revelar um valor médio anual superior em 40% para as mulheres, face ao valor médio auferido em 2024 pelos homens empregados na MARL.

FORMAÇÃO



No âmbito da gestão de recursos humanos da empresa, no que respeita a políticas de valorização do conhecimento e capacitação profissional, em 2024 registou-se um total de 883,5 horas de formação na empresa, a qual envolveu 28 trabalhadores da empresa em nove ações de formação.

Fase ao ano transato, registou-se um aumento de 49% no número anual de horas de formação.

Importa referir a realização das seguintes:

- Formação em 'Contratação Pública', ministrada pela ORDEM DOS ADVOGADOS num total de 32 horas e com participação de uma trabalhadora, com o objetivo de capacitar os trabalhadores com ferramentas essenciais às funções desenvolvidas.
- Formação em 'Live PaloAlto', ministrada por ORBCOM num total de 21 horas e com participação de um trabalhador, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos nesta ferramenta tão importante para tarefas do dia-a-dia.
- Formação em 'Colaborador Ciberseguro', promovida CYBERSEC, com duração de 20 horas e participação de 26 trabalhadores.
- Formações em 'Perdas de Imparidades e Créditos Incobráveis - Contabilidade e Implicações em IRC e IVA', promovida pela ORDEM DE CONTABILISTAS CERTIFICADOS, no total de 12 horas, para um trabalhador.
- Formação de 'Condução e Manobra de Equipamento de Elevação - Plataforma Elevatória', de 8 horas, promovida pelo FORCONSULTING, com participação de três trabalhadores.
- Formação em 'Suporte Básico de Vida – DAE', ministrada pela SENILIFE, num total de sete horas, com a participação de 14 trabalhadores.
- Formação interna inicial de 'Conhecimento e Adaptação aos Procedimentos Internos da Empresa', num total de 40 horas, para três novos trabalhadores.
- Formação em 'Fundamentação em Contratação Pública', ministrada pela APCP– ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CONTRATOS PÚBLICOS, num total de 7 horas, com a participação de um trabalhador.
- Formação em 'ECO.AP 2030 | Sessão de Esclarecimentos sobre Contratos de Gestão de Eficiência Energética', ministrada pela APA – AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, num total de 4 horas, com a participação de um trabalhador.
- Formação em 'A Caução em Contratação Pública: Prestação, Execução e Liberação', ministrada pela CAPACITAR, num total de 3,5 horas, com a participação de um trabalhador.
- Formação em 'MAPS – Organização de Emergências e Planos de Evacuação de Edifícios', ministrada pela SENILIFE, num total de 3 horas, com a participação de 10 trabalhadores.
- Formação em 'Aplicação de Critérios Ecológicos na Contratação Pública', ministrada pela APCP – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CONTRATOS PÚBLICOS, num total de 3 horas, com a participação de dois trabalhadores.

- Participação no '1º Encontro Europeu de Compradores Públicos', ministrada pela CEACP – COMITÉ DE ESTUDOS E AUDITORIA EM CONTRATAÇÃO PÚBLICA, num total de 3 horas, com a participação de um trabalhador.
- Participação no webinar 'Critérios para Aplicação em Obra de RCD's de Acordo com as Especificações LNEC', realizado na CICCOPN, com duração de 1 hora e com a participação de um trabalhador.
- Participação no webinar 'Desafio das Compras Públicas na Negociação de Seguros', ministrada pela WTW, num total de 1 hora, com a participação de dois trabalhadores.

TELETRABALHO

Ao longo do ano 2024, a MARL promoveu a conciliação da vida profissional com a familiar, assegurando sempre o funcionamento ininterrupto do Mercado.

Deste modo, durante este ano estiveram em regime de teletrabalho 46% dos trabalhadores da empresa, equivalente a 11% das horas trabalhadas no total do ano.



HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Em 2024, 28 trabalhadores realizaram exames médicos, na sua generalidade exames periódicos de rotina, de acordo com o previsto em função da idade; um trabalhador realizou exames ocasionais, decorrentes de baixa médica prolongada.

Durante este ano, foi efetuada visita e análise das condições de trabalho por entidade certificada, não tendo daí decorrido qualquer anomalia ou falha relevantes.

A atividade da MARL exige dos trabalhadores, designadamente daqueles afetos à área técnica e operacional no Mercado, a execução recorrente de tarefas ao ar livre, ao longo de todo o ano. Para tal, a empresa faculta fardamento adequado ao clima e à estação do ano, de acordo com exigências estabelecidas na legislação relativa ao equipamento de proteção individual e de segurança (EPIS).

SEGUROS NO TRABALHO

A MARL proporcionou a todos os seus trabalhadores um seguro de saúde, que pretende garantir a comparticipação de despesas médicas por sistema de reembolso, com limites definidos nas condições gerais, bem como facultar acesso à rede de prestadores de serviços da seguradora com a obtenção de desconto sobre o preço normal dos cuidados de saúde. Quanto ao seguro de acidentes de trabalho, conforme obrigatoriedade legal, todos os trabalhadores foram abrangidos.

Este ano, verificou-se dois incidentes, no âmbito dos acidentes de trabalho, que espoletou o acionar do respetivo seguro, originando a ausência dos trabalhadores em 1.240 horas de trabalho.

6. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A MARL reafirma o seu compromisso com a responsabilidade social, adotando uma postura empresarial ética, transparente e solidária. Consciente do seu papel enquanto agente de desenvolvimento, promove e apoia iniciativas que contribuem para o bem-estar da comunidade, fomentando a sustentabilidade, a inclusão social e o fortalecimento do setor agroalimentar.

Nesse contexto, a empresa participa ativamente em ações e programas de interesse público, reforçando o seu impacto positivo na sociedade e estreitando laços com os seus operadores, parceiros e a comunidade envolvente.

PROGRAMA 5 AO DIA



A MARL, enquanto associado fundador do Programa e da Associação 5 ao Dia, tem colaborado ativamente com esta entidade desde a sua implementação inicial no ano letivo 2006/2007, tendo celebrado, em 2024, dezasseis anos de colaboração permanente neste projeto.

O Programa 5 ao Dia tem como principal objetivo incentivar o consumo diário de, pelo menos, cinco porções de frutas e legumes, promovendo hábitos alimentares saudáveis desde a infância. Inicialmente dirigido a crianças em idade escolar, o programa expandiu-se recentemente para incluir o público sénior, reforçando a importância de uma alimentação equilibrada ao longo de toda a vida.

A iniciativa assenta em evidências científicas que demonstram a relação direta entre o consumo insuficiente de hortofrutícolas e o desenvolvimento de doenças crónicas não transmissíveis, tornando-se, assim, uma ferramenta fundamental na promoção da saúde pública.

As atividades do programa decorrem, essencialmente, nas instalações dos Mercados Abastecedores do Grupo SIMAB, nomeadamente no MARL. Durante as visitas, os participantes – crianças e/ou idosos - têm a oportunidade de contactar diretamente com frutas e legumes, estimulando o interesse pelo seu consumo através de atividades lúdico-pedagógicas. Estas incluem visitas guiadas ao Mercado, que permitem conhecer o seu funcionamento e os espaços de comercialização dos produtos hortofrutícolas, bem como atividades práticas e didáticas, adaptadas às diferentes faixas etárias.





Além da MARL, integram a Associação 5 ao Dia o Grupo SIMAB e os seus Mercados Abastecedores de Braga, Évora e Faro, bem como o Mercado Abastecedor da Região de Coimbra, a Horta Caramela, a Rijk Zwaan, a Eporifrutas e a SABSEG – Corretor de Seguros. Estes parceiros desempenham um papel fundamental na divulgação da mensagem do programa através dos seus canais de comunicação e na realização de ações conjuntas de sensibilização comunitária, contribuindo para o crescimento da iniciativa a nível nacional. No MARL, destaca-se o apoio da Eporifrutas, que acolhe os participantes com visitas guiadas às suas instalações, bem como a colaboração da Câmara Municipal de Loures, que assegura gratuitamente o transporte para as escolas do Município, aumentando significativamente a participação no programa.

O ano de 2024 reforçou a tendência de crescimento do Programa 5 ao Dia, com uma elevada adesão das escolas, especialmente da Área Metropolitana de Lisboa.

Além das visitas ao Mercado, consolidou-se a alternativa de levar o programa às escolas, permitindo alcançar um público mais vasto nas áreas envolventes dos mercados abastecedores. A participação sénior também continuou a crescer com a realização de sessões adaptadas a esta faixa etária, reforçando a importância do consumo diário de hortofrutícolas para todas as idades.

Em 2024, o Programa 5 ao Dia no MARL atingiu um novo recorde de participação, com um total de 4.609 crianças envolvidas nas atividades. Destas, 4.241 visitaram as instalações do MARL, enquanto 368 beneficiaram da extensão do programa às escolas.

Desde a sua criação, mais de 50.000 crianças já participaram nas sessões do Programa 5 ao Dia no MARL, um marco que confirma o impacto e a relevância desta iniciativa na promoção de hábitos alimentares saudáveis e na valorização dos mercados abastecedores como espaços educativos e de referência no setor agroalimentar.



SIMAB/MARL ENTREGOU BENS À ASSOCIAÇÃO 'CRESCER SER'

No espírito de solidariedade que caracteriza esta época natalícia, a MARL promoveu uma iniciativa de recolha de bens em apoio ao Centro de Acolhimento Temporário Casa do Infatado, da Associação 'Crescer Ser', em Loures.

Graças à generosidade de todos os que se juntaram a esta causa, foi possível reunir diversos bens essenciais, demonstrando que pequenos gestos podem ter um impacto significativo na vida de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.

A entrega dos donativos realizou-se no final do mês de dezembro, refletindo o compromisso da empresa e da sua comunidade em apoiar quem mais precisa.

A campanha decorreu até ao dia 19 de dezembro; ao longo desse período, colaboradores, operadores e demais utilizadores do Mercado foram convidados a contribuir com bens essenciais, ajudando a proporcionar um Natal mais acolhedor e feliz para as crianças e jovens da Casa do Infatado.



BANCO ALIMENTAR CONTRA A FOME

Resultante da parceria estabelecida entre o Banco Alimentar Contra a Fome (BACF) e a MARL, foi possível reforçar, em 2024, o contributo para a recolha e distribuição de produtos hortofrutícolas frescos a famílias carenciadas na Área Metropolitana de Lisboa. No decorrer do ano, foram recolhidos um total de mais de 2,2 mil toneladas de produtos frescos (2.221.046 kg de hortofrutícolas).

Esta recolha, realizada diretamente pelo BACF junto dos operadores do MARL, permitiu garantir que alimentos frescos e em boas condições de consumo chegassem às populações mais vulneráveis da região. O MARL reafirma, assim, o seu compromisso com a responsabilidade social e espera que este contributo tenha feito a diferença para as mais de 45.000 pessoas que beneficiaram deste apoio alimentar.

No âmbito do protocolo de colaboração estabelecido entre a SIMAB e os seus Mercados Abastecedores, incluindo o MARL, foram desenvolvidas diversas ações para combater o desperdício alimentar e apoiar a distribuição de cabazes nutricionalmente enriquecidos, entre as quais:

- Cedência de instalações – disponibilização de um espaço climatizado para que o BACF pudesse realizar recolhas diárias de excedentes de produtos hortofrutícolas frescos junto dos operadores do Mercado. Estes alimentos, ainda próprios para consumo, foram reaproveitados em segurança para apoiar quem mais precisa.

- Apoio na realização de campanhas – colaboração em ações de sensibilização e recolha nos Mercados Abastecedores, promovendo a solidariedade e incentivando a redução do desperdício alimentar.

Este compromisso reforçou o papel do MARL em 2024 enquanto agente ativo na sustentabilidade e no apoio social, aproximando operadores, instituições e comunidade para garantir um acesso mais equitativo a alimentos saudáveis.

UNIDOS CONTRA O DESPERDÍCIO ALIMENTAR

A MARL aderiu ao movimento cívico 'Unidos Contra o Desperdício' (UCDA), assumindo o compromisso de lutar ativamente contra o desperdício alimentar em todas as suas operações. A empresa tem procurado envolver todos os agentes das etapas de produção, transformação, distribuição e logística para reduzir ao máximo o desperdício ao longo do processo. O UCDA conta com o Alto Patrocínio do Presidente da República e com o apoio do Secretário-Geral da ONU.

As boas práticas implementadas pela MARL em 2024 incluíram:

- Doações ao Banco Alimentar Contra a Fome – os operadores dos Mercados Abastecedores têm continuado a doar alimentos ao Banco Alimentar, contribuindo para o apoio às famílias em situação de carência;
- Associação 5 ao Dia – continuação da capacitação de crianças na redução do desperdício alimentar, com particular foco na fruta e legumes, sensibilizando as novas gerações para hábitos de consumo mais sustentáveis.
- No MARL, os subprodutos de 'categoria 3' são encaminhados para rações animais;
- Desenho para a implementação da 'Rota de Orgânicos' no MARL, através da qual se encaminha, para destino final, a maioria dos orgânicos para uma central de compostagem.



7. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os riscos a que a MARL, SA se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos.

A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

Risco de Crédito - O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade das contas a receber; o perfil de risco do cliente e as condições financeiras dos clientes.

Nos últimos três anos as perdas por imparidade em dívidas a receber representaram em média 0,07% do volume de negócios, valor que se revela absolutamente imaterial.

Risco de Liquidez – A MARL, SA está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro. A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez da MARL, SA é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Adotar, ao nível da gestão do risco de liquidez, uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo; e,
- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com maturidade dos seus ativos.

A MARL, SA tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de investimento e detém uma carteira de financiamentos de longo prazo³, constituída por empréstimos de médio/longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. Para além do passivo bancário, a empresa financia-se por via de prestações acessórias de capital, integrada numa política de concentração de crédito bancário na empresa mãe.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a empresa tem a capacidade financeira para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos.

³ Em novembro de 2014, a SIMAB, SA e as suas participadas obtiveram despacho³ favorável ao pedido de exceção deste regime³, autorizando assim o acesso a financiamento junto de instituições de crédito, quer através da contratação de novos financiamentos, quer através da cessão de posição contratual em contratos de financiamento vigentes entre empresas do Grupo SIMAB, quer ainda em situações de renovação ou prorrogação de financiamentos.

A MARL, SA detém uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis;
- Programas de papel comercial, com compromissos de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais;
- Planeamento financeiro anual detalhado;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida consistente com os ativos de longo prazo; e,
- Manutenção de uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis.

Os montantes apresentados no quadro são os fluxos de caixa contratuais a pagar no futuro (sem os juros a que estão a ser remunerados estes passivos):

milhares de euros	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	2 778,0	1 388,9	0,0

Risco de taxa de juro – A totalidade da dívida financeira da MARL, SA está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a MARL, SA ao risco de fluxos de caixa. A empresa não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão de risco financeiro⁴.

Risco de câmbio - A empresa não se encontra sujeita ao risco de taxa de câmbio.

8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A presente análise económico-financeira sintetiza os resultados, assim como a situação patrimonial e financeira, da MARL, SA, a 31 de dezembro de 2024.

Esta análise deverá ser realizada em conjugação com as demonstrações financeiras e respetivas notas anexas.

8.1 PERFORMANCE ECONÓMICA

A MARL, SA encerrou o ano de 2024 com um Resultado Líquido de 5.638,9 milhares de euros, representando um crescimento de 742,7 milhares de euros (+15,2%) relativamente ao exercício anterior.

A empresa apresentou margens operacionais positivas, ao nível do *EBITDA* e do *EBIT*, respetivamente, de 72% e 48%, acima do ano anterior em 0,9 p.p. e 1,4 p.p., respetivamente.

No exercício económico de 2024, o *EBITDA* totalizou 11.388,3 milhares de euros, situando-se acima do ano anterior, em 753,1 milhares de euros (+7,1%). O *EBIT* ascendeu a 7.569,2 milhares de euros, acima do valor registado em 2023, no montante de 618 milhares de euros (+8,9%).

A evolução decorre do efeito conjugado de um aumento nos rendimentos operacionais, em 856,8 milhares de euros (+5,7%) que mais do que compensou o aumento nos gastos operacionais, em 238,8 milhares de euros (+3%).

A evolução dos rendimentos operacionais é, maioritariamente, impactada pela performance dos rendimentos *core*, as taxas de utilização, incluindo lugares sazonais, que crescem 703,9 milhares de euros (+6%).

Ao nível dos gastos operacionais, a evolução é impactada pelo aumento dos gastos com pessoal, em 67,8 milhares de euros (+7,1%), dos fornecimentos e serviços externos, que se situam acima do ano anterior, em 63,7 milhares de euros (+2,1%) e das depreciações, que registam um crescimento de 135,1 milhares de euros (+3,7%).

O resultado líquido alcançado, no exercício de 2024, correspondente a uma margem líquida sobre os rendimentos operacionais de 35% e a uma rentabilidade do capital próprio de 6,5%.

Síntese da Demonstração dos Resultados

milhares de euros	2022	2023	2024	2024 / 2023	
				ABS	%
Volume de Negócios	13 721,8	14 539,3	15 323,9	784,6	5,4%
FSE's + CMV	(3 081,5)	(3 107,0)	(3 170,7)	63,7	2,1%
Gastos com Pessoal	(839,0)	(952,3)	(1 020,2)	67,8	7,1%
Outros Rendimentos e Ganhos	69,8	98,2	170,3	72,1	73,4%
Outros Gastos e Perdas	(312,3)	(316,4)	(303,3)	-13,1	-4,1%
Imparid. Div a receber (perdas/reversões)	(7,2)	(18,4)	(3,6)	-14,8	-80,4%
Subsídios ao Investimento	391,9	391,9	391,9	0,0	0,0%
EBITDA	9 943,4	10 635,3	11 388,3	753,1	7,1%
Depreciações	(3 683,2)	(3 684,0)	(3 819,1)	135,1	3,7%
Resultado Operacional (EBIT)	6 260,2	6 951,3	7 569,2	618,0	8,9%
Encargos Financeiros	(128,6)	(433,6)	(267,3)	-166,3	-38,4%
Resultados Antes de Impostos (EBT)	6 131,6	6 517,7	7 302,0	784,3	12,0%
Imposto sobre rendimento	(1 505,6)	(1 621,5)	(1 663,1)	41,6	2,6%
Imposto estimado para o exercício	(1 501,2)	(1 620,4)	(1 644,1)	23,7	1,5%
Imposto diferido	(4,3)	(1,1)	(18,9)	17,8	1588,9%
Resultado Líquido	4 626,0	4 896,2	5 638,9	742,7	15,2%
Margem EBITDA (%)	70%	71%	72%	0,9	
Margem EBIT (%)	44%	46%	48%	1,4	
Margem Líquida (%)	33%	33%	35%	2,9	

RENDIMENTOS OPERACIONAIS – Os rendimentos operacionais ascenderam a 15.886,1 milhares de euros, apresentando um crescimento de 856,8 milhares de euros (+5,7%), face ao ano anterior.

Destaca-se o aumento dos rendimentos *core*, as taxas de utilização, com um peso de 72,9% na estrutura de rendimentos, que crescem 539,1 milhares de euros (+4,9%).

Rendimentos Operacionais

milhares de euros	2022	2023	2024	2024 / 2023	
				ABS	%
Taxas de Utilização	10 225,3	11 043,4	11 582,5	539,1	4,9%
Taxas de Utilização sazonais	646,2	727,3	892,2	164,8	22,7%
Taxas de Acesso Produtores	104,7	108,2	111,8	3,6	3,3%
Portagens	700,0	754,7	811,7	57,0	7,5%
Venda de Frio	112,2	105,5	87,5	-18,0	-17,1%
Outras prestações de serviços	238,2	190,1	220,3	30,2	15,9%
Outros Rendimentos Operacionais	461,7	490,1	562,2	72,1	14,7%
Sub-total (Total Rendimentos cash)	12 488,2	13 419,3	14 268,2	848,8	6,3%
Integração Taxas de Acesso (Plena)	122,1	50,0	62,0	12,1	24,2%
Integração Taxas de Acesso (Recorrente)	1 573,2	1 560,1	1 555,9	-4,2	-0,3%
Total Rendimentos Operacionais	14 183,5	15 029,4	15 886,1	856,8	5,7%

A performance nos **rendimentos operacionais**, comparativamente ao ano anterior, reflete maioritariamente o efeito conjugado da evolução das seguintes subrubricas:

- Crescimento dos rendimentos **core**, as **taxas de utilização**, em 539,1 milhares de euros (+4,9%), espelhando maioritariamente a atualização dos preços unitários em 4,35%⁵;
- Crescimento dos rendimentos de taxas de utilização dos **lugares sazonais**, em 164,8 milhares de euros (+22,7%), refletindo o efeito conjugado da atualização do preço unitário (+6,1%) e um maior número de reservas;
- Crescimento dos rendimentos das **portagens**, em 57 milhares de euros (+7,5%). Em 2024, foi ultrapassado o limite mínimo da contrapartida paga à MARL, SA, pelo segundo ano consecutivo, refletindo um aumento do preço unitário e um aumento residual do número de saídas de viaturas;
- Crescimento dos rendimentos provenientes da **integração de taxas de acesso**, refletindo o efeito conjugado do aumento nos rendimentos provenientes da integração plena de taxas de acesso por motivo de rescisão contratual, em 12,1 milhares de euros (+24,2%) e um decréscimo nos rendimentos da integração recorrente de taxas de acesso, em 4,2 milhares de euros (-0,3%), decorrente quer de rescisões contratuais operadas quer do fim do prazo de alguns contratos;
- Evolução favorável em “**outras prestações de serviços**”, em 30,2 milhares de euros (+15,9%), maioritariamente, impactada pelos rendimentos provenientes de taxas de cedência de posição contratual, que se situam acima do ano anterior, em 23,7 milhares de euros (+30,1%).

A evolução das **taxas de utilização**, incluindo lugares sazonais, por unidade de negócio apresenta-se da seguinte forma:

⁵ De acordo com a média dos últimos 12 meses do IPC exceto habitação do continente, conforme contratualmente definido

Taxas de Utilização/Pavilhão (incluindo sazonais)

milhares de euros	2022	2023	2024	2024 / 2023		Estrutura
				ABS	%	
Pavilhão A01	601,9	653,9	683,3	29,4	4,5%	5,5%
Pavilhão A03	730,6	818,6	984,3	165,7	20,2%	7,9%
Pavilhão A04	605,5	653,5	683,6	30,1	4,6%	5,5%
Pavilhão A05	562,8	617,7	640,4	22,7	3,7%	5,1%
Pavilhão A06	572,7	626,9	654,1	27,3	4,4%	5,2%
Pavilhão A07	480,9	512,5	529,6	17,1	3,3%	4,2%
Pavilhão A08	580,4	633,1	681,7	48,6	7,7%	5,5%
Pavilhão A09	227,3	235,0	249,9	14,8	6,3%	2,0%
Pavilhão A10	392,8	427,0	449,2	22,1	5,2%	3,6%
Pavilhão A11	177,0	197,9	207,9	10,0	5,1%	1,7%
Pavilhão R02*	273,7	296,7	309,8	13,1	4,4%	2,5%
Pavilhão R04	555,5	638,8	669,9	31,0	4,9%	5,4%
Pavilhão R07	1 225,2	1 306,9	1 368,6	61,7	4,7%	11,0%
NAC	272,6	289,1	297,3	8,2	2,8%	2,4%
Outras Áreas	1 730,7	1 842,0	1 950,2	108,2	5,9%	15,6%
CTT Expresso	1 881,7	2 021,2	2 114,9	93,7	4,6%	17,0%
Total	10 871,4	11 770,8	12 474,7	703,9	6,0%	100,0%

* Exclui entreposto logístico que é incluído em "outras áreas"

A evolução dos rendimentos das taxas de utilização reflete a atualização dos preços unitários, em 4,35%⁶, e o impacto favorável nos rendimentos obtido por via da negociação de condições comerciais favoráveis à MARL, SA na comercialização de espaços desocupados por via de rescisões contratuais que vão ocorrendo.

Os rendimentos provenientes do **pórtico**, com um peso de 5% na estrutura de rendimentos, ascenderam a 811,7 milhares de euros, apresentando-se acima do ano anterior em 57 milhares de euros (+7,5%), refletindo um aumento do preço unitário e um aumento residual do número de saídas de viaturas.

Os rendimentos provenientes da **venda de frio** ascenderam, em 2024, a 87,5 milhares de euros apresentando-se abaixo de 2023, em 18 milhares de euros (-17,1%), na linha de evolução dos últimos anos, traduzindo uma redução das quantidades (kwh) vendidas, em razão de paragens verificadas no funcionamento de *chillers* e da opção dos operadores pela instalação de frio próprio, que vem assumindo cada vez maior expressão.

A rubrica de **outras prestações de serviços** ascendeu a 220,3 milhares de euros, em 2024, apresentando-se acima de 2023, em 30,2 milhares de euros (+15,9%). Esta rubrica inclui, maioritariamente: rendimentos de cedência de posição contratual (102,3 milhares de euros); taxa variável sobre volume de negócios de clientes (21 milhares de euros); aluguer de câmaras de frio (13 milhares de euros); venda de água salgada (0,4 milhares de euros); taxa de consumo de energia (45,1 milhares de euros); serviços de reparações a pedido de operadores (15 milhares de euros); venda de subprodutos do pescado (4,1 milhares de euros); aluguer de espaços para realização de eventos (4 milhares de euros).

No que respeita aos **outros rendimentos operacionais**, em 2024, ascenderam a 562,2 milhares de euros, situando-se acima de 2023, em 72,1 milhares de euros (+14,7%). Esta rubrica inclui, maioritariamente os rendimentos decorrentes da integração contabilística de subsídios ao investimento (391,9 milhares de euros). A variação na rubrica é maioritariamente apurada em excesso de estimativas para impostos (+50,3 milhares de euros) e correções de exercícios anteriores (+28,9 milhares de euros). Inclui ainda serviços prestados, no âmbito de Contrato de Gestão celebrado com a SIMAB, SA, relativamente a apoio na área financeira, recursos humanos,

⁶ Média do IPC exceto habitação do continente dos últimos 12 meses, conforme contratualmente estipulado

informática e área técnica (39,6 milhares de euros); rendimentos de juros de mora cobrados a clientes (19,4 milhares de euros) e rendimentos de aplicação de penalidades por incumprimento do Regulamento Interno (1,6 milhares de euros).

Os rendimentos provenientes da **integração de taxas de acesso**, que representam 10% do total dos rendimentos operacionais, encontram-se acima de 2023, em 7,9 milhares de euros (+0,5%), em resultado dos seguintes efeitos:

- (i) variação desfavorável, em 4,2 milhares de euros (-0,3%), nos rendimentos relativos a integração recorrente de taxas de acesso, refletindo rescisões contratuais, cujo impacto superou as novas contratualizações com taxas de acesso; e,
- (ii) variação favorável nos rendimentos decorrentes da integração plena de taxas de acesso, no montante de 12,1 milhares de euros (+24,2%), correspondente a 10 contratos (8 contratos, em 2023).

GASTOS OPERACIONAIS – Os gastos operacionais (exceto depreciações, imparidades e provisões), representam 28,3% dos rendimentos operacionais⁷ e ascenderam, em 2024, ao montante de 4.497,8 milhares de euros, traduzindo um aumento de 103,7 milhares de euros (+2,4%).

Em 2024, os gastos operacionais (FSE's + Gastos com Pessoal) representam 26,4% dos rendimentos operacionais.

Com a inclusão das depreciações, imparidades e provisões, que representam um peso de 45,9% na estrutura de gastos do MARL, os gastos operacionais ascenderam a 8.316,9 milhares de euros e registam um aumento de 238,8 milhares de euros (+3%), face ao ano anterior.

ESTRUTURA GASTOS OPERACIONAIS



Gastos Operacionais

milhares de euros	2022	2023	2024	2024 / 2023		Estrutura	% RO
				ABS	%		
FSE's	3 081,5	3 107,0	3 170,7	63,7	2,1%	38,1%	20,0%
Pessoal	839,0	952,3	1 020,2	67,8	7,1%	12,3%	6,4%
Outros Gastos Operacionais	312,3	316,4	303,3	-13,1	-4,1%	3,6%	1,9%
Imparidades+Provisões/(reversões)	7,2	18,4	3,6	-14,8	-80,4%	0,0%	0,0%
Subtotal (Gastos operacionais cash)	4 240,1	4 394,1	4 497,8	103,7	2,4%	54,1%	28,3%
Depreciações	3 683,2	3 684,0	3 819,1	135,1	3,7%	45,9%	24,0%
Total Gastos Operacionais	7 923,3	8 078,1	8 316,9	238,8	3,0%	100,0%	52,4%

Em 2024, os gastos com **Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**, que representam 38,1% da estrutura de gastos e 20% dos rendimentos operacionais, totalizaram o montante de 3.170,7 milhares de euros e registaram um aumento de 63,7 milhares de euros (+2,1%), face a 2023.

A evolução resulta do efeito conjugado das variações das subrubricas, conforme se apresenta:

⁷ Excluindo integração contabilística de subsídios ao investimento.

Estrutura dos Fornecimentos e Serviços Externos

milhares de euros	2022	2023	2024	2024 / 2023		Estrutura
				ABS	%	
Eletricidade	632,6	413,8	440,4	26,7	6,4%	13,9%
Água	164,7	137,0	130,3	-6,7	-4,9%	4,1%
Manutenção	215,4	222,3	251,0	28,7	12,9%	7,9%
Deslocações e Estadas	3,4	2,4	1,3	-1,0	-43,9%	0,0%
Limpeza	1 030,4	1 260,2	1 339,5	79,3	6,3%	42,2%
Segurança	389,6	379,0	397,7	18,8	5,0%	12,5%
Trabalhos Especializados	380,0	337,7	354,4	16,7	5,0%	11,2%
Honorários	89,5	55,9	39,3	-16,6	-29,7%	1,2%
Seguros	99,8	111,6	124,2	12,6	11,3%	3,9%
Comunicação	11,6	11,8	12,8	1,0	8,5%	0,4%
Rendas e Alugueres	33,2	34,4	37,1	2,7	7,9%	1,2%
Combustíveis	4,5	116,5	2,1	-114,4	-98,2%	0,1%
Materiais	2,2	4,6	15,0	10,4	224,0%	0,5%
Contencioso e Notariado	1,7	1,0	2,2	1,2	122,0%	0,1%
Publicidade	9,1	3,6	11,9	8,3	230,5%	0,4%
Outros	13,8	15,2	11,3	-3,9	-25,6%	0,4%
Total FSE's	3 081,5	3 107,0	3 170,7	63,7	2,1%	100,0%

i. **Limpeza:** regista um aumento de 79,3 milhares de euros (+6,3%), impactado por:

- (i) aumento no valor da prestação de serviços de limpeza exterior e limpeza interior, respetivamente, em 73,3 milhares de euros (+12,8%) e 28,1 milhares de euros (+9,3%), refletindo o agravamento de preços resultante de concursos públicos, lançados no último trimestre de 2023, acomodando os aumentos relativos às negociações dos acordos coletivos das empresas do setor;
- (ii) aumento nos gastos com tratamento de resíduos sólidos orgânicos, em 14,7 milhares de euros (+32,6%), em resultado do efeito conjugado do aumento do preço unitário (€/ton), (+13,7%) e da quantidade de resíduos decorrente quer da atividade do mercado quer da maior eficiência ao nível da triagem/reciclagem (indiferenciado/orgânico);
- (iii) redução nos gastos com tratamento de resíduos indiferenciados, em 15 milhares de euros (-5,1%), refletindo o efeito conjugado do agravamento do preço unitário (€/ton) em 24,3%, um aumento da quantidade de resíduos produzidos no Mercado (+19%), impactos mitigados pelo efeito favorável da redução do número de dias de paragens da Valorsul, em 2024 (72 dias) face a 2023 (132 dias);
- (iv) crescimento nos rendimentos decorrentes da valorização de recicláveis, em 17,8 milhares de euros (+115,1%), traduzindo um aumento do preço unitário da valorização de alguns resíduos, nomeadamente, no papel/cartão e das quantidades recolhidas de recicláveis (papel, plástico, vidro), refletindo a maior eficácia na triagem;
- (v) decréscimo dos gastos com manutenção e limpeza de espaços verdes adjacentes às vias e ao edificado, em 4,9 milhares de euros (-4,9%).

Salienta-se a melhoria na eficácia na triagem de resíduos e a consequente redução do peso de resíduos indiferenciados no total de resíduos produzidos no Mercado, em 5 pontos percentuais, que permitiu mitigar o impacto decorrente do aumento do preço unitário do tratamento de resíduos indiferenciados (+24,3%), em janeiro de 2024 e do aumento da quantidade de resíduos produzidos no Mercado (+30%), em 2024 face a 2023.

ii. **Gás:** a evolução (-114,3 milhares de euros) decorre de uma fuga identificada, no primeiro trimestre de 2023 e que conduziu à alteração de infraestruturas com criação de instalação

próprias pelos consumidores de gás no Mercado, sendo de salientar que a MARL, SA não suporta gastos com gás.

Importa referir que foram adotadas medidas de controlo e contenção de custos, incluindo o corte de despesas acessórias, por forma a mitigar o efeito desfavorável registado nestas rubricas, sem, contudo, comprometer as condições de operacionalidade do Mercado.

Os **gastos com pessoal**, que representam cerca de 6,4% dos rendimentos operacionais e um peso de 12,3% na estrutura de gastos operacionais, ascenderam a 1.020,2 milhares de euros, situando-se acima do ano anterior, em 67,8 milhares de euros (+7,1%).

Gastos com Pessoal

milhares de euros	2022	2023	2024	2024 / 2023	
				ABS	%
Remun. dos Órgãos Sociais	155,8	155,2	155,2	0,0	0,0%
Remunerações do Pessoal	537,0	622,0	675,7	53,8	8,6%
Encargos sobre Remunerações	122,4	140,3	152,6	12,3	8,8%
Seguros Acid. Trab.	2,9	3,5	3,7	0,3	7,2%
Outros Gastos com Pessoal	21,0	30,0	32,9	2,8	9,5%
Total	839,0	952,3	1 020,2	67,8	7,1%

A variação nos gastos com o pessoal, face a 2023, resulta do efeito conjugado de:

- i. Efeito líquido do absentismo registado em 2023 e em 2024 (+3,4 milhares de euros);
- ii. Atualização salarial obrigatória (+25 milhares de euros), decorrente de imposições legais, nomeadamente, Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro, que determina a atualização do valor das remunerações da Administração Pública, preconizando uma estratégia de valorização dos recursos humanos;
- iii. Novas contratações autorizadas em sede de aprovação de PAO2024-2026⁸ (+32,6 milhares de euros);
- iv. Regresso à empresa, em junho de 2024, de colaborador que se encontrava requisitado, tendo solicitado licença sem vencimento a partir de outubro de 2024 (+14,6 milhares de euros);
- v. Efeito substituição de trabalhador (-6,2 milhares de euros);
- vi. Seguros saúde e Acidentes de trabalho (+0,8 milhares de euros);
- vii. Formação (+1,1 milhares de euros);
- viii. Fardamento (+2,6 milhares de euros);
- ix. Trabalho noturno (+1,9 milhares de euros);
- x. Horas extraordinárias (-0,8 milhares de euros);
- xi. Despesas de recrutamento (-3,7 milhares de euros)
- xii. Outros (despesas com recrutamento, HSST, ofertas natal, ajudas de custo, subsidio de transporte) (-3,3 milhares de euros).

⁸ Despacho SETF n.º 92/2024 de 04/06/2024 e Despacho do SETCS n.º 5905/2024 de 17/05/2024– Relatório UTAM 156/2024 de 20 de maio

Os **Outros Gastos Operacionais** ascenderam a 303,3 milhares de euros, registando um decréscimo de 13,1 milhares de euros (-4,1%), face ao ano anterior, e integram maioritariamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (262,8 milhares de euros).

DEPRECIAÇÕES – com um peso de 46% na estrutura de gastos, as depreciações ascenderam a 3.819,1 milhares de euros, situando-se acima do valor registado no ano anterior, em 135,1 milhares de euros (+3,7%).

RESULTADOS FINANCEIROS – Os encargos financeiros fixaram-se, no final do ano de 2024, em 267,3 milhares de euros, o que representa uma redução de 166,3 milhares de euros (-38,4%), face a 2023, refletindo a redução da dívida financeira e a eliminação gradual de passivo financeiro mais oneroso, mantendo apenas o financiamento do BEI em condições bastante mais favoráveis que o mercado.

IMPOSTO - A linha de imposto regista, em 2024, o montante de 1.663,5 milhares de euros e reflete: (i) imposto corrente, estimado para o período, no montante de 1.644,1 milhares de euros e (ii) imposto diferido, no montante de (18,9 milhares de euros), com origem em diferenças entre a base fiscal e contabilística.

8.2 PERFORMANCE FINANCEIRA

BALANÇO E ESTRUTURA FINANCEIRA – A evolução das principais rubricas do balanço é apresentada de forma sintética, no quadro seguinte:

Balanço Sintético

milhares de euros	2022	31/12/2023	31/12/2024	2024 / 2023	
				ABS	%
Ativo Fixo Líquido	110 815,1	110 815,1	108 251,0	(2 564,0)	-2,3%
Capital Circulante Líquido	1,9	1,9	290,6	288,7	15482,5%
Outros	(5 382,3)	(5 382,3)	(4 592,2)	(790,2)	-14,7%
Diferimentos	(10 053,6)	(10 053,6)	(8 574,1)	(1 479,5)	-14,7%
Capital investido	95 381,0	95 381,0	95 375,3	(5,7)	0,0%
Dívida Financeira ⁽¹⁾	9 184,9	9 184,9	4 166,9	(5 018,0)	-54,6%
Caixa e Depósitos Bancários	156,7	156,7	579,3	422,6	269,8%
Dívida Líquida	9 028,3	9 028,3	3 587,6	(5 440,6)	-60,3%
Capital Social	30 000,0	30 000,0	30 000,0	0,0	0,0%
Reservas e Resultados Retidos	47 885,5	47 885,5	53 524,4	5 638,9	11,8%
Subsídios	8 467,2	8 467,2	8 263,3	(203,9)	-2,4%
Fundos Acionistas	86 352,8	86 352,8	91 787,7	5 434,9	6,3%

⁽¹⁾ Inclui Prestações Acessórias de Capital

A posição financeira da empresa assenta no ativo total líquido no montante de 111.058,7 milhares de euros, repartido por 109.021,1 milhares de euros (98,2%) e 2.037,7 milhares de euros (1,8%), de não corrente e corrente, respetivamente.

O passivo ascendeu a valores de 19.271 milhares de euros, dos quais 11.011,2 milhares de euros (57,1%) e 8.259,8 milhares de euros (42,9%), não corrente e corrente, respetivamente.

Em termos de análise do equilíbrio financeiro, constata-se uma estrutura de capital, repartida em 82,6% (76,7%, em 2023) por capitais próprios e 17,4% (23,3%, em 2023) por capitais alheios

Da comparação da posição financeira da empresa, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, as variações mais relevantes encontram-se nas seguintes rubricas:

- O **ativo tangível e intangível** líquido diminui em 2.564 milhares de euros (-2,3%) decorrente, maioritariamente do efeito conjugado de: (i) depreciações do exercício, que ascenderam a 3.819,1 milhares de euros; (ii) investimento total realizado em 2024, que ascendeu a 1.040 milhares de euros e (iii) reconhecimento no ativo fixo, do montante de 284,6 milhares de euros, referente a edifício A.14.1, construído por terceiros, em terreno do MARL.

O **capex**, no montante de 1.040 milhares de euros reporta-se a: (i) intervenções nos edifícios (615,8 milhares de euros); (ii) sinalética (17,2 milhares de euros); (iii) intervenção nos sistemas de intrusão e incêndios (48,3 milhares de euros); (iv) intervenção na rede de gás (17,4 milhares de euros); (v) reforço do sistema de CCTV (53,8 milhares de euros); (vi) aquisição de computadores, servidores e outro hardware (22,2 milhares de euros); (vii) aquisição UPS (7,4 milhares de euros); (viii) aquisição de equipamento de controlo de acessos (19 milhares de euros); (ix) aquisição de contentores de lixo (19,8 milhares de euros); (x) aquisição de cortinas e portas rápidas (17,1 milhares de euros); (xi) aquisição de multifunções (8,7 milhares de euros); (xii) aquisição de equipamento de ar condicionado (5,6 milhares de euros); (xiii) aquisição equipamento LED (51,6 milhares de euros); (xiv) aquisição de sistema de som para pavilhões (5,2 milhares de euros); (xv) Instalação de Unidades de Produção para Autoconsumo (139,5 milhares de euros) e (xvi) equipamento diverso (9,7 milhares de euros);

- Redução dos **ativos por impostos diferidos**, no montante de 20,9 milhares de euros decorrente, essencialmente, da reversão dos ativos por impostos diferidos decorrente do registo de perdas por imparidade de ativos fixos, em anos anteriores;
- Aumento nas dívidas de **clientes** conta corrente, em 171,8 milhares de euros (+16,7%), face a 31 de dezembro de 2023, traduzindo um PMR de 26 dias (23 dias em 2023);
- Aumento de **disponibilidades** em 422,6 milhares de euros (+270%), sendo que 100 milhares de euros respeitam a aplicações de curto prazo sedeadas no IGCP.

O reforço da capacidade de geração de *cash flow* operacional aliado a uma política de investimento criteriosa permitiram à empresa fortalecer a sua estrutura financeira, com o passivo a diminuir de forma sustentada e a representar, no final de 2024, 17,4% do total do ativo (vs 23,3% no final de 2023).

O passivo, incluindo os diferimentos, a 31 de dezembro de 2024, ascendeu a 19.271 milhares de euros, reduzindo 6.899,3 milhares de euros (-26,4%), quando comparado com 31 de dezembro de 2023.

As principais variações registam-se nas seguintes rubricas:

- **Dívidas a fornecedores conta corrente**, que registaram um aumento no montante de 31,1 milhares de euros (+8,6%). O prazo médio de pagamentos (PMP)⁹ situou-se em 44 dias, que compara com 38 dias, em 2023;
- **Diferimentos**, que registam uma redução de 1.428,5 milhares de euros (-14,2%), decorrente, essencialmente, do efeito conjugado da integração em rendimentos do exercício de taxas de acesso e do registo de taxas de acesso associadas a novos contratos;
- **Outras dívidas a pagar** registam uma diminuição no montante de 333,9 milhares de euros (-5,7%), sendo de salientar que, em 31/12/2024 foi transferido do passivo não corrente para o passivo corrente, o montante de 807,4 milhares de euros correspondente ao valor das cauções inerentes aos contratos realizados com operadores que atingem a sua maturidade em 2025;
- **Financiamentos obtidos**, que reduzem em 5.018 milhares de euros (-54,6%), traduzindo: (i) amortização de duas prestações de capital do empréstimo do Banco Europeu de Investimento,

⁹ Calculado nos termos da RCM n.º 34/2008 com a alteração introduzida pelo despacho nº 9870/2009, de 13 de abril

em 2.777,8 milhares de euros; (ii) amortizações, contratualmente previstas, de programas de emissão de papel comercial, no montante de 1.200 milhares de euros; (iii) amortização de linhas de apoio à tesouraria, em 415,7 milhares de euros e (iv) amortização de prestações acessórias de capital, no montante de 624,6 milhares de euros.

Posição financiamento

milhares de euros	31/12/2023	Utiliz. / Amortiz	31/12/2024
Linhas curto prazo			
Descobertos Bancários	415,7	(415,7)	0,0
Outros*	0,2	0,0	0,2
Linhas MLP prazo			
Financiamento Invest.	6 944,4	(2 777,8)	4 166,7
Empréstimo	0,0	0,0	0,0
Papel Comercial	1 200,0	(1 200,0)	0,0
Prestações Acessórias Capital	624,6	(624,6)	0,0
Total	9 184,9	(5 018,0)	4 166,9

* Cartão de Crédito IGCP

Os **capitais próprios** ascenderam a 91.787,7 milhares de euros, representando um aumento de 5.434,9 milhares de euros (+6,3%), face a 31 de dezembro de 2023.

A rentabilidade dos capitais próprios situou-se em 6,5%. A componente operacional deste valor equivale a 9,3%. O efeito de alavancagem financeira e o efeito fiscal contribuem negativamente para o resultado.

Rendibilidade dos Capitais Próprios	2022	2023	2024
(1) Política de Investimento	0,086	0,095	0,101
EBITDA/VN	0,725	0,731	0,743
VN/Ativo	0,119	0,129	0,136
(2) Política de Financiamento	0,868	0,799	0,835
Ativo/CP	1,407	1,303	1,303
RAI/EBITDA	0,617	0,613	0,641
(3) Efeito Fiscal	0,754	0,751	0,772
RL/RAI	0,754	0,751	0,772
Rendibilidade do Capital Próprio	5,66%	5,67%	6,51%

Rendibilidade do Capital Próprio	2022	2023	2024
(1) RL/VN	0,34	0,34	0,37
(2) VN/Ativo	0,12	0,13	0,14
(3) Ativo/CP	1,41	1,30	1,30
Rendibilidade do Capital Próprio	5,66%	5,67%	6,51%

FLUXOS DE CAIXA – A atividade operacional da empresa gerou um fluxo líquido de 7.402,3 milhares de euros, suficiente para fazer face ao financiamento do investimento, que mobilizou fluxos monetários no montante de 1.642,2 milhares de euros.

O *cash flow* disponível para o serviço da dívida, no montante de 5.916,7 milhares de euros, foi suficiente para fazer face às obrigações decorrentes do serviço da dívida, designadamente, amortizações de capital no âmbito de financiamentos de médio/longo prazo e programas de emissão de papel comercial (plano de amortizações contratualizadas), juros de financiamento e outros encargos, num total de 4.297,2 milhares de euros, permitindo ainda amortizar linhas de apoio à tesouraria, no montante de 415,6 milhares de euros e prestações acessórias de capital, no montante de 624,6 milhares de euros.

Demonstração sintética de Fluxos de Caixa

milhares de euros	2022	2023	2024
Caixa no início do período	232,2	121,4	156,7
Cash Flow Atividades Operacionais	6 617,9	7 097,3	7 402,3
Recebimentos de Clientes	15 707,3	16 596,6	17 345,1
Pagamento Fornecedores	(4 183,4)	(4 726,4)	(4 566,0)
Pagamentos Pessoal	(789,1)	(953,9)	(941,1)
Outros pagamentos/recebimentos operacionais	(4 116,9)	(3 819,0)	(4 435,6)
Cash Flow Atividades de investimento	(514,8)	(947,9)	(1 642,2)
Cash Flow disponível para serviço da dívida	6 335,3	6 270,8	5 916,7
Serviço da Dívida			
Juros e outros encargos	(78,8)	(398,4)	(319,4)
Amortização empréstimos MLP ⁽¹⁾	(1 371,1)	(1 200,0)	(1 200,0)
Amortização capital (BEI)	(2 777,8)	(2 777,8)	(2 777,8)
Free Cash Flow	2 107,6	1 894,6	1 619,5
Recebimento/(Amortização) de empréstimos ⁽²⁾	(1 278,2)	210,9	(415,6)
Recebimento/(Amortização) de empréstimos acionistas	(708,0)	(1 948,8)	(624,6)
Variação de Caixa	(110,8)	35,3	422,6
Caixa no final do período	121,4	156,7	579,3

⁽¹⁾ Inclui Amortização de Papel Comercial (amortizações contratualizadas)

⁽²⁾ Inclui efeito líquido de aumentos/reduções de emissão de Papel Comercial

9. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração da MARL, SA propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2024, no montante de 5.638.886,17 euros (cinco milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis euros e dezassete cêntimos) tenha a seguinte distribuição:

- 563.888,62 euros (quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e oito euros e sessenta e dois cêntimos) sejam transferidos para Reservas Legais, correspondente a 10%, nos termos da al. a) do artigo 18.º dos estatutos da sociedade;
- 5.074.997,55 euros (cinco milhões e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos) sejam mantidos em Resultados Transitados.

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

O Conselho de Administração aprovou o Relatório e Contas de 2024 da MARL, SA e respetivas Demonstrações Financeiras, em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de março de 2025.

A MARL, SA não tem dívidas ao Estado ou à Segurança Social.

11. PERSPETIVAS FUTURAS

O ano de 2024 foi, para a maioria das empresas SIMAB, um período de crescimento, após anos de desafios inesperados e instabilidade económica. A conjuntura internacional adversa, decorrente da guerra na Europa e no Médio Oriente, mantém uma tensão geopolítica que representa um desafio constante para o Grupo SIMAB, especialmente no que diz respeito à manutenção de clientes em um ambiente volátil.

Apesar dessas adversidades, o reforço da política comercial, que intensificou a relação entre as nossas áreas de negócio e os clientes, permitiu-nos manter e até aumentar as taxas de ocupação das áreas locáveis nos nossos mercados. Este sucesso é atribuído à proximidade com os clientes, melhor conhecimento, antecipação de problemas e oferta de soluções aprimoradas.

Com dinamização comercial junto dos atuais e potenciais operadores, numa perspetiva de consolidação dos setores mais dinâmicos e incremento da atividade nos setores que apresentam maiores dificuldades, promovendo a eficiência e a eficácia, mas também assegurando a necessária preservação e modernização dos ativos e a sua capacitação, contribuindo desde logo para a crescente e fundamental sustentabilidade, ambiental e financeira.

O ano 2025 traz um grande desafio para a MARL, SA, já que, durante este ano, termina o primeiro ciclo contratual de 25 anos, para a grande maioria dos operadores instalados no Mercado.

Trata-se de um momento determinante na consolidação da empresa, na relação com os clientes (operadores), nas perspetivas de investimentos e na sustentabilidade financeira e ambiental da operação, nas necessidades de renovar e requalificar infraestruturas e equipamentos por forma a criar resiliência e aumentar a garantia de funcionalidade das infraestruturas.

Para a MARL, SA é essencial encontrar um racional de gestão e consolidação sustentáveis dos ativos, num quadro crescentemente exigente em termos ambientais, que por um lado incorpore as necessidades de investimento em novos equipamentos e de requalificação e, por outro lado, imprima uma trajetória de melhoria do serviço prestado.

A estratégia de comercialização para o novo ciclo contratual assentará, assim, em condições que assegurem uma gestão eficiente, o equilíbrio económico financeiro tendo por objetivo a salvaguarda dos interesses dos operadores e a qualidade dos serviços prestados.

Com a proposta de condições comerciais para o novo ciclo contratual, a MARL, SA pretende construir um cenário equilibrado para os operadores em termos de preço, mas que assegure o cumprimento das obrigações presentes e os desafios futuros.

Neste quadro de reposicionamento estratégico, a MARL, SA pretende adotar uma postura ativa na promoção de desenvolvimento regional no domínio agroalimentar e logístico, bem como através do incremento das atividades complementares presentes no mercado.

A MARL, SA mantém a visão de liderar o setor enquanto primeira escolha pela qualidade dos serviços e valor entregue aos seus clientes, suportado num modelo de atuação sustentável e reconhecido pela eficiência na gestão dos seus ativos.

As possibilidades de expansão do MARL, a médio prazo, deverão continuar a ser equacionadas com os diferentes parceiros públicos e privados.

Sublinhamos os valores que caracterizam o MARL: Resiliência, Eficiência e Compromisso. Estamos convictos que os desafios vão ser debelados e as oportunidades, reais e promissoras, que também existem, serão concretizadas, com tal mentalidade.

A personificação desses valores assenta nos nossos colaboradores. Por isso também propusemos alterações a este nível, permitindo subtrair à gestão dos recursos humanos, a aleatoriedade, em detrimento do concretizar do reconhecimento do empenho e dedicação.

12. REFERÊNCIAS FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Senhores Acionistas a confiança e o apoio prestados, bem como a colaboração dos membros dos outros Órgãos Sociais, que permitiram dar continuidade ao desenvolvimento do projeto e à concretização dos objetivos do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa.

Aos operadores, um especial agradecimento pelo interesse demonstrado na afirmação do projeto, claramente manifestado através da sua instalação e aposta no sucesso do Mercado.

Aos colaboradores, uma palavra especial de agradecimento pela disponibilidade, flexibilidade e dedicação demonstrados na prossecução das suas funções, em mais um ano atípico e num contexto geopolítico inesperado.

A finalizar, uma palavra de apreço às empresas responsáveis pela execução das diferentes prestações de serviços, assim como às instituições financeiras que participam na materialização deste projeto.

13. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL DA EMPRESA

(Nos termos do disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nenhum dos elementos do Conselho de Administração era detentor de quaisquer ações ou obrigações em 31 de dezembro de 2024, nem realizou transações com quaisquer títulos da Empresa.

FISCAL ÚNICO

O Fiscal Único, Ricardo Jorge Pinto Dias, não detinha quaisquer ações ou obrigações em 31 de dezembro de 2024, não tendo realizado quaisquer transações com quaisquer títulos da Empresa.

CUMPRIMENTO
DAS ORIENTAÇÕES
LEGAIS



ÍNDICE

II. Cumprimento das Orientações Legais..... 2

1. Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE e Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro) e Plano de Atividades e Orçamento.....	2
2. Gestão do Risco Financeiro.....	7
3. Limite de crescimento do endividamento	9
4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a Fornecedores e atrasos nos pagamentos (“ <i>arrears</i> ”)	9
5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do “acionista” emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas	10
6. Cumprimento das diligências com vista a solucionar situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal de Contas	10
7. Cumprimento das orientações legais ao nível das Remunerações.....	10
8. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)	13
9. Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 16 do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.....	13
10. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens [Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março]	13
11. Elaboração e divulgação do Plano para a igualdade anual [artigo n.º 7.º da Lei 62/2017 e artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho]	14
12. Elaboração e divulgação de medidas do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, designadamente o Código de Conduta (artigo 7.º do RGPC), o Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas (PPR) (artigo 6.º do RGPC) e o relatório anual de acompanhamento da execução do PPR (n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE e artigo 6.º do RGPC)	14
13. Aplicação das Normas de Contratação Pública.....	15
14. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	17
15. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais [artigo 134.º do Decreto Lei n.º 17/2024 de 29 de janeiro]	18
16. Recursos Humanos e massa salarial (artigos 132.º a 134.º do DLEO 2024 Despacho, de 29 de dezembro de 2023, do Senhor Ministro das Finanças)	22
17. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)	22
18. Recomendações na sequência de auditorias do Tribunal de Contas	24
19. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.ºB ou 508.ºG do CSC.....	24
20. Informação divulgada no sítio da internet do SEE (portal da DGTF)	24

II. Cumprimento das Orientações Legais

Para efeitos da demonstração do cumprimento das orientações legais da MARL, SA foi seguida a estrutura constante do ofício SAI_DGTF/2025/255 de 24 de fevereiro de 2025 da Direção Geral de Tesouro e Finanças.

A MARL, SA procedeu ao acompanhamento mensal do grau de cumprimento dos objetivos impostos pela Lei do Orçamentos do Estado (LOE), aprovado pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro e no Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (DLEO2024).

1. Objetivos de Gestão (artigo 38.º do RJSPE e Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro) e Plano de Atividades e Orçamento

- a) *Indicar os objetivos definidos pelo acionista para 2024, explicitando o grau de execução dos mesmos, assim como a justificação dos desvios e das medidas de correção aplicadas ou a aplicar.*

Nos termos do regime jurídico do Setor Empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista, define as orientações estratégicas para o Grupo SIMAB, que são adotadas pelas suas participadas, entre as quais a MARL, SA.

Não obstante não existir formalização dos Contratos de Gestão para o atual Conselho de Administração nomeado em Assembleia Geral na empresa mãe SIMAB, SA e, por inerência, na MARL, SA, para o mandato 2021/2023, a MARL, SA tem vindo a monitorizar os objetivos e indicadores quantitativos, tendo por base o Plano de Atividades e Orçamento, aprovado pelas tutelas mantendo esta orientação em 2024.

De salientar que não tendo sido reunidas as condições para nomeação de Administração nas últimas Assembleias Gerais na empresa mãe SIMAB, SA e por inerência, na MARL, SA, mantém-se o Conselho de Administração e a continuidade do mandato em funções.

Os objetivos quantitativos da MARL, SA estão assim alinhados com os objetivos estratégicos definidos ao nível da *holding* e com as orientações da tutela financeira e setorial para o Grupo SIMAB bem como com as orientações definidas pela tutela financeira para as empresas do Setor Empresarial do Estado.

Os objetivos, assim estabelecidos, traduzem-se, no geral, na obtenção de uma variação positiva do *EBITDA*, diminuição do peso dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal face ao volume de negócios, redução da dívida, aumento da rentabilidade acionista e redução dos prazos de pagamento a fornecedores, dando, na generalidade, cumprimento às orientações da Direção Geral do Tesouro e Finanças.

- b) *Evidenciar a execução do plano de atividades e orçamento para 2024, caso este tenha sido aprovado, designadamente quanto ao volume de negócios, resultados e nível de endividamento, apresentando, para o efeito, os valores orçamentados, executados e respetivos desvios, bem como a justificação para incumprimentos e as medidas de correção, quando aplicável.*

O PAO2024 foi elaborado nos termos do n.º 1 do Despacho n.º 324/2023-SET de 3 de agosto de Sua Excelência, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em que foram determinadas um conjunto de orientações específicas para a elaboração dos PAO's 2024-2026 das empresas públicas não financeiras do SEE.

O PAO2024-2026 da MARL, SA foi aprovado por Despacho conjunto das tutelas financeira e setorial¹.

Neste contexto, sintetiza-se no quadro seguinte a avaliação do cumprimento dos indicadores, face aos objetivos definidos no âmbito do PAO2024:

¹ Despacho SETF n.º 92/2024 de 04/06/2024 e Despacho do SETCS n.º 5905/2024 de 17/05/2024 – Relatório UTAM 156/2024 de 20 de maio

Unid: euro

Indicadores	PAO 2024	Executado 2024	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	5 279 590,32 €	5 638 886,17 €	359 295,85 €	
EBITDA	11 244 480,49 €	11 388 342,99 €	143 862,50 €	
Resultado Operacional ¹⁾ (EBIT)	7 321 980,77 €	7 572 853,14 €	250 872,37 €	
Volume de Negócios ²⁾	15 452 333,10 €	15 323 938,95 €	-128 394,15 €	Maioritariamente apurado em rendimentos decorrentes de integração de taxas de acesso, relativamente a dois edifícios construídos por terceiros, com início adiado para 2025.
Gastos Operacionais ³⁾	4 362 517,29 €	4 190 845,03 €	-171 672,26 €	
Gastos Operacionais/Volume de N.	28,23%	27,35%	-0,88 p.p.	
Endividamento ⁴⁾	4 786 666,73 €	4 166 902,63 €	-619 764,10 €	
Dívida Financeira Líquida ⁵⁾ /EBITDA	42,19%	32,38%	-9,81 p.p.	
Disponibilidades ⁶⁾	42 532,17 €	479 285,70 €	436 753,53 €	

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

4) Passivo remunerado

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

6) Caixa conforme Balanço

EBITDA (resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações)

EBITDA

milhares de euros	2023	2024	PAO4T24	2024 / PAO4T24	
				ABS	%
Rendimentos Operacionais	15 029,4	15 886,1	15 916,0	-29,8	-0,2%
Gastos Operacionais	-4 394,1	-4 497,8	-4 671,5	-173,7	-3,7%
EBITDA	10 635,3	11 388,3	11 244,5	143,9	1,3%

- O desvio favorável do **EBITDA**², em 143,9 milhares de euros (+1,3%), face ao previsto em sede de PAO2024, traduz o efeito conjugado de um desvio desfavorável nos rendimentos operacionais, em 29,8 milhares de euros (-0,2%) e de um desvio favorável nos gastos operacionais, em 173,7 milhares de euros (-3,7%).
- O desvio registado nos **rendimentos operacionais** (-29,8 milhares de euros) é, maioritariamente, apurado em: (i) integração de taxas de acesso (-154,6 milhares de euros), refletindo o efeito conjugado de um desvio favorável em integração plena por motivo de rescisão contratual (+35,7 milhares de euros), e um desvio desfavorável na integração recorrente (-190,3 milhares de euros), esta última relativa a dois edifícios construídos por terceiros, com início de atividade adiada para 2025; (ii) desvio desfavorável em rendimentos de taxas de utilização (-130,8 milhares de euros) e (iii) desvio desfavorável na venda de frio (-21,1 milhares de euros). Em sentido inverso, destaca-se a evolução favorável em: (i) rendimentos provenientes do pórtico (+19,2 milhares de euros); (ii) taxas de utilização dos lugares sazonais (+107,8 milhares de euros); (iii) taxas de cedência de posição contratual (+37,2 milhares de euros) e (iv) "outros rendimentos operacionais" (+98,6 milhares de euros), relativamente a excesso de estimativa para impostos (+50,3 milhares de euros) e correções de exercícios anteriores (+49,2 milhares de euros).
- O desvio favorável nos **gastos operacionais**, no montante de 173,7 milhares de euros (-3,7%) resulta do efeito conjugado de:
 - i. desvio favorável em **FSE's**, no montante de 126,3 milhares de euros (-3,8%), evolução maioritariamente impactada pelas rubricas de: (i) limpeza (-80,5 milhares de euros), maioritariamente apurado na subrubrica de tratamento de resíduos; (ii) manutenção e conservação (-90,8 milhares de euros), traduzindo o adiamento de diversas intervenções para períodos subsequentes e (iii) trabalhos especializados (-74,9 milhares de euros).

² Apurado de acordo com SNC

Este efeito é mitigado pelo desvio desfavorável na subrubrica de eletricidade (+125,8 milhares de euros), espelhando o agravamento das taxas de ligação à rede, não previsto em sede de orçamento.

- ii. desvio favorável nos **gastos com pessoal**, em 45,4 milhares de euros (-4,3%), maioritariamente justificado por: (i) absentismo registado em 2024 (-18,1 milhares de euros); (ii) adiamento da implementação de um Plano de Carreiras, previsto e autorizado em sede de PAO 2024-2026 (-22,2 milhares de euros); (iii) pela integração de três colaboradores nos quadros da empresa, conforme previsto em sede de PAO 2024-2026 e respetiva aprovação pela tutela³, situação que estando prevista, em sede de orçamento, ocorrer em abril, acabou por ocorrer em setembro de 2024 (-20,1 milhares de euros) e (iv) regresso à empresa de trabalhador requisitado, em abril de 2024, não previstos em sede de orçamento (+14,6 milhares de euros).

> Eficiência Operacional

Eficiência Operacional

milhares de euros	2023	2024	PAO4T24	2024 / PAO4T24	
				ABS	%
(1) Volume de Negócios [VN]	14 539,3	15 324,5	15 452,3	-127,8	-0,8%
(2) Gastos Operacionais	4 059,3	4 190,8	4 362,5	-171,7	-3,9%
FSE's	3 107,0	3 170,7	3 296,9	-126,3	-3,8%
Gastos c/ Pessoal	952,3	1 020,2	1 065,6	-45,4	-4,3%
(i) Gastos relativos aos Órgãos Sociais	155,8	155,8	155,8	0,0	0,0%
(ii) Imposições legais ⁽¹⁾	0,0	25,0	24,6	0,4	1,5%
(iii) Valorizações remuneratórias obrigatórias			22,2		
(iv) Efeito Absentismo	-21,5	-18,1	0,0	-18,1	n.d.
(3) Gastos Operacionais Ajustados [GO] = (2)-(i)-(ii)-(iii)-(iv)	3 924,9	4 028,1	4 159,9	-131,8	-3,2%
(3)/(1) (GO)/VN	27,00%	26,29%	26,92%	-0,64 p.p.	

(1) Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro, que determina a atualização do valor das remunerações da Administração Pública.

- O **peso dos gastos operacionais**⁴ (FSE's + RH) no volume de negócios, situou-se abaixo do valor previsto em sede de PAO2024, em 64 pontos base;
- O **volume de negócios** apresenta um desvio desfavorável, no montante de 127,8 milhares de euros (-0,8%), traduzindo maioritariamente o efeito conjugado da evolução nas seguintes subrubricas:
 - Taxas de utilização (-130,8 milhares de euros);
 - Taxas de utilização sazonais (+107,8 milhares de euros);
 - Portagens (+19,2 milhares de euros);
 - Venda de frio (-21,1 milhares de euros);
 - Taxas de cedência de posição (+37,2 milhares de euros);
 - Outras Prestações de Serviços, incluindo taxas de consumo de energia, reparações solicitadas por operadores, aluguer câmara de frio, inscrições de lugares sazonais e outros (+11,8 milhares de euros);
 - Integração de taxas de acesso (-154,6 milhares de euros).
- Os **gastos operacionais (FSE + RH)**, apresentam um desvio favorável de 171,7 milhares de euros (-3,9%) evidenciando o esforço de racionalização e de contenção de custos, necessário para acomodar o desvio desfavorável registado em algumas rubricas, por força de situações

³ Despacho SETF n.º 92/2024 de 04/06/2024 e Despacho do SETCS n.º 5905/2024 de 17/05/2024 – Relatório UTAM 156/2024 de 20 de maio

⁴ Ajustado pelo efeito de disposições legais, absentismo e excluindo gastos com órgãos sociais

não previstas em sede de orçamento, sem, contudo, comprometer as condições de operacionalidade do mercado. Neste contexto, a evolução dos gastos operacionais reflete, maioritariamente:

- i. Desvio favorável em **FSE**, em 126,3 milhares de euros (-3,8%), em resultado do efeito conjugado de variações nas diversas subrubricas que integra, destacando-se:
 - (i) Trabalhos especializados: desvio favorável, em 74,9 milhares de euros (-17,5%), refletindo, assessorias técnicas especializadas (cibersegurança, empreitadas, medidas de autoproteção, desenvolvimento *software*) previstas em sede de orçamento, que não se verificaram;
 - (ii) Conservação e reparação: situa-se abaixo do previsto no PAO2024, em 90,8 milhares de euros (-26,6%), traduzindo o adiamento de intervenções em instalações e equipamentos para anos subsequentes;
 - (iii) Água: apresenta um desvio favorável, em 20,8 milhares de euros (-13,8%), espelhando um consumo (m³) inferior ao previsto;
 - (iv) Eletricidade: situa-se acima do PAO2024, em 125,8 milhares de euros (+40%), refletindo o aumento do preço unitário decorrente do agravamento nas tarifas de acesso às redes, não previsto em sede de orçamento;
 - (v) Limpeza, que se apresenta abaixo do orçamento, em 80,5 milhares de euros (-5,7%), maioritariamente apurado em gastos com tratamento de resíduos sólidos refletindo o efeito conjugado de uma melhoria na eficiência da recolha, aferida pela taxa de reciclagem e pelo desvio desfavorável nos rendimentos decorrentes da valorização de recicláveis, traduzindo a redução de preço na valorização de recicláveis, face ao previsto em sede de orçamento.
- ii. Desvio favorável em **gastos com pessoal** no montante de 45,4 milhares de euros (-4,3%), traduzindo, maioritariamente, o efeito conjugado das seguintes situações:
 - (i) adiamento da implementação de um Acordo de Empresa (-22,2 milhares de euros), incluindo um regime de carreiras, uma tabela salarial, um modelo de avaliação e mecanismos de progressão de carreiras, autorizado em sede de orçamento 2024, e adiado para 2025 por se encontrar condicionado à aprovação do Acordo de Empresa pelo Acionista, conforme despacho de aprovação do PAO2024⁵;
 - (ii) absentismo registado em 2024 (-18,8 milhares de euros);
 - (iii) regresso à empresa, entre abril e outubro de 2024, de colaborador que se encontrava requisitado (+14,6 milhares de euros) e que solicita licença sem vencimento em outubro de 2024;
 - (iv) integração de três colaboradores nos quadros da empresa, conforme previsto em sede de PAO 2024-2026 e respetiva aprovação pelas tutelas⁶, situação que estando prevista, em sede de orçamento, ocorrer em abril, acabou por ocorrer em setembro de 2024, (-20,1 milhares de euros).

› Dívida Financeira Líquida

A **dívida financeira líquida** situou-se abaixo do previsto no orçamento, em 1.156,5 milhares de euros (-24,4%), evolução impactada pelo adiamento da execução do Plano de investimentos.

⁵ Despacho conjunto Despacho SETF n.º 92/2024 de 04/06/2024 e Despacho do SETCS n.º 5905/2024 de 17/05/2024– Relatório UTAM 156/2024 de 20 de maio

⁶ Despacho SETF n.º 92/2024 de 04/06/2024 e Despacho do SETCS n.º 5905/2024 de 17/05/2024– Relatório UTAM 156/2024 de 20 de maio

- c) No que aos **investimentos** diz respeito, proceder à apresentação de um quadro, devendo, nos casos em que se observe a execução de investimentos não previstos no PAO aprovado, ou, estando previstos no PAO aprovado, excederem o valor orçamentado, explicitando se o mesmos foram objeto de autorização autónoma pelas tutelas e em que termos.

No que concerne ao investimento realizado, em 2024, totalizou um montante de 1.040 milhares de euros, correspondente a uma taxa de execução de 37%, do qual passa em curso para 2025, o valor de 273,6 milhares de euros, maioritariamente correspondente a empreitadas de intervenção no pavimento betuminoso (133,4 milhares de euros), instalação de UPAC's (73,5 milhares de euros), ampliação do sistema de CCTV (50,9 milhares de euros), reabilitação de condutas (7,6 milhares de euros), aquisição e montagem de portas metálicas (4,9 milhares de euros) e outras intervenções de expressão residual (3,2 milhares de euros).

A execução do Plano de Investimentos apresentou-se da seguinte forma:

Plano de Investimento	PAO 2024	Total	Fontes de financiamento						Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ medidas
		Executado 2024	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitár ios	PRR	Outras		
Beneficiação de Edifícios e Infraestruturas	1 577 903,46 €	309 543,38 €	309 543,38 €						-1 268 360,08 €	
Sinalética	20 000,00 €	17 158,24 €	17 158,24 €						-2 841,76 €	
Obras decorrentes das MAP's	40 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-40 000,00 €	
Intervenções nos PT's dos Pavilhões	30 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-30 000,00 €	
Reparação de tubagens de frio dos pavilhões + Dep. Inercia	165 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-165 000,00 €	
Fachadas NAC	159 919,03 €	309 978,22 €	309 978,22 €						150 059,19 €	
Up-Grade GTC	150 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-150 000,00 €	
Aquisição UPS	12 000,00 €	7 445,70 €	7 445,70 €						-4 554,30 €	
Aquisição de PC's/Servidores/ Outros Equipamentos	93 500,00 €	22 109,67 €	22 109,67 €						-71 390,33 €	
Software	32 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-32 000,00 €	
Sistema de Intrusão e Incêndio - Segurança	109 900,00 €	48 276,56 €	48 276,56 €						-61 623,44 €	
Controlo Acessos	30 000,00 €	18 981,98 €	18 981,98 €						-11 018,02 €	
Reforço Sistema CCTV	6 000,00 €	53 801,63 €	53 801,63 €						47 801,63 €	
Contadores de Água	3 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-3 000,00 €	
Data Loggers	10 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-10 000,00 €	
Aquisição de Equipamento LED	144 501,00 €	51 619,50 €	51 619,50 €						-92 881,50 €	
Instalação UPAC'S	65 157,92 €	139 452,09 €	139 452,09 €						74 294,17 €	
Projeto Eco Area	45 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-45 000,00 €	
Contentores Lixo	15 000,00 €	19 770,00 €	19 770,00 €						4 770,00 €	
Aquisição de Cortinas Rápidas/Portas/Foles acostagem	19 750,00 €	17 063,60 €	17 063,60 €						-2 686,40 €	
Aquisição de ventiladores para frigidifusores	5 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-5 000,00 €	
Grelhas e cestos de retenção + tampas saneamento	35 000,00 €	4 278,60 €	4 278,60 €						-30 721,40 €	
Aquisição de betoneiras e Balanças	12 500,00 €	0,00 €	0,00 €						-12 500,00 €	
Sistema de Som dos Pavilhões	15 000,00 €	5 157,80 €	5 157,80 €						-9 842,20 €	
Equipamento Ar Condicionado	6 000,00 €	5 590,00 €	5 590,00 €						-410,00 €	
Outros equipamentos	2 000,00 €	9 804,24 €	9 804,24 €						7 804,24 €	
Valor total do investimento	2 804 131,41 €	1 040 031,21 €	1 040 031,21 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 764 100,20 €	

Os desvios verificados respeitam a investimentos adiados para 2025 e/ou necessidade de reafecção de montantes entre rubricas.

A taxa de execução do investimento na MARL, SA de apenas 37% (Euro 1.040.031 executados de um total previsto de Euro 2.804.131) deve-se, essencialmente, à insuficiência de recursos técnicos disponíveis na equipa e à obrigatoriedade dos concursos públicos, que impõem prazos processuais mais longos e complexos.

Este cenário impactou diversas rubricas, nomeadamente a Beneficiação de Edifícios e Infraestruturas, as Fachadas NAC e a Instalação de UPAC's, entre outras, refletindo a dificuldade de acelerar a execução dos investimentos sem o reforço adequado da capacidade operacional e sem flexibilização dos procedimentos licitatórios.

Atente-se ainda, que dada a natureza de determinadas intervenções, como a reabilitação/beneficiação do edificado, para as quais, as "janelas de tempo" são muito específicas, os recursos estarem afetos a outros procedimentos, não sendo possível a sua execução em tempo.

Apesar destes desafios, estão a ser envidados esforços para ajustar os processos e otimizar a execução dos restantes investimentos em 2025, de forma a cumprir os objetivos estratégicos do MARL.

- d) Na eventualidade da existência de contratos-programa, contratos de prestação de serviço público ou de interesse económico geral celebrados com o Estado, a empresa deverá apresentar a execução face ao explicitado nos instrumentos de planeamento.

Não aplicável porquanto a MARL, SA não celebrou qualquer contrato-programa com o Estado.

- e) *Para as empresas públicas que integram o perímetro de consolidação das administrações Públicas, incluir um quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE, acompanhado de nota justificativa dos respetivos desvios.*

A MARL, SA não integra o perímetro de consolidação das Administrações Públicas, pelo que a al. e) deste ponto não é aplicável.

2. Gestão do Risco Financeiro

Os riscos a que a MARL, SA se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos.

A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

Risco de Crédito - O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando a análise da antiguidade das contas a receber; o perfil de risco do cliente; e as condições financeiras dos clientes.

Risco de Liquidez – A MARL, SA está exposta a fatores de risco financeiro que resultam da sua atividade, essencialmente relacionados com a liquidez e com a taxa de juro decorrente do passivo financeiro. A política de financiamento e de gestão do risco de liquidez da MARL, SA é pautada pelos seguintes objetivos:

- Assegurar um calendário de vencimento de dívida escalonado ao longo do tempo;
- Adotar, ao nível da gestão do risco de liquidez, uma política de manutenção das suas disponibilidades financeiras a um nível razoável e, simultaneamente, a garantia de que eventuais défices de financiamento das atividades operacionais e de investimento estejam assegurados, respetivamente por contratos de financiamento de curto e de médio e longo prazo; e,
- Alongar a maturidade média da dívida para a tornar mais consistente com maturidade dos seus ativos.

A MARL, SA tem a necessidade regular de recorrer a fundos externos para financiar a sua atividade corrente e os seus planos de investimento e detém uma carteira de financiamentos de longo prazo, constituída por empréstimos de médio/longo prazo, mas que também inclui uma variedade de outras operações de financiamento de curto prazo, sob a forma de papel comercial e de linhas de crédito. Para além do passivo bancário, a empresa financia-se por via de prestações acessórias de capital, integrada numa política de concentração de crédito bancário na empresa mãe.

O objetivo da gestão de risco de liquidez é garantir que, em todos os momentos, a empresa tem a capacidade financeira, para cumprir os seus compromissos pecuniários nas datas em que estes são exigíveis, bem como para exercer a sua atividade corrente e prosseguir os seus orçamentos. A MARL, SA detém uma estrutura financeira flexível, utilizando por isso uma combinação de:

- Manutenção, com os bancos de relacionamento, de linhas de crédito com prazos de aviso para cancelamento suficientemente confortáveis;
- Programas de papel comercial;
- Planeamento financeiro anual detalhado;
- Diversificação das fontes de financiamento e das contrapartes;
- Manutenção de uma maturidade média da dívida consistente com os ativos de longo prazo; e,

- Manutenção de uma reserva de liquidez sob a forma de linhas de crédito com os seus bancos de relacionamento, de forma a assegurar a capacidade para cumprir os seus compromissos, sem ter que se refinar em condições desfavoráveis.

O objetivo da MARL, SA, em relação à gestão de capital é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente da dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O intuito da gestão de risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da sociedade, com uma remuneração adequada dos capitais investidos e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

Destacam-se algumas das mais importantes operações de financiamento que caracterizam o passivo bancário da MARL, SA:

- Financiamento contratado com o Banco Europeu de Investimento (BEI), em condições de maturidade, carência e taxas de juro bastante favoráveis (Euribor3m + 0,12%), quando comparadas com as condições normalmente oferecidas no mercado financeiro pela banca comercial e de investimento, cujo capital em dívida, a 31 de dezembro de 2024, ascende a 4.166,7 milhares de euros. No âmbito deste financiamento foi obtida garantia pessoal (fiança) do Estado Português, para o cumprimento das obrigações de capital e juros;
- Dois contratos de crédito por descoberto em conta (Grupado), que inclui a SIMAB, MARL e MARE, com um limite global de 2.700 milhares de euros. Em 31 de dezembro de 2024, estas linhas não se encontravam utilizadas.

A totalidade da dívida financeira da MARL, SA está indexada a taxas de referência variáveis, estando por essa via exposta ao risco de taxa de juro. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a MARL, S.A ao risco de fluxos de caixa.

A empresa não tem contratualizado qualquer instrumento de gestão de risco financeiro⁷.

A dívida financeira da MARL, SA tem diminuído de forma progressiva e consistente, ascendendo a 4.166,9 milhares de euros, em 31 de dezembro de 2024, que compara com 9.184,9 milhares de euros, em 2023 (-54,6%) e com 26.482,1 milhares de euros em 2020 (-84%). A empresa tem vindo assim a reforçar a sua estrutura de capital, de forma consolidada, por via do reforço da sua capacidade de autofinanciamento.

Dívida Financeira

milhares de euros	2020	2021	2022	2023	2024	2024/2023	
	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	ABS	%
Linhas curto prazo							
Apoio à Tesouraria	1 221,2	1 483	205	416	0	-415,7	-100%
Outros	0,0	0,0	0	0	0	0,0	24%
						0,0	n.d.
Linhas médio/longo prazo							
BEI	15 277,8	12 500,0	9 722	6 944,4	4 166,7	-2 777,8	-40%
Outros Financiamentos	510,8	171,1	0	0	0	0,0	n.d.
Papel Comercial	5 300,0	3 600,0	2 400	1 200	0	-1 200,0	-100%
Empréstimos acionistas	4 172,4	3 281,4	2 573	625	0	-624,6	-100%
Total	26 482,1	21 035,6	14 900,8	9 184,9	4 166,9	-5 018,0	-54,6%

A redução do passivo bancário nos últimos anos permitiu mitigar o impacto da evolução dos mercados financeiros, nomeadamente das taxas de juro de mercado, a partir de 2022.

A evolução da taxa de financiamento espelha a evolução das taxas de juro de referência (Euribor), mantendo-se o *all in spread* das operações, na sequência das negociações mantidas com a banca comercial.

Unid: euro

Ano	2024	2023	2022	2021	2020
Encargos Financeiros (€)	267 289,38 €	433 617,83 €	128 634,30 €	134 527,32 €	214 289,48 €
Taxa Média de Financiamento (%)	4,00%	3,60%	0,72%	0,57%	0,73%

A taxa média é calculada por referência ao passivo bancário médio de 2 anos.

3. Limite de crescimento do endividamento

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2024 – LOE2024), apurado de acordo com a fórmula definida no n.º 1 do artigo 135.º do Decreto-lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (DLEO 2024) e tendo em conta os novos investimentos, o crescimento do endividamento, em 2024, face a 2023, é limitado a 2%.

Nos anos de 2024 e 2023 não ocorreram aumentos de capital.

Em 2024, não se realizaram investimentos com enquadramento no conceito “novo investimento com expressão material”, definido nos termos do artigo 135.º do DLEO 2024.

A taxa de variação do endividamento remunerado é calculada nos termos do n.º 1 do artigo 135.º do Decreto-Lei n.º 17/2024 de 29 de janeiro, apresentando-se como segue:

Unid: euro

Ano	2024	2023
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio	29 999 999,76 €	29 999 999,76 €
Financiamento remunerado	4 166 902,63 €	9 184 917,09 €
Novos investimentos com expressão material em 2024	0,00 €	
Variação do Endividamento	-12,81%	

A MARL, SA cumpre assim os limites de endividamento legalmente definidos, tendo o passivo remunerado, em 2024, diminuído em 5.018 milhares de euros (-54,6%).

Importa referir que, em novembro de 2014, a SIMAB, SA e as suas participadas obtiveram despacho⁸ favorável ao pedido de exceção que permite às empresas do Grupo SIMAB⁹ o acesso a financiamento junto de instituições de crédito, quer através da contratação de novos financiamentos, quer através da cessão de posição contratual em contratos de financiamento vigentes entre empresas do Grupo SIMAB, quer ainda em situações de renovação ou prorrogação de financiamentos.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a Fornecedores e atrasos nos pagamentos (“arrears”)

Em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, apresenta-se de seguida a evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e a divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio.

PMP	2024	2023	Variação 24/23	
			Valor	%
Prazo (dias)	44	38	6	14,6%

Salienta-se que, tendo sido identificado um erro de cálculo, o PMP apresentado em 2023 foi corrigido, passando de 34 dias para 38 dias.

A evolução do prazo é impactada pelo registo de faturas recebidas no final de dezembro de 2024 que, não se encontrando vencidas, influenciam o cálculo do PMP. Em 31/12/2024, 97% do saldo de fornecedores respeitava a dívida não vencida (75% em 31/12/2023).

▪ Divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”)

No que respeita à divulgação de informação dos atrasos de pagamento definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, a MARL, SA apresenta, à data de 31/12/2024, os seguintes atrasos nos pagamentos:

⁸ Despacho n.º 2318/2014 – SET

⁹ Nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na redação que lhe foi conferida pelo artigo 20.º da Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro

Unid: euro

Dívida Vencida (>90 dias)	PAGAMENTOS EM ATRASO				
	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do artigo 4.º do DL 127/2012				
	2024				2023
	90-180 dias	180-365 dias	> 360 dias	Total	Total
1 - Aq. de Bens e Serviços	40,21 €	0,00 €	20 517,53 €	20 557,74 €	36 498,53 €
2 - Aq. de Capital	0,00 €	0,00 €	836 441,60 €	836 441,60 €	835 128,10 €
3 - Total dívida vencida >90 dias (1+2)	40,21 €	0,00 €	856 959,13 €	856 999,34 €	871 626,63 €
4 - Situações excluídas (n.2 art.4 DL 127/2012)	40,21 €	0,00 €	856 959,13 €	856 999,34 €	871 626,63 €
4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória				0,00 €	
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor			854 025,63 €	854 025,63 €	851 092,13 €
4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados	40,21 €		2 933,50 €	2 973,71 €	20 534,50 €
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

Nota: **PAGAMENTOS EM ATRASO** são representados pelas contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

Excluem-se deste conceito: as obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória; as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, e os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, conforme estabelece o n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho

Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOE 2024	Saldo
1 - Pagamentos em atraso 2023 (>90 dias) ¹	0,00 €
2 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) ¹	0,00 €
3 - D Pagamentos em atraso (2-1)	0,00 €
4 - Dotações orçamentais em 2024 ²	n.a.
5 - Saldo (3+4)	0,00 €

1 - Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011.

2 - Apenas aplicável às entidades públicas reclassificadas.

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do “acionista” emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

As contas da MARL, SA referentes ao exercício de 2023, foram aprovadas em Assembleia Geral de 27 de março de 2024¹⁰, estando presentes ou representados todos os acionistas.

Não existiram recomendações dos acionistas, aquando da aprovação de contas 2023.

6. Cumprimento das diligências com vista a solucionar situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal de Contas

Não foram feitas quaisquer reservas na Certificação Legal de Contas relativa ao exercício de 2023.

7. Cumprimento das orientações legais ao nível das Remunerações

Em 2024, a MARL, SA aplicou as orientações relativas às remunerações vigentes em 2024 dos órgãos sociais, nomeadamente a redução remuneratória decorrente da aplicação da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

¹⁰ Ata n.º 59

a) Remunerações dos Órgãos Sociais

No exercício de 2024 apresentaram-se em funções os órgãos nomeados para o mandato 2021/2023, em Assembleia Geral datada de 31 de março de 2021, na sequência da realização de Assembleia Geral eletiva na SIMAB, SA, acionista maioritário.

▪ Mesa da Assembleia Geral

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Valor da Senha Fixado (€)	Número de Senhas Pagas	Valor Bruto Auferido
2021-2023	Presidente	Ricardo Jorge Colaço Leão (1)	200,00 €	0	0,00 €
2021-2023	Secretário	João Diogo Santos Moura (2)*	100,00 €	1	100,00 €
					100,00 €

(1) Nomeado em AG de 12 de novembro de 2021 (Ata n.º 54)

(2) Nomeado em AG de 09 de novembro de 2022 (Ata n.º 56)

* Representado por José Pedro Athayde Albuquerque Soares Rebelo que auferiu o valor da senha

Segundo os Estatutos da Sociedade, a Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e um Secretário.

Em Assembleia Geral de 31 de março de 2021, na sequência da realização de Assembleia Geral eletiva na SIMAB, SA, acionista maioritário, foram designados os novos membros dos órgãos sociais, para o triénio 2021/2023, tendo ficado por nomear o Secretário da Mesa da Assembleia Geral.

Em Assembleia Geral de 9 de novembro de 2022, foi nomeado o Secretário da Mesa da Assembleia Geral para o mandato 2021-2023.

A Mesa da Assembleia manteve-se em funções em 2024, uma vez que, em Assembleia Geral de 27 de março de 2024, foi suspenso o ponto da ordem de trabalhos relativo à eleição dos Órgãos Sociais para o triénio 2024-2026, por não estarem reunidas as condições necessárias para deliberar sobre esta matéria.

No exercício de 2024, foi processada senha de presença ao Secretário da mesa da Assembleia Geral.

▪ Conselho de Administração

Em 31 de março de 2021, foram nomeados novos membros do Conselho de Administração, para o mandato 2021/2023:

Mandato CA (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO ou Opção pela Média dos últimos 3 anos (2)				Indicação do número total de mandatos
			Forma (1)	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)	Identificação da data da autorização e Forma	
2021-2023	Presidente	Jorge Proença dos Reis	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	Não	n.a.	n.a.	n.a.	1
2021-2023	Vogal executivo	Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva	Ata n.º 52 da AG	31/03/2021	Não	n.a.	n.a.	n.a.	1
2021-2023	Vogal não executivo	Luis Manuel dos Santos Matias	Ata n.º 54 da AG	12/11/2021	Não	n.a.	n.a.	n.a.	1
2021/2023	Vogal não executivo	Luis Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego	Ata n.º 393 do CA *	11/09/2024	Não	n.a.	n.a.	n.a.	1
2021-2023	Vogal não executivo	Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini	Ata n.º 56 da AG	09/11/2022	Não	n.a.	n.a.	n.a.	1

* Cooptado em Conselho de Administração de 11/09/2024, em representação do acionista Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

O Conselho de Administração em funções foi nomeado em Assembleia Geral realizada em 31/03/2021, para o mandato 2021/2023. Em Assembleia Geral de 9 de novembro de 2022, foram nomeados dois vogais não executivos, representantes dos acionistas Câmara Municipal de Lisboa e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, respetivamente, tendo este último apresentado renúncia ao cargo a 30 de novembro de 2023.

Em reunião de Conselho de Administração de 11 de setembro de 2024, foi designado por cooptação Luis Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego, enquanto vogal não executivo, representante do acionista Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Em Assembleia Geral de 31 de março de 2023, foi nomeado um dos vogais executivos, em representação do acionista SIMAB, SA, que apresentou renúncia a 31 de agosto de 2023 e que ainda não foi substituído.

As remunerações do Conselho de Administração em funções em 2024, foram deliberadas em Assembleia Geral de 12 de maio de 2021.

De salientar que não tendo sido reunidas as condições para nomeação de Administração nas últimas Assembleias Gerais na empresa mãe, SIMAB, SA e por inerência, na MARL, SA, mantém-se o Conselho de Administração e a continuidade do mandato em funções.

Os membros executivos do Conselho de Administração da MARL, SA (Comissão Executiva) não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público, apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente pela SIMAB, SA à MARL, SA.

O Desempenho de Cargos Sociais foi estabelecido em AG de 12 de maio de 2021, nos seguintes montantes:

- Presidente (DCS SIMAB) – Remuneração mensal, 14 meses, determinada no valor de Euro 4 130.
- Vogais Executivos (DCS SIMAB) - Remuneração mensal, 14 meses, determinada no valor de Euro 3 385.

Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Remuneração mensal fixada - EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Jorge Proença dos Reis	S	C ⁽¹⁾	0,00 €	n.a
Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva	S	C ⁽¹⁾	0,00 €	n.a

(1) - Classificação atribuída na *Holding* [SIMAB]

Relativamente aos vogais não executivos:

Conselho de Administração

Membro do CA (Nome)	Remuneração mensal fixada - EGP			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
	[S/N]	[A/B/C]	Vencimento mensal	Despesas Representação
Luis Manuel dos Santos Matias	S	C ⁽¹⁾	190,00 €	n.a
Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini	S	C ⁽¹⁾	0,00 €	n.a
Luis Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego	S	C ⁽¹⁾	0,00 €	n.a

(1) - Classificação atribuída na *Holding* [SIMAB]

Membro do CA (Nome)	Remuneração Anual Auferida (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Luis Manuel dos Santos Matias	2 660,00 €	0,00 €	2 660,00 €	133,00 €	2 527,00 €
Luis Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	2 660,00 €	0,00 €	2 660,00 €	133,00 €	2 527,00 €

(1) O valor da remuneração **Fixa** corresponde ao vencimento+despesas de representação (sem reduções).

(2) Prémios de Gestão.

(4) Redução prevista no artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

No que diz respeito a outros gastos com Órgãos Sociais, acresce o seguro de acidentes de trabalho indexado à remuneração do vogal não executivo Luis Manuel dos Santos Matias, que representou um gasto anual de EUR 16,20 e encargos com a segurança social, no montante anual de EUR 600,00.

A MARL, SA não incorre noutros gastos relativamente a comunicações móveis, viaturas e deslocações em serviço de nenhum dos membros do Conselho de Administração (Executivos e não Executivos).

▪ **Fiscalização - Fiscal Único/Revisor Oficial de Contas (ROC)**

Os honorários do ROC, nomeado na Assembleia Geral de 31 de março de 2021, foram definidos de acordo com os critérios previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, bem como de acordo com a deliberação tomada na mesma Assembleia, a qual define como valor de remuneração do Fiscal Único o valor mensal de Euro 806,25.

Nome ROC/FU	Contrato de Prestação de Serviços		Serviços Adicionais	
	Valor Anual €	Identificação do Serviço	Valor Anual €	Identificação do Serviço
A.Figueiredo & Associados SROC, Lda, representada por Ricardo Jorge Pinto Dias	9 675,00 €	Revisão de contas	0,00 €	n.a.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			Nº de anos de funções exercidas no grupo	Nº de anos de funções exercidas na sociedade
		Nome	Nº de inscrição na OROC	Nº Registo na CMVM	Forma (1)	Data	Data do Contrato		
2021-2023	ROC/Fiscal Único	A.Figueiredo & Associados SROC, Lda, representada por Ricardo Jorge Pinto Dias	SROC:85; ROC: 1819	SROC: 20161414 ROC: 20170008	Ata da AG n.º 52	31/03/2021	31/03/2021	13	13
2021-2023	ROC Suplente	Marco António da Costa e Dias	SROC:85; ROC: 1616	SROC: 20161226 ROC: 20170008	Ata da AG n.º 52	29/03/2021	31/03/2021	5	4

Nota: Deve ser identificada o efetivo (SROC e ROC) e suplente (SROC e ROC)
(1) Indicar AG/DUE/Despacho (D).

Em 2024, apenas foram realizados os serviços de Revisão legal de contas pela SROC.

b) Remuneração do Auditor Externo

A auditoria às contas da MARL, SA é realizada pelo SROC/ROC referido no ponto anterior, não existindo outro auditor externo.

8. Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)

- Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não utilizam cartões de crédito para fazer face a despesas ao serviço da empresa;
- Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
- Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não são reembolsados de quaisquer despesas no âmbito de despesas com comunicações;
- Os membros do Conselho de Administração da MARL, SA não utilizam viaturas de serviço.

9. Cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 16 do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais.

A MARL, SA não teve, em 2024, despesas não documentadas ou confidenciais, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e no artigo 11.º do EPG.

10. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens [Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março]

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 março, entre um conjunto mais abrangente de medidas tendo em vista a promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens, determina, no ponto 2, que as Empresas do Setor Empresarial do Estado, promovam, de três em três anos, a elaboração de um relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e a homens tendo em vista o diagnóstico e a prevenção de diferenças injustificadas naquelas remunerações e que o divulguem internamente e o publiquem na respetiva página de internet.

A MARL elaborou Relatório sobre e remunerações pagas a mulheres e a homens, tendo em vista proceder a uma análise quantitativa e qualitativa dos dados, com a caracterização das remunerações pagas por género, em dimensões distintas, apurando as eventuais diferenças salariais entre homens e mulheres, relativamente às remunerações, mensais, certas e permanentes (pagas 14x/ano), tendo como referência o 31 de dezembro de 2024. O referido relatório, aprovado pela Comissão Executiva a 31 de janeiro de 2025, encontra-se divulgado no site da MARL, SA¹¹.

A MARL, em 2024, manteve a prática de uma política remuneratória transparente, com base em critérios que não os relativos ao género, sempre de respeito e repúdio por qualquer discriminação em função de quaisquer diferenças dos seus trabalhadores, entre elas o sexo.

11. Elaboração e divulgação do Plano para a igualdade anual [artigo n.º 7.º da Lei 62/2017 e artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho]

A MARL, SA submeteu o Plano para a Igualdade, para o ano 2025, em demonstração do compromisso para com o tema da Igualdade de Género e em cumprimento do disposto na Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto e do Despacho Normativo n.º 18/2019 de 17 de junho, tendente a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre mulheres e homens, promovendo a eliminação da discriminação em função do género e fomentando a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

O plano abrange as seguintes dimensões, contempladas no referido despacho, referenciadas como obrigatórias:

- ✓ Igualdade no acesso ao emprego
- ✓ Igualdade nas condições de trabalho
- ✓ Igualdade remuneratória
- ✓ Proteção na parentalidade
- ✓ Conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal

O plano abrange, também, ainda as seguintes dimensões:

- ✓ Estratégia, missão e valores
- ✓ Formação inicial e contínua

Para além do diagnóstico da situação, abordando as práticas para a igualdade do género e conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, o Plano define, para cada dimensão acima referida, objetivos específicos, medidas concretas, indicadores, metas, áreas responsáveis e datas previstas de implementação e cadência da monitorização.

A MARL, SA elaborou o Plano para a Igualdade – 2025 nos termos da legislação¹², com submissão através do Portal para a Igualdade no Trabalho e nas Empresas desenvolvido pela CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, encontrando-se este publicitado no sítio na internet da empresa¹³ e divulgado internamente pelos trabalhadores, através da sua afixação em local próprio.

12. Elaboração e divulgação de medidas do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, designadamente o Código de Conduta (artigo 7.º do RGPC), o Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas (PPR) (artigo 6.º do RGPC) e o relatório anual de acompanhamento da execução do PPR (n.º 1 do artigo 46.º do RJSPE e artigo 6.º do RGPC)

A MARL, SA, enquanto pessoa coletiva do setor público empresarial que emprega menos de 50 trabalhadores, não é considerada entidade abrangida, na aplicabilidade do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (“RGPC”), devendo adotar instrumentos de prevenção de riscos de

¹¹ https://www.mar.pt/wp-content/uploads/2025/03/MARL_Rel.Rem_Genero2024-29-01-2025_compressed.pdf

¹² Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, n.º 3 do artigo 7.º

¹³ https://www.mar.pt/wp-content/uploads/2025/03/Plano_compressed.pdf

corrupção e infrações conexas adequados à sua dimensão e natureza, incluindo os que promovam a transparência administrativa e a prevenção de conflitos de interesses, nos termos do n.º 5 do artigo 2.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC).

Neste enquadramento, a MARL, SA subscreve o Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, que inclui riscos de corrupção e infrações conexas, emanado pela SIMAB e extensível às suas participadas, avaliando o seu cumprimento através de relatório anual de execução, conforme previsto nos, n.º 1 e n.º 2, do artigo 46 do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro (RJSPE).

O Relatório Anual de Execução do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, relativo ao ano de 2024, disponível no site¹⁴, foi aprovado a 26 de fevereiro de 2025, será ratificado na próxima reunião da Comissão Executiva da MARL, SA e foi submetido na Plataforma SISEE a 7 de março de 2025, para publicação no site da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM), para efeitos do n.º 1, do artigo 53.º do referido RJSPE.

13. Aplicação das Normas de Contratação Pública

a) Cumprimento das normas de contratação pública pela MARL, SA

Todas as empresas do Grupo SIMAB, onde se insere a MARL, SA, estão sujeitas ao regime da contratação pública, sendo consideradas entidades adjudicantes, nos termos do n.º 2, do art.º 2.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) tendo, em 2024, dado cumprimento às normas de contratação pública, na formação e execução dos seus contratos, com aplicação no CCP.

Durante o ano de 2024, relativamente aos processos de aquisição, sujeitos à Parte II do Código dos Contratos Públicos e expurgados os ajustes diretos simplificados, que não careceram de tramitação processual de contratação pública, 53%, do valor total dos preços contratualizados, foram transacionados em condições concorrenciais, através de concurso público e 16% através de consulta prévia.

Cerca 20% (333,4 milhares de euros) dizem respeito a 5 procedimentos por ajuste direto, com utilização de critérios materiais. De referir que: i) um deles, no valor de 218,7 milhares de euros, tem como fundamentação o recurso a entidade adjudicatária de procedimento lançado por concurso internacional, para o fornecimento de energia, há menos de 1 ano e previsto no programa de procedimento, pelo facto do concurso público lançado para o efeito ter sido extinto por ausência de propostas; ii) um outro decorreu da necessidade urgente em substituir o prestador de serviços de recolha e tratamento de resíduos, serviço imprescindível à atividade do Mercado, sobre a qual o MARL tem obrigações legais a cumprir em matéria de limpeza e saúde pública das instalações, tendo recorrido ao prestador do serviço que ganhou concurso público há menos de 12 meses; e os outros 3, por motivos técnicos relativos a equipamentos de grande porte e a sistemas já implementados que obrigaram ao recurso à entidades “donas” da instalação/projeto.

Apenas 9% foram efetuadas por ajuste direto a uma entidade, por serem muitos específicos da atividade e/ou necessidade de celeridade de procedimento, os quais se materializaram em 14 procedimentos, de onde resulta um preço contratual médio de 13,3 milhares de euros, aquém do limite legal para este tipo de procedimento.

A MARL, SA comunica os seus procedimentos de contratação pública, através do portal dos contratos públicos - Base.

b) Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços

Por forma a mitigar riscos de não cumprimento das normas de Contratação Pública, alinhado com os normativos relativos à prevenção da corrupção¹⁵ em incrementar mecanismos de controlo para

¹⁴ https://www.mar.pt/wp-content/uploads/2025/03/GrupoSIMAB_Relatorio-Anual-Gestao-Riscos-Corruptao-Infracoes-Conexas_2024.pdf

¹⁵ Designadamente Recomendação n.º 4/2020, de 2 de outubro de 2020, do CPC e Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro – Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC)

assegurar o adequado cumprimento das regras legais e das orientações internas em matéria de contratação de bens e serviços, apesar das práticas já existentes conducentes ao seu cumprimento, a MARL segue Regulamento de Controlo Interno de Contratação Pública, aprovado pela SIMAB, em 2021, que pretende constituir um conjunto de regras e princípios definidores de métodos e procedimentos aplicáveis à contratação pública, no âmbito da celebração de contratos de aquisição de bens e serviços e empreitadas, desde a fase pré-contratual, decisão de contratar/autorização de despesa, até à publicitação no portal da contratação pública.

O cumprimento do regulamento interno pretende:

- i. Reforçar os procedimentos relativos às aquisições de bens e serviços e nas empreitadas, já instituídos, promovendo o rigor e a responsabilidade individual de cada interveniente nos processos de aquisição;
- ii. Maior exigência na fundamentação e rigor, nos documentos de suporte à decisão de contratar;
- iii. Reforçar os mecanismos de controlo interno, com o recurso à segregação de funções, sempre que possível dada a dimensão das empresas;
- iv. Cumprimento do normativo, designadamente da publicitação no portal da contratação pública (Portal Base), nos termos do Art.º 127.º do Código dos Contratos Públicos, por forma a garantir a transparência nos procedimentos.

De forma resumida apresentam-se as atividades/fases englobadas no referido Regulamento Interno e a intervenção das respetivas áreas responsáveis:

Ref	Atividade	Área Responsável	Descrição
1	Informação de Necessidade	DR	DR descreve e fundamenta a necessidade, enquadrando a aquisição, o objeto, o valor previsional, o prazo de duração, o tipo de procedimento, as entidades que pretende convidar e a proposta de júri, quando aplicável
2	Cabimentação	DF	DF procede ao registo do Cabimento Orçamental e solicita as autorizações prévias necessárias, quando aplicável
3	Controlo Interno	DC	DC analisa a Informação de Necessidade, confere as soluções jurídicas adotadas e solicita os pareceres necessários (Ficha de Verificação I)
4	Peças do Procedimento	DR	DR, na sequência dos pareceres positivos, elabora o convite/procedimento e o caderno de encargos e elabora proposta ao órgão competente para a decisão de contratar
5	Controlo Interno	DC	DC verifica o teor do convite, caderno de encargos e proposta ao órgão competente para contratar (ficha de verificação II)
6	Decisão de Contratar	CA/CE	Órgão competente para a decisão de contratar delibera sobre a proposta da DR que inclui a Informação de Necessidade, a cabimentação, os pareceres, a designação do júri quando aplicável e as peças do procedimento
7	Publicitação Procedimento (Convites; Anúncio)	DC	DC procede ao envio dos Convites, através de endereço de correio eletrónico dedicado (mailbox contratacao) ou à submissão do anúncio e disponibilização do procedimento na plataforma de contratação pública
8	Prazo para apresentar proposta	DC	Técnico responsável pela Caixa de Correio/Plataforma Contratação pública verifica se, no prazo definido, os convidados/interessados apresentaram pedido de esclarecimento e/ou de retificação de peças ou correção de erros ou omissões
9		DR/Júri	Júri analisa os pedidos e DR elabora informação, que remete ao órgão competente para contratar, para sua deliberação, quando aplicável. Caso haja respostas, o Técnico Responsável pela Caixa de Correio ou plataforma disponibiliza-as aos Convidados/interessados
10	Lista de Concorrentes	Júri	Júri inicia a análise das propostas, elaborando a lista de concorrentes, a qual é publicada na plataforma ou notificada por correio eletrónico a todos os convidados
11	Avaliação	Júri	Júri avalia as propostas de acordo com o critério de avaliação definido, podendo pedir esclarecimentos às entidades convidadas
12	Relatório Preliminar	Júri	Depois da avaliação, o Júri elabora o Relatório no qual indica a proposta que classificou em primeiro lugar e submete-o a audiência prévia
13	Relatório Final	Júri	Júri analisa as pronúncias em sede de Audiência prévia e caso haja alteração da ordenação submete o novo Relatório a nova audiência prévia. Caso contrário, elabora o Relatório Final propondo a adjudicação ao concorrente cuja proposta esteja ordenada em 1.º lugar.
14	Proposta de Adjudicação	DR	De acordo com o Relatório elaborado pelo Júri do procedimento, DR elabora proposta de adjudicação, com Informação, Minuta do Contrato e minuta de ofício de notificação da adjudicação
15	Cabimentação	DF	DF procede à correção do valor previamente cabimentado de acordo com o valor a adjudicar
16	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação da proposta de adjudicação Ficha de Verificação III
17	Aprovação de Adjudicação	CA/CE	Órgão competente para contratar delibera sobre o Relatório Final e minuta do contrato e delibera pela adjudicação ou não adjudicação
18	Notificação ao Adjudicatário	DC	DC procede ao envio da notificação da adjudicação, apresentação dos documentos de habilitação e prestação da caução, se devida e minuta de contrato, através de endereço de correio eletrónico dedicado (mailbox contratacao) ou submissão na plataforma de contratação pública.
19	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação do procedimento de habilitação Ficha de Verificação IV
20	Assinatura do contrato	CA/CE	No prazo de 30 dias contados a partir da aceitação da minuta.
21	Controlo Interno	DC	DC procede à verificação e auditoria do procedimento (Ficha de Verificação Final) e à publicitação do Contrato no Portal BASE

Legendas/Siglas:

DR Direção Requisitante

DC Direção Compliance

DF Direção Financeira

CA/CE Conselho de Administração/Comissão Executiva

c) Na MARL, SA não foram celebrados contratos de valor superior a 5 milhões de euros.

14. Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

A MARL, SA aderiu em 2016, como Entidade Voluntária, ao SNCP através de contrato celebrado com a Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPA).

15. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais [artigo 134.º do Decreto Lei n.º 17/2024 de 29 de janeiro]

Tendo por base as medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais, previstas no artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento do Estado para 2024, segue, nos pontos seguintes, a explanação do seu grau de cumprimento.

No que respeita ao cumprimento das medidas de redução dos gastos operacionais, fornecimentos e serviços externos e gastos com o pessoal, a sociedade continua a implementar uma política de melhoria de eficiência da atividade desenvolvida através da racionalização de recursos e contenção de custos correntes, mantendo, no entanto, a salvaguarda da qualidade dos serviços prestados, uma vez que essa qualidade é essencial à sua atividade e dos seus resultados comerciais.

Sem prejuízo dos gastos operacionais serem analisados mais em detalhe neste capítulo, é importante começar por referir que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócio encontra-se cumprido (n.º 1 do artigo 134.º do DLEO 2024), tendo presente os impactos decorrentes do cumprimento de imposições legais e de fatores excecionais que retiram a comparabilidade entre os exercícios.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - n. 1 e 2 do artigo 134º do DLEO 2024	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	2024/2023		2024/2024 (orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) CMVMC	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	n.d.	0,00	n.d.
(2) FSE	3 170 657,98 €	3 296 929,90 €	3 106 951,99 €	63 705,99	2,05%	-126 271,92	-3,83%
(3) Gastos com o pessoal	1 020 187,05 €	1 065 587,39 €	952 349,15 €	67 837,90	7,12%	-45 400,34	-4,26%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de imposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	162 721,28 €	202 633,76 €	134 387,92 €	28 333,36	21,08%	-39 912,49	-19,70%
i. Gastos relativos aos órgãos sociais	155 841,02 €	155 843,23 €	155 840,95 €	0,07	0,00%	-2,21	0,00%
ii. Efeito do cumprimento de disposições legais ^{a)}	24 972,66 €	24 596,55 €	0,00 €	24 972,66		376,11	1,53%
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias	0,00 €	22 193,99 €	0,00 €				
i v. Efeito do Absentismo e dos gastos com indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)a)	-18 092,40 €	0,00 €	-21 453,03 €	3 360,63	15,67%	-18 092,40	
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	4 028 123,75 €	4 159 883,53 €	3 924 913,22 €	103 210,53	2,63%	-131 759,77	-3,17%
(6) Volume de negócios	15 324 488,95 €	15 452 333,10 €	14 539 331,58 €	785 157,37	5,40%	-127 844,15	-0,83%
Vendas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00		0,00	
Prestações de Serviços	15 323 938,95 €	15 452 333,10 €	14 539 308,04 €	784 630,91	5,40%	-128 394,15	-0,83%
Outros Rendimentos que concorrem para o VN (Subsídios à exploração)	550,00 €	0,00 €	23,54 €	526,46	2236,45%	550,00	
Indemnizações Compensatórias (se aplicável)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00		0,00	
(7) Impactos no VN decorrentes de imposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00		0,00	
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	15 324 488,95 €	15 452 333,10 €	14 539 331,58 €	785 157,37	5,40%	-127 844,15	-0,83%
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	26,29%	26,92%	27,00%	-0,71 p.p.		-0,64 p.p.	

Informação adicional	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	2024/2023		2024/2024 (orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	1 020 187,05 €	1 065 587,39 €	952 349,15 €				
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	155 841,02 €	155 843,23 €	155 840,95 €	0,07	0,00%	-2,21	0,00%
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais ^{a)} (discriminar, se aplicável)	24 972,66 €	24 596,55 €	0,00 €	24 972,66		376,11	1,53%
iii. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes do acordo para a melhoria do rendimento ^{a)} (Despacho de 29/12/2023-MF)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00		0,00	
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	0,00 €	22 193,99 €	0,00 €	0,00		-22 193,99	-100,00%
v. (+) Efeito do Absentismo	18 092,40 €	0,00 €	21 453,03 €	-3 360,63	-15,67%	18 092,40	
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)a)				0,00		0,00	
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	857 465,77 €	862 953,63 €	817 961,23 €	39 504,54	4,83%	-5 487,85	-0,64%
(3) Gastos com deslocações e alojamento	816,53 €	5 200,00 €	1 848,58 €	-1 032,05	-55,83%	-4 383,47	-84,30%
(4) Gastos com ajudas de custo	608,50 €	828,30 €	765,55 €	-157,05	-20,51%	-219,80	-26,54%
(5) Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	20 003,50 €	19 675,76 €	19 281,58 €	721,92	3,74%	327,74	1,67%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	4 975,00 €	0,00 €	0,00 €	4 975,00		4 975,00	
(7) Total dos gastos (3) a (6)	26 403,53 €	25 704,06 €	21 895,71 €	4 507,82	20,59%	699,47	2,72%
(8) N.º de Viaturas (operacional)	3	3	3	0,00	0,00%	0,00	0,00%
(9) N.º de viaturas (não operacional)	3	3	3	0,00	0,00%	0,00	0,00%

a) Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro

c) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

* Despacho do Senhor Ministro das Finanças, de 29-12-2023, no âmbito do acordo de médio prazo de melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade, celebrado a 7 de outubro de 2023.

A performance no **volume de negócios** reflete, maioritariamente, o efeito conjugado da evolução das seguintes subrubricas:

- i. Crescimento dos rendimentos *core*, as **taxas de utilização**, em 539,1 milhares de euros (+4,9%), espelhando maioritariamente a atualização dos preços unitários em 4,35%¹⁶;
- ii. Crescimento dos rendimentos de taxas de utilização dos **lugares sazonais**, em 164,8 milhares de euros (+22,7%), refletindo o efeito conjugado da atualização do preço unitário (+6,1%) e um maior número de reservas;
- iii. Crescimento dos rendimentos das **portagens**, em 57 milhares de euros (+7,5%). Em 2024, foi ultrapassado o limite mínimo da contrapartida paga à MARL, SA, pelo segundo ano consecutivo, refletindo um aumento do preço unitário e um aumento residual do número de saídas de viaturas;
- iv. Crescimento dos rendimentos provenientes da **integração de taxas de acesso**, refletindo o efeito conjugado do aumento nos rendimentos provenientes da integração plena de taxas de acesso por motivo de rescisão contratual, em 12,1 milhares de euros (+24,2%) e um decréscimo nos rendimentos da integração recorrente de taxas de acesso, em 4,2 milhares de euros (-0,3%), decorrente quer de rescisões contratuais operadas quer do fim do prazo de alguns contratos;
- v. Evolução favorável em “**outras prestações de serviços**”, em 30,2 milhares de euros (+15,9%), maioritariamente impactada pelos rendimentos provenientes de taxas de cedência de posição contratual, que se situam acima do ano anterior, em 23,7 milhares de euros (+30,1%).

A evolução desfavorável nos **gastos operacionais**, que aumentam em 131,5 milhares de euros (+3,2%) resulta do efeito conjugado de:

- i. Aumento dos **FSE's**, em 63,7 milhares de euros (+2,1%), evolução que resulta do efeito conjugado da evolução das várias subrubricas que integram os FSE's, destacando-se:
 - Eletricidade (+26,7 milhares de euros), refletindo o efeito conjugado de uma redução dos consumos (kwh) e do aumento do preço, impactado pelo agravamento das taxas da ERSE;
 - Conservação e Manutenção (+28,7 milhares de euros), apurado em manutenção de equipamento básico, nomeadamente, em *chillers* e CCTV;
 - Limpeza (+79,3 milhares de euros), maioritariamente apurado na prestação de serviços de limpeza exterior e interior, resultante dos concursos públicos lançados no último trimestre de 2023, que determinaram o aumento do valor das prestações de serviços, respetivamente, em 15,8% e 11,2%, refletindo os aumentos relativos às negociações dos acordos coletivos das empresas do setor;
 - Gás (-114,4 milhares de euros), sendo de salientar que a MARL, SA não suporta gastos com gás, tendo o valor registado em 2023 (+114,4 milhares de euros) resultado de uma fuga, entretanto identificada e reparada.
- ii. Aumento dos **gastos com pessoal**, em 67,8 milhares de euros (+7,1%), conforme seguidamente se detalha:

¹⁶ De acordo com a média dos últimos 12 meses do IPC exceto habitação do continente, conforme contratualmente definido

Gastos c/ Pessoal	EUR
(1) Gastos pessoal s/ OS em 2023	796 508
Ajustamentos:	
Cumprimento disposições legais	24 973
Absentismo 2023	21 453
Absentismo 2024	-18 092
(2) Total Ajustamentos	28 333
Outras variações:	
Novas contratações	32 558
Trabalhador requisitado	14 578
Formação	1 091
Seguro saúde + Acidentes Trabalho	825
Fardamento	2 649
Trabalho Noturno	1 858
Horas extraordinárias	-792
Efeito substituição trabalhador	-6 183
Despesas com recrutamento	-3 758
Outros (HSST, subsídio transporte, eventos, ajudas de custo)	-3 322
(3) Total outras variações	39 504
(4) Total = (2) + (3)	67 838
Gastos pessoal s/ OS em 2024	864 346

- Cumprimento de disposições legais correspondente a atualização salarial obrigatória¹⁷ (+25 milhares de euros);
- Efeito líquido do absentismo registado em 2023 e 2024 (+3,4 milhares de euros);
- Novas contratações, autorizadas em sede de aprovação de PAO2024-202618 (+32,6 milhares de euros);
- Regresso à empresa, em junho de 2024, de colaborador que se encontrava requisitado, tendo solicitado licença sem vencimento a partir de outubro de 2024 (+14,6 milhares de euros);
- Efeito substituição de trabalhador (-6,2 milhares de euros);
- Outros (despesas de recrutamento, horas extraordinárias, trabalho noturno, formação, fardamento, seguro de saúde e acidentes de trabalho, etc.) (-1,4 milhares de euros).

▪ **Peso dos Gastos Operacionais (CMV +FSE + Gastos com Pessoal) / VN**

[n.º 1, artigo 134.º do 17/2024 de 29 de janeiro]

Na prossecução do objetivo de redução de gastos operacionais (FSE + Gastos com o Pessoal), determina o artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro (DLEO 2024) que as empresas públicas devem assegurar a redução do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, face a 2023.

Para efeitos do disposto no DLEO2024¹⁹, o peso dos gastos operacionais no volume de negócios, expurgando o impacto no aumento da despesa operacional atribuído ao cumprimento de disposições

¹⁷ Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro

¹⁸ Despacho SETF n.º 92/2024 de 04/06/2024 e Despacho do SETCS n.º 5905/2024 de 17/05/2024– Relatório UTAM 156/2024 de 20 de maio

¹⁹ Artigo 134.º, n.º 2

legais²⁰ e o efeito do absentismo, situou-se em 26,29%, diminuindo em 71 pontos base, face ao ano anterior, em resultado do efeito conjugado de:

- Aumento do **volume de negócios**, em 785,2 milhares de euros (+5,4%), conforme já detalhado anteriormente;
- Aumento dos **gastos operacionais** ajustados (excluindo impacto das atualizações remuneratórias¹⁷, valorizações remuneratórias e o efeito do absentismo), em 103,2 milhares de euros (+2,6%).

Os ajustamentos indicados no cálculo do rácio de eficiência correspondem aos elementos indicados nas instruções e necessários para assegurar a correta evolução da eficiência decorrentes de alterações não existentes no ano anterior.

▪ **Gastos com o Pessoal**

[n.º4, artigo 134.º do Decreto-Lei n.º 17/2024, de 29 de janeiro]

Os gastos com o pessoal, excluído os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, das valorizações remuneratórias obrigatórias, bem como do efeito do absentismo, apresentam-se acima de 2023, em 39,5 milhares de euros (+4,8%), conforme detalhe apresentado anteriormente.

▪ **Fornecimentos e Serviços Externos**

Em 2024, os gastos com fornecimentos e serviços externos, situam-se acima do valor de 2023, em 63,7 milhares de euros (+2,1%).

Este aumento, com o detalhe apresentado em ponto anterior, decorre, maioritariamente, do aumento generalizado dos preços de mercado a que temos vindo a assistir, sendo que a não degradação dos níveis de operacionalidade e segurança do Mercado, inviabiliza o corte em qualquer tipo de gasto ou até mesmo a redução do âmbito das prestações de serviços que maior peso tem na estrutura de gastos da empresa, nomeadamente, limpeza, segurança e manutenção.

› **Encargos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e associados à frota automóvel**

Em 2024, os encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, os associados à frota automóvel e dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria encontram-se acima dos registados em 2023, em 4,5 milhares de euros (+20,6%).

Esta evolução é apurada em gastos com estudo relativo a inquérito realizado aos operadores do Mercado, promovido no âmbito do processo de negociação para um novo ciclo contratual, a ocorrer no primeiro semestre de 2025, e tendo como objetivo recolher a perceção e expectativas dos operadores do Mercado para este processo, por forma a sustentar a definição da estratégia de negociação.

Os gastos com deslocações apurados para este efeito (apenas viagens e estadias) diferem do valor de deslocações e estadas da Demonstração dos Resultados, uma vez que não integra gastos com portagens e estacionamento, que são incluídos nos gastos com a frota automóvel.

Os gastos associados à frota da MARL, SA apresentaram-se acima dos gastos incorridos em 2023, em 0,7 milhares de euros (+3,7%). Esta evolução é apurada em gastos com seguros e manutenção de uma viatura que, sendo propriedade da MARL, SA, esteve emprestada a prestador de serviços do MARL, até final de 2023, sendo os gastos incorridos (seguros e manutenção), repassados ao prestador de serviço. Em 2024, a gestão da atividade da viatura, passou a ser assegurada diretamente pela

²⁰ Decreto-Lei n.º 108/2023, de 22 de novembro (atualizações remuneratórias obrigatórias)

MARL, SA e os gastos deixaram de ser repassados, facto que justifica o aumento dos gastos na empresa.

Estes gastos incluem todos os gastos passíveis de serem associados às viaturas (rendas, seguros, portagens e estacionamento, manutenção, combustíveis).

No final de 2024, a frota automóvel da MARL, SA era composta por 6 viaturas, 5 em regime de aluguer operacional e 1 que pertence ao seu ativo (ligeiros de mercadorias, com mais de 15 anos).

Gastos com a Frota Automóvel

Euro	2022	2023	2024	2024 / 2023	
				Valor	%
Total	20 359,9	19 281,6	20 003,5	721,9	3,7%
ALD	15 983,5	15 986,4	15 983,5	-2,9	0,0%
Combustíveis	2 646,6	2 086,8	1 983,3	-103,6	-5,0%
Manutenção	58,9	41,8	414,9	373,1	892,2%
Seguros	1 022,5	624,5	1 080,6	456,1	73,0%
Portagens/Estac.	616,0	507,8	506,0	-1,8	-0,4%
IUC	32,5	34,2	35,2	1,0	2,9%
Nº de veículos	6	6	6	0	0,0%

16. Recursos Humanos e massa salarial (artigos 132.º a 134.º do DLEO 2024 | Despacho, de 29 de dezembro de 2023, do Senhor Ministro das Finanças)

	2024 Exec.	2024 Orç.	2023 Exec.	2024/2023	
				Δ Absol.	Var. %
N.º Órgãos Sociais (OS)	5	6	4	1	25,00%
N.º Cargos de Direção (CD)	4	4	4	0	0,00%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	24	24	21	3	14,29%
TOTAL	33	34	29	4	13,79%
N.º Trabalhadores/N.º CD	5,60	4,67	6,25	-0,65	-10,40%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	1 020 187,05 €	1 065 587,39 €	952 349,15 €	67 837,90 €	7,12%
Massa Salarial Global	850 950,32	856 409,15	756 294,16	94 656,16 €	12,52%
Massa Salarial sem os efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do nº de trabalhadores) ^{a)}	779 884,16	788 941,55	756 294,16	23 590,00 €	3,12%

a) Aferição do Despacho, de 29-12-2023, do Sr. Ministro das Finanças

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2023	Movimentos de Pessoal em 2024					Situação a 31/12/2024
		Saídas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/ cedência/licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações*	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)**	
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6) = (1) - (2) + (3) + (4) + (5)
Órgãos Sociais (OS)	5	0	0	0	0	0	5
Cargos de direção (s/ OS)	4	0	0	0	0	0	4
Trabalhadores							0
Categoria 1	21	0	1	0	3	0	24
Total (OS+CD+Trabalhadores)	30	0	1	0	3	0	33
Impacto nos gastos com pessoal	-	0,00 €	-	0,00 €	32 801,46 €	0,00 €	32 801,46 €

*) Autorizado em sede de aprovação PAO2024-2026 - Despacho SETF n.º 92/2024 de 04/06/2024 e Despacho do SEE n.º 5905/2024 de 17/05/2024 - Relatório UTAM 156/2024 de 20 de maio

Em 31 de dezembro de 2024, a MARL, SA apresenta um quadro de pessoal de 5 órgãos sociais e 25 trabalhadores, dos quais 4 são dirigentes e um trabalhador encontra-se em licença sem vencimento.

Em 31 de dezembro de 2024, encontra-se por nomear um vogal executivo, representante do acionista SIMAB, SA.

17. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (UTE)

A situação financeira das empresas do Grupo SIMAB, entre as quais a MARL, SA, obriga ao recurso permanente a instrumentos de dívida de longo, médio e curto prazo, nomeadamente, a descobertos

autorizados, programas de emissão de papel comercial e financiamentos de médio/longo prazo para suportar investimentos de expansão da capacidade dos Mercados.

Neste contexto, as empresas recorrem ao Mercado para se financiarem, uma vez que o financiamento não pode ser assegurado pelo IGCP.

A maior ou menor capacidade de negociação das linhas de financiamento depende, em larga medida, do nível de serviços prestados pelas entidades bancárias, que são utilizados pela empresa, bem como do volume/valor dos movimentos efetuados junto das instituições financeiras.

A coordenação e obtenção dos financiamentos à atividade das empresas do Grupo SIMAB são desenvolvidas pela holding, procurando criar os meios necessários para fazer face às necessidades das participadas, tendo sempre presente o objetivo de manter o equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

A utilização de linhas de descoberto autorizado como instrumento de financiamento dos *deficits* de tesouraria gerados nas empresas do Grupo, determina a manutenção de depósitos bancários, que na realidade consubstanciam, maioritariamente saldos resultantes do desfaseamento temporal (em geral correspondente a 1 dia), originado pelo mecanismo de movimentação de fluxos operado pelos Bancos, entre a compensação de saldos credores (excedentes) e saldos devedores (utilização de linhas de Descoberto bancário).

Os montantes visam assim garantir a estabilidade das operações das empresas, assegurando a existência dos fundos necessários à sua atividade corrente e compromissos periódicos como o pagamento de juros e de prestações de capital, no âmbito de financiamentos obtidos, impostos, fornecedores ou salários, uma vez que a sua simples existência pressupõe que as empresas se estão a financiar para os manter.

Os “excedentes de tesouraria” gerados são assim, diariamente aplicados na redução de utilização de linhas de apoio à tesouraria (Descobertos autorizados), por forma a minimizar o custo do financiamento.

Não havendo, portanto, excessos de liquidez/tesouraria, e face à necessidade das empresas do Grupo recorrerem à banca comercial para operações de financiamento, uma vez que o IGCP não assegura a prestação de operações de financiamento de curto ou médio prazo, à semelhança do procedimento adotado em anos anteriores, entendeu o Conselho de Administração da SIMAB, SA solicitar exceção do cumprimento do princípio da UTE, para as empresas do Grupo SIMAB relativamente a 2024 e 2025²¹, ao abrigo do disposto no artigo 105.º, n.º 6 do Decreto-Lei n.º 82/2023 de 29 de dezembro e do artigo 28.º, n.º 3 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, ao IGCP a dispensa do cumprimento da unidade de tesouraria do estado, pelo prazo de dois anos.

O Despacho n.º 0299/2024, de 26 de novembro de 2024, do IGCP, em resposta ao pedido da SIMAB, SA, alheio à necessidade das empresas recorrerem ao Mercado para se financiarem, uma vez que o financiamento não pode ser assegurado pelo IGCP, e do impacto financeiro negativo resultante da abrangência da obrigatoriedade de aplicação dos excedentes não permanentes no IGCP, autorizou apenas a dispensa parcial do cumprimento da unidade de tesouraria do Estado, à semelhança dos anos anteriores.

Neste contexto, todas as empresas do Grupo SIMAB (SIMAB, SA; MARL, SA; MARF, SA; MARB, SA e MARE, SA) detêm contas no IGCP, encontrando-se em utilização como canal financeiro o *Homebanking*.

Adicionalmente, têm vindo a ser adotadas outras medidas que permitem incrementar a transacionalidade destas contas, nomeadamente, a indicação do IBAN da conta que cada empresa detém junto do IGCP, nas faturas emitidas pelas empresas, como única opção de pagamento por via de transferência bancária, utilização de cartão de crédito para gestão de fundo de maneo, pagamentos de Via Verde, para além do encerramento de contas em bancos com os quais o Grupo SIMAB não detém qualquer operação de financiamento.

²¹ Ref.ª ADM/240015 de 11 de junho de 2024

É prestada informação trimestral, via SIRIEF, sobre os montantes e as entidades em que se encontram a totalidade das disponibilidades das empresas do Grupo.

Banca Comercial*	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
MONTEPIO GERAL - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA	19 924,52 €	24 194,97 €	15 490,06 €	22 742,53 €
NOVO BANCO	0,00 €	13 283,68 €	0,00 €	33 674,89 €
BANCO SANTANDER TOTTA, SA	31 390,75 €	51 066,90 €	8 454,67 €	4 221,45 €
BANCO BPI, SA	1 532,41 €	4 394,47 €	4 733,01 €	841,54 €
Total	52 847,68 €	92 940,02 €	28 677,74 €	61 480,41 €
Juros auferidos**	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

IGCP	1.º Trimestre €	2.º Trimestre €	3.º Trimestre €	4.º Trimestre €
Disponibilidades	95 796,54 €	539 519,93 €	93 345,19 €	400 614,02 €
Aplicações financeiras	0,00 €	0,00 €	0,00 €	100 000,00 €
Total	95 796,54 €	539 519,93 €	93 345,19 €	500 614,02 €

A MARL, SA não detém aplicações financeiras.

18. Recomendações na sequência de auditorias do Tribunal de Contas

Não aplicável, em virtude de não se terem realizado auditorias pelo Tribunal de Contas à MARL, SA, nos últimos três anos.

19. Elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.ºB ou 508.ºG do CSC.

Não aplicável à MARL, SA, porquanto a empresa detém um número médio de trabalhadores inferior a 500.

20. Informação divulgada no sítio da internet do SEE (portal da DGTF)

Informação reportada a 31 de dezembro

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/N.A.	Data Atualização	
Estatutos	S		Site Empresa
Caracterização da Empresa	S		Site Empresa
Função de tutela e acionista	S		
Modelo de Governo / Membros dos Órgãos Sociais	S		
- Identificação dos órgãos sociais	S		Site Empresa e reporte no SIRIEF/SISEE
- Estatuto Remuneratório Fixado	S		Site Empresa e reporte no SIRIEF/SISEE
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	S		Site Empresa e reporte no SIRIEF/SISEE
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	S		Site Empresa e reporte no SIRIEF/SISEE
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	S		Site Empresa e reporte no SIRIEF/SISEE
Esforço Financeiro Público	N.A.		
Ficha Síntese	S		Site Empresa e reporte no SIRIEF/SISEE
Informação Financeira reportada aos dois últimos exercícios (DF aprovadas pelo acionista)	S		Site Empresa e reporte no SIRIEF/SISEE
Princípios de Bom Governo	S		
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	S	2024	Relatório de Gestão (disponível no site da MARL e SIRIEF/SISEE)
- Transações relevantes com entidades relacionadas		2024	Relatório de Gestão (Notas às Dfs - disponível no site da MARL)
- Outras transações	S		
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	N	2024	Relatório do Governo societário (disponível no site da MARL e no SIRIEF/SISEE)
Económico			
Social			
Ambiental			
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	S	2024	Relatório de Gestão (Notas às Dfs - disponível no site da MARL)
Código de ética/Conduta	S		site da MARL

Tabela de Cumprimento das Orientações Legais

Apêndice 2 - EP

Cumprimento das Orientações Legais	Cumprimento S/N/N.A.	Quantificação/Id entificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
Objectivos de Gestão			
Objetivo de gestão ... ^(a)	N.A.		Inexistência de Contrato de Gestão
Metas a atingir constantes no PAO 2024			Ponto II.1 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - Não foi realizado Contrato de Gestão
Investimento	N	37%	% Cumprimento
Nível de endividamento	S	115%	% Cumprimento
Volume de Negócios	N	99%	% Cumprimento
EBITDA	S	101%	% Cumprimento
EBIT	S	103%	% Cumprimento
(FSE's + Gc/P)/VN	S	-0,64 p.p.	Variação
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.		Justificar desvíos
Gestão do Risco Financeiro			
Limites de Crescimento do Endividamento	S	-12,81%	Justificar se superior a 2%
Evolução do PMP a fornecedores	S	44	Ponto II.4 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - Não houve recomendações do acionista
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")			0 Caso tenha ocorrido aumento, justificar
Recomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A.		
Recomendação ...			Ponto II.5 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais] - Não houve recomendações do acionista
Reservas emitidas na última CLC	N.A.		Ponto II.6 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Reserva ...		Indicar medida(s) adotada(s)	
Remunerações/honorários			
CA - reduções remuneratórias vigentes em 2024 - -5%	S		Não houve Reservas na CLC referente às contas de 2023
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP			Ponto II.7 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Não utilização de cartões de crédito	N		Ponto II.7 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Não reembolso de despesas de representação pessoal	S		Utilização de cartão de crédito do IGCP para gestão de fundo de maneio e pagamento de portagens
Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S		Caso não cumpra, justificar
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S		
Despesas não documentadas ou confidenciais n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e artigo 11.º do EGP			
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	S		Utilização de cartão de crédito do IGCP para gestão de fundo de maneio e pagamento de portagens
Promoção da igualdade salarial entre mulheres e homens - n.º 2 da RCM n.º 18/2014			
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	S	www.marli.pt	Caso não cumpra, justificar
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção			
Contratação Pública			
Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	www.marli.pt	Utilização de cartão de crédito do IGCP para gestão de fundo de maneio e pagamento de portagens
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.		Caso não cumpra, justificar
Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S		
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	N	103 210,53 €	
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do DL 133/2013)			
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	89%	
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	61 480,41 €	
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	S	0	
Auditorias do Tribunal de Contas^(b)			
Recomendação 1	N.A.		Ponto II.15 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Recomendação 2			Ponto II.17 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Etc.			Ponto II.18 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
Elaboração do Plano para a Igualdade conforme determina o art.º 7.º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	S		Não houve auditorias do Tribunal de Contas, em 2024
Apresentação da demonstração não financeira	N.A.		Ponto II.11 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]
			Ponto II.19 do Relatório e Contas [Cumprimento das orientações legais]

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

O Conselho de Administração da MARL, SA,

Jorge Proença dos Reis

Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva

Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini

Luis Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego

Luís Manuel dos Santos Matias

Loures, 17 de março de 2024.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO

Un: EURO

RUBRICAS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31-12-2024	31-12-2023
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	8.1	107.968.251,59	110.502.822,52
Ativos intangíveis	7	282.793,95	312.268,15
Outros investimentos financeiros	12	2.105,58	2.105,58
Creditos a receber	21.6	514.020,75	30.424,75
Ativos por impostos diferidos	20.1	253.900,66	274.821,11
ATIVO CORRENTE			
Clientes	21.3	1.200.283,72	1028.477,45
Outras creditos a receber	21.7	183.999,64	192.400,25
Diferimentos	13.1	74.081,49	23.104,63
Caixa e depósitos bancários	4	579.285,70	156.656,23
Total do Ativo		111.058.723,08	112.523.080,67
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	22.1	29.999.999,76	29.999.999,76
Reservas legais	22.3.1	5.732.494,73	5.242.878,42
Resultados transitados	22.3.2	42.153.028,45	37.746.481,67
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	22.3.3	8.263.286,66	8.467.230,35
Resultado líquido do Período		5.638.886,17	4.896.163,09
Total Capital Próprio		91.787.695,77	86.352.753,29
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	17.1	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	10	1.388.888,85	4.791.266,63
Diferimentos	13.2	6.776.106,94	8.266.112,80
Passivos por impostos diferidos	20.1	22.633,98	24.612,86
Outras dividas a pagar	21.8	2.823.559,89	3.827.195,53
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	21.4	390.873,38	359.820,95
Adiantamentos de clientes	21.5	884,10	884,10
Estado e outros entes públicos	20.2.1	517.959,69	665.907,70
Financiamentos obtidos	10	2.778.013,78	4.393.650,46
Outras dividas a pagar	21.8	2.699.990,33	2.030.274,31
Diferimentos	13.2	1.872.116,37	1.810.602,04
Total do Passivo		19.271.027,31	26.170.327,38
Total do Capital Próprio e do Passivo		111.058.723,08	112.523.080,67

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

Un: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	EXERCÍCIOS	
		31-12-2024	31-12-2023
Vendas e serviços prestados	14	15.323.938,95	14.539.308,04
Subsídios à exploração	15	550,00	23,54
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consum.	16	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	23	(3.170.657,98)	(3.106.951,99)
Gastos com o pessoal	24	(1.020.187,05)	(952.349,15)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11 / 21.3	(3.609,65)	(18.372,37)
Provisões (aumentos/reduções)	17.1	0,00	0,00
Aumentos/reduções justo valor	25.2	0,00	117,90
Outros rendimentos	25.3	561.653,17	490.043,27
Outros gastos	25.1	(303.344,45)	(316.533,29)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11.388.342,99	10.635.285,95
Gastos/reversões depreciação e amortização	25.4	(3.819.099,50)	(3.684.000,72)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		7.569.243,49	6.951.285,23
Juros e gastos similares suportados	25.5	(267.289,38)	(433.617,83)
Resultados antes de impostos		7.301.954,11	6.517.667,40
Imposto sobre o rendimento do exercício	20.1	1.663.067,94	1.621.504,31
Resultado líquido do exercício		5.638.886,17	4.896.163,09

MAPA DE VARIAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRECTO)

Un: EURO

	NOTAS	31-12-2024	31-12-2023
Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		17 345 074,65	16 596 591,23
Recebimentos de Taxas de Acesso		-	-
Pagamentos a fornecedores		(4 527 307,47)	(4 726 378,31)
Pagamentos ao pessoal		(979 850,26)	(953 946,13)
Fluxos gerados pelas operações		11 837 916,92	10 916 266,79
(Pagamentos)/recebimentos de IRC	4.2	(1 725 820,99)	(1 369 619,68)
Outros recebimentos/(pagamentos) operacionais		(2 709 821,42)	(2 449 355,38)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais 1		7 402 274,51	7 097 291,73
Atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(1 142 462,01)	(930 192,79)
Ativos Intangíveis		-	(17 858,76)
Outros ativos		(500 000,00)	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos Fixos Tangíveis		250,00	128,20
Activos Intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Juros e Rendimentos Similares similares		-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de investimento 2		(1 642 212,01)	(947 923,35)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		1 019 709,95	2 105 578,02
Empréstimos Acionistas		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(6 037 724,41)	(7 821 264,26)
Financiamentos bancários		(5 413 124,41)	(5 872 464,26)
Suprimentos		(624 600,00)	(1 948 800,00)
Juros e Gastos similares		(319 418,57)	(398 431,69)
Fluxos das Atividades de Financiamento 3		(5 337 433,03)	(6 114 117,93)
Variação de Caixa e Seus equivalentes 4=1+2+3		422 629,47	35 250,45
Caixa e seus Equivalentes no início do período		156 656,23	121 405,78
Caixa e seus Equivalentes no fim do período	4.1	579 285,70	156 656,23

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Un: EURO

DESCRIÇÃO		NOTAS	Demonstração das alterações no Capital Próprio dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2024							Total do Capital Próprio
			Capital subcrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos / Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	
SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2023	1		29.999.999,76	4.780.279,40	0,00	33.583.090,48	8.770.917,59	4.625.990,21	81.760.277,44	81.760.277,44
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de caixa										
Valor Bruto									0,00	0,00
Impostos diferidos									0,00	0,00
Subsídios para ativos depreciables										
Valor Bruto							(391.854,48)		(391.854,48)	(391.854,48)
Impostos diferidos							88.167,24		88.167,24	88.167,24
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2022				462.599,02	0,00	4.163.391,19		(4.625.990,21)	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									0,00	0,00
	2		0,00	462.599,02	0,00	4.163.391,19	(303.687,24)	(4.625.990,21)	(303.687,24)	(303.687,24)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							4.896.163,09	4.896.163,09	4.896.163,09
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3		0,00	462.599,02	0,00	4.163.391,19	(303.687,24)	270.172,88	4.592.475,85	4.592.475,85
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital									0,00	0,00
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 / 1 DE JANEIRO DE 2024	6=1+4+5		29.999.999,76	5.242.878,42	0,00	37.746.481,67	8.467.230,35	4.896.163,09	86.352.753,29	86.352.753,29
Justo valor de instrumentos financeiros de cobertura de caixa										
Valor Bruto									0,00	0,00
Impostos diferidos									0,00	0,00
Subsídios para ativos depreciables										
Valor Bruto	18						(391.854,48)		(391.854,48)	(391.854,48)
Impostos diferidos	18						187.910,79		187.910,79	187.910,79
Aplicação do resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023	22.3.2			489.616,31	0,00	4.406.546,78		(4.896.163,09)	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio									0,00	0,00
	7		0,00	489.616,31	0,00	4.406.546,78	(203.943,69)	(4.896.163,09)	(203.943,69)	(203.943,69)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							5.638.886,17	5.638.886,17	5.638.886,17
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8		0,00	489.616,31	0,00	4.406.546,78	(203.943,69)	742.723,08	5.434.942,48	5.434.942,48
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO										
Realizações de capital									0,00	0,00
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	10=6+9		29.999.999,76	5.732.494,73	0,00	42.153.028,45	8.263.286,66	5.638.886,17	91.787.695,77	91.787.695,77

NOTAS
ÀS
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO

A 31 DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em EUROS)

NOTA 1 – IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A sociedade MARL- Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A. foi constituída por escritura pública, em 27 de dezembro de 1993, tendo iniciado a sua atividade em 1 de janeiro de 1994. A sua sede social está localizada no Lugar do Quintanilho em São Julião do Tojal, Loures.

O seu objeto social consiste na promoção, construção, exploração e gestão, direta ou indiretamente, do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, o qual se destina ao comércio por grosso de produtos alimentares e não alimentares e, bem assim, à prossecução de quaisquer outras atividades complementares ou subsidiárias, incluindo a gestão de participações sociais e gestão de serviços relacionados com o seu objeto social.

A empresa dispõe de endereço eletrónico (marl@marl.pt) e de página da internet (www.marl.pt).

A Empresa é detida pela SIMAB – Sociedade Instaladora dos Mercados Abastecedores, SA; pelo Município de Lisboa, pelo Município de Loures e pela Santa Casa da Misericórdia, sendo a sua Empresa mãe intermédia a SIMAB, SA, com sede no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, NAC, Piso 2 – Lugar do Quintanilho 2660-421, S. Julião do Tojal, e a sua empresa mãe final é a PARPÚBLICA- Participações Públicas, SGPS, SA, com sede na Av. Defensores de Chaves, nº 6 – Piso 6, 1000-117 Lisboa, PORTUGAL.

As demonstrações financeiras compreendem o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024.

NOTA 2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Referencial Contabilístico

As presentes Demonstrações Financeiras foram elaboradas com período de reporte consistente com o ano civil e preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas a Estrutura Conceptual (Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 917/2015, de 19 de outubro), as Bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os modelos de Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro), o Código de Contas (Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho, retificada pela Declaração de Retificação n.º 41-A/2015, de 21 de setembro), as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (Aviso n.º 8256/2015, de 29 de julho, retificado pela Declaração de Retificação n.º 918/2015, de 19 de outubro) e as Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística (Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho). Todos os montantes se encontram expressos em Euros.

Sempre que o SNC não responda a aspetos particulares de transações ou situações são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3. Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

2.4. Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os “Impostos diferidos” e as “Provisões” são classificados como ativos e passivos não correntes.

2.5. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

2.6. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

2.7. Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2022.

2.8. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

2.9. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descreve. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevaletentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Juros e ganhos similares obtidos” ou “Juros e gastos similares suportados”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Propriedades de investimento

A entrada em vigor do novo normativo contabilístico – SNC – suscitou diversas interpretações quanto ao tratamento contabilístico adequado ao registo dos imóveis da MARL, S.A., designadamente quanto ao seu registo em Ativos Fixos Tangíveis ou em Propriedades de Investimento, à luz da Norma Contabilística de Relato Financeiro 11 (NCRF 11), dado que a própria norma não delimita claramente as condicionantes que possam levar a reconhecer, ou não, os mesmos como propriedades de investimento e remete para a necessidade da entidade fazer juízos de valor sobre esta mesma classificação.

Assim, sobre o tema, cumpre-nos relevar o seguinte: o fator determinante para a classificação dos ativos assenta no facto de considerarmos que os serviços prestados pela MARL, S.A. como contrapartida das taxas de utilização cobradas aos operadores, incluem uma parte significativa de serviços para além da simples utilização do espaço. De facto, se analisarmos a estrutura de custos da Empresa, verificamos que o peso dos serviços conexos às taxas de utilização cobradas não pode ser considerado insignificante, uma vez que os mesmos têm um peso equivalente aos gastos com depreciações dos referidos imóveis.

Adicionalmente, à luz do parágrafo 12 da NCRF 11, consideramos que estes mesmos serviços são significativos como um todo para a contratualização, pois caso não fossem prestados, os operadores não continuariam a procurar os espaços disponibilizados pela MARL, S.A.

O MARL é hoje entendido num conceito mais amplo de Plataforma Logística de Base Alimentar, sendo uma estrutura dinâmica e polivalente, multipolar, multiprodutos e multifunções, inserida em corredores estratégicos, onde se congregam uma grande multiplicidade de produtos e agentes económicos do setor alimentar e não alimentar, exercendo funções e atividades de comércio grossista, de distribuição e logística, e ainda outras atividades de apoio.

Face ao exposto, a Empresa optou por manter o registo contabilístico dos imóveis afetos à exploração, em ativos fixos tangíveis.

3.3. Ativos Fixos Intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, e de acordo com o período de vida útil esperado dos bens, entre 3 em 10 anos. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.4. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para o SNC) encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Empresa espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição ou produção. Estes ativos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados nos fins pretendidos.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, por duodécimos, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e Outras Construções	10 a 50
Equipamento Básico	4 a 10
Equipamento de Transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras ativos fixos tangíveis	4 a 10

Sempre que há alguma indicação de que os ativos intangíveis e os ativos fixos tangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável para determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimada o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa é o maior entre (i) o valor justo deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as expectativas de mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração dos resultados, a menos que tal perda venha compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, a perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade anteriormente reconhecida já não existem ou diminuíram. A reversão de uma perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na respetiva rubrica "Reversão de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é feita até ao montante que seria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Os custos incorridos com ativos fixos tangíveis, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos futuros adicionais, são capitalizadas na rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis".

O ganho (ou a perda), resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível, é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação (Nota 8).

3.5. Subsídios obtidos

Os subsídios ao investimento associados à aquisição ou produção de ativos fixos tangíveis ou ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo posteriormente reconhecidos na Demonstração de resultados por naturezas, numa base sistemática como rendimentos do período (Nota 18), de forma consistente e proporcional às depreciações dos bens a cuja aquisição de destinaram. Caso os subsídios respeitem a ativos não depreciáveis ou com vida útil indefinida, as quantias serão mantidas em capital próprio, exceto se forem necessárias para compensar qualquer perda por imparidade.

Sempre que é reconhecida uma perda por imparidade nos ativos subsidiados, é transferida para resultados (em outros rendimentos) a parcela de subsídio correspondente à proporção da perda por imparidade reconhecida. Quando ocorre qualquer reversão de perdas por imparidade, nos referidos ativos, é efetuada a correspondente correção em resultados (em outros gastos).

3.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e instrumento de capital da Empresa são basicamente os clientes e outros créditos a receber, caixa e equivalentes de caixa. Os passivos financeiros são fundamentalmente os financiamentos obtidos e os fornecedores e outras dívidas a pagar. Os ativos e passivos financeiros encontram-se mensurados na data do relato financeiro ao custo. Os instrumentos de capital próprio são basicamente as ações/quotas da Empresa e prestações suplementares e acessórias, sempre que cumpram o conceito de instrumento de capital próprio.

3.6.1. Clientes e dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua atividade (Nota 21.3). Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas (perdas por imparidade), calculadas, essencialmente, com base na antiguidade das contas a receber. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- (i) Análise de incumprimento;
- (ii) Incumprimento há mais de 6 meses;
- (iii) Dificuldades financeiras do devedor;
- (iv) Probabilidade de falência do devedor.

3.6.2. Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários, incluídos na rubrica de empréstimos bancários, no balanço (Nota 4).

3.6.3. Fornecedores e outros credores

Os saldos de fornecedores e outros credores são registados pelo seu valor nominal, na medida em que se tratam de valores a pagar de curto prazo, pelo que o impacto que resulta da aplicação do custo amortizado é considerado imaterial.

3.6.4. Financiamentos obtidos

Os empréstimos (Nota 10) são registados ao custo e no passivo corrente, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Os empréstimos sob a forma de papel comercial são classificados como passivos não correntes por terem garantia de colocação por um prazo superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração utilizar este instrumento de financiamento por um prazo superior a um ano. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tenha havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração. Os encargos financeiros são contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Outras dívidas a pagar” (Nota 21.8).

3.6.5. Instrumentos de capital próprio

Um instrumento de capital próprio só é reconhecido quando é emitido e subscrito. Se um instrumento de capital próprio for emitido, subscrito e se os recursos não forem proporcionados, a quantia a receber é relevada como dedução ao capital próprio (Nota 22).

3.6.6. Imparidades

Os ativos financeiros incluídos na categoria custo são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

3.6.7. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7. Provisões, passivos e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (Nota 17.1).

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota (Nota 17.2).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos (Nota 17.2).

3.8. Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto, numa base linear, durante o período da locação.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas (Nota 9).

3.9. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber (Nota 14).

Os ganhos relativos às prestações de serviços incluem:

- Taxas de utilização dos espaços do mercado, cujo reconhecimento se verifica mensalmente de acordo com o período correspondente à utilização do espaço;
- Taxas de acesso, devidas pelo operador no momento da assinatura do contrato e que correspondem à contraprestação devida pelo acesso ao Mercado, são diferidas e reconhecidas mensalmente no decurso do contrato;
- No caso de existir uma rescisão contratual a taxa de acesso poderá ser reconhecida pela sua totalidade;
- As prestações de serviços englobam também uma diversidade de outros serviços adicionais, que são reconhecidos no momento em que o cliente solicita o serviço.

São considerados serviços adicionais: portagens; consumo de frio, consumo de água salgada, inscrições sazonais dos clientes, utilização sazonal de espaços, utilização de câmara frigoríficas, taxa variável sobre o volume de negócios; taxas administrativas.

3.10. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos (Nota 25.5).

3.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa e considera a tributação diferida. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias (Nota 20). Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura. Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pela taxa fiscal, que se espera que seja de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais), que estejam acordadas à data do relato.

A quantia contabilizada em ativos ou passivos por impostos diferidos deve, de acordo com a IAS 12, refletir as consequências fiscais da forma como a Empresa espera vir a recuperar ou liquidar os seus ativos e passivos, os quais têm associados o cálculo dos ativos e passivos por impostos diferidos, se na jurisdição em que opere essa recuperação ou liquidação for importante determinar quer a taxa de tributação quer a base fiscal aplicáveis. Caso a forma como é feita esta recuperação ou liquidação afete a taxa de tributação futura aplicável, ou a base tributável, a Empresa deve mensurar os ativos e passivos por impostos diferidos de acordo, não com os pressupostos verificados aquando do apuramento do imposto corrente, mas sim tendo em conta os pressupostos que se verificarão aquando da tributação efetiva, de acordo com a lei fiscal em vigor.

Em 31/12/2024, os ativos e passivos por impostos diferidos foram ajustados na sequência da redução da taxa de IRC de 21% para 20%, a partir de 1 de janeiro de 2025.

3.12. Especialização dos exercícios

Os rendimentos e os gastos são registados de acordo com o princípio da especialização, pelo que são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre rendimentos e gastos gerados e os correspondentes montantes faturados são registados em “Outros ativos correntes” ou em “Outros passivos correntes”, respetivamente nas rubricas de “Devedores por acréscimos de rendimentos” ou de “Credores por acréscimos de gastos”. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente são registados por contrapartida das rubricas de “Diferimentos”, respetivamente, no passivo e no ativo.

3.13. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas incluem:

- (i) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (ii) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do ativo, provisões e análise de passivos contingentes;
- (iv) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

3.14. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.15. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, faltas autorizadas e remuneradas, subsídios de transporte, alimentação, férias, natal, de acumulação de funções e isenção de horário. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o período civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo.

Os benefícios decorrentes de cessação do emprego, quer por decisão unilateral, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.16. Rubricas de Capital Próprio

(i) Capital Social

Esta rubrica inclui as entradas de capital dos sócios, deduzidas de reduções de capital destinadas à cobertura prejuízos.

(ii) Reservas legais

De acordo com o Estatutos da sociedade, pelo menos 10% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social.

(iii) Resultados Transitados

Esta rubrica inclui, nomeadamente, reservas livres constituídas ao abrigo de autorização. São também incluídos nesta rubrica os ganhos por aumentos de justo valor das propriedades de investimento que, de

acordo com o nº2 do artigo 32º do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

(iv) Ajustamentos/Outras variações no capital próprio

Esta rubrica inclui os subsídios governamentais que se encontram por imputar na quota parte das depreciações sobre o custo de aquisição dos ativos que lhes estão afetos.

NOTA 4 – FLUXOS DE CAIXA

Através da demonstração dos fluxos de caixa, são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional, nomeadamente o imposto sobre o rendimento. As atividades de financiamento incluem os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, juros pagos e pagamentos de dividendos.

4.1. Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos havidos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A caixa e seus equivalentes incluem numerário, depósitos bancários, e detalha-se como segue:

Ano 2024				
Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	21.760,38	1.509.233,58	1.513.802,69	17.191,27
Depósitos à ordem	134.895,85	31.520.369,93	31.193.171,35	462.094,43
Outros depósitos bancários	0,00	100 000,00	0,00	100.000,00
Total caixa e depósitos bancários	156.656,23	33.129.603,51	32.706.974,04	579.285,70

Ano 2023				
Contas	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	7.586,04	1.391.600,80	1.377.426,46	21.760,38
Depósitos à ordem	113.819,74	34.172.922,87	34.151.846,76	134.895,85
Outros depósitos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00
Total caixa e depósitos bancários	121.405,78	35.564.523,67	35.529.273,22	156.656,23

4.2. Outras informações:

Descrição	2024	2023
Recebimentos provenientes de:		
Indemnizações de seguros não vida	8.569,51	13.891,49
Pagamentos provenientes de:		
Imposto sobre o rendimento	1.725.820,99	1.369.619,68

NOTA 5 – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Os valores estimados referentes aos ativos e passivos são baseados nas últimas informações disponíveis. A revisão das estimativas, em exercícios seguintes, não é considerada um erro, sendo reconhecidas em resultados e objeto de divulgação adequada à sua materialidade.

Perante os erros materialmente relevantes, relativos a períodos anteriores, dever-se-á proceder à revisão da informação comparativa apresentada nas demonstrações financeiras do exercício em que são identificados.

NOTA 6 – PARTES RELACIONADAS

As demonstrações financeiras da MARL, S.A. são incluídas na consolidação de contas da SIMAB, SA, através do método de consolidação integral.

6.1. Entidades que participam no capital da empresa:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
NIF	503 045 446	503 045 446
Denominação	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	26 361 351,64 €	26 361 351,64 €
Direito de voto	87,87%	87,87%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
NIF	500 051 070	500 051 070
Denominação	Câmara Municipal de Lisboa	Câmara Municipal de Lisboa
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	2 970 272,55 €	2 970 272,55 €
Direito de voto	9,90%	9,90%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
NIF	500 745 471	500 745 471
Denominação	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	445 806,60 €	445 806,60 €
Direito de voto	1,49%	1,49%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
NIF	501 294 996	501 294 996
Denominação	Câmara Municipal de Loures	Câmara Municipal de Loures
Sede (País)	Portugal	Portugal
Capital social detido	222 568,97 €	222 568,97 €
Direito de voto	0,74%	0,74%
Data de início da participação	27 de dezembro de 1993	27 de dezembro de 1993
É a entidade controladora final?	Não	Não

6.2. Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da Empresa não auferem diretamente qualquer remuneração, uma vez que, de acordo com o Estatuto de Gestor Público, apenas podem ser remunerados pela empresa participante que representam, sendo o desempenho de cargos sociais debitado mensalmente por esta à MARL, S.A.

As remunerações auferidas pelos órgãos sociais, nos exercícios findos em 2024 e 2023, foram as seguintes:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Conselho de Administração	Assembleia Geral	Conselho de Administração	Assembleia Geral
Desempenho Cargos Sociais	152.599,92		152.599,92	
Vencimentos	2.166,00		2.166,00	
Subsidio de Férias	180,50		180,50	
Subsidio de Natal	180,50		180,50	
Senhas de Presença		100,00		100,00
Total	155.126,92	100,00	155.126,92	100,00

Os Administradores não executivos indicados pelo Município de Lisboa e pela Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, não recebem quaisquer remunerações, atendendo ao estipulado no artigo 31. do Estatuto do Gestor Público.

6.3. Transações com a Empresa mãe:

As transações e a sua natureza resumem-se às seguintes:

- A SIMAB, S.A. presta serviços à MARL, S.A., no âmbito da assessoria em diversas áreas, designadamente jurídica e de recursos humanos, técnica (arquitetura e engenharia) e gestão administrativa;
- Paralelamente, e numa ótica de otimização de recursos existentes nas duas sociedades, a MARL, S.A. presta serviços à SIMAB, S.A., de (a) assessoria financeira (b) de tesouraria, (c) recursos humanos (d) apoio administrativo (e) apoio informático e (f) apoio técnico;
- A SIMAB, S.A. detém um contrato de utilização dos escritórios da sociedade com a MARL;
- São realizadas operações de financiamento da SIMAB, S.A. à MARL, S.A. sob a forma de suprimentos, que vencem juros e demais encargos financeiros;
- Operação de financiamento da MARL à SIMAB em resultado dos excedentes de tesouraria gerados pela atividade da empresa.

Todas as transações apresentadas encontram-se formalizadas por Contrato de Gestão, Contratos de Prestações Acessórias de Capital, Contrato de Mútuo ou deliberação do Conselho de Administração.

Os saldos e as transações, efetuadas com a Empresa-mãe, são os seguintes:

Descrição	31/12/2024							
	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros liquidados	Contas correntes a pagar (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Juros Obtidos	Contas correntes a receber (*)
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	13.158,11	333.871,29	4.904,82	44.646,08	0,00	60.003,68	152,08	4 165,50
Total	13 158,11	333.871,29	4.904,82	44.646,08	0,00	60.003,68	152,08	4 165,50

(*) Valores com IVA incluído

Descrição	31/12/2023							
	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Juros liquidados	Contas correntes a pagar (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Juros Obtidos	Contas correntes a receber (*)
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	1.758,00	319.746,85	61.378,12	2.748,65	0,00	66.155,52	0,00	0,00
Total	1 758,00	319.746,85	61.378,12	2.748,65	0,00	66.155,52	0,00	0,00

(*) Valores com IVA incluído

Os pagamentos entre as Empresas do Grupo (subsidiárias e associadas) estão fixados em 30 dias após a data de emissão das faturas.

A variação nos empréstimos obtidos é detalhada conforme se segue:

Empréstimos obtidos	31/12/2024			
	Saldo em 01-01-2024	Aumentos	Amortizações	Saldo Final em 31-12-2024
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	624.600,00	0,00	624.600,00	0,00
Total	624.600,00	0,00	624.600,00	0,00

Empréstimos obtidos	31/12/2023			
	Saldo em 01-01-2023	Aumentos	Amortizações	Saldo Final em 31-12-2023
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	2.573.400,00	0,00	1.948.800,00	624.600,00
Total	2.573.400,00	0,00	1.948.800,00	624.600,00

Em 2012, na sequência de uma política de concentração de crédito bancário na esfera da empresa mãe, em condições de *pricing* mais favoráveis, procedeu-se à substituição de passivo bancário da MARL, S.A. por empréstimos acionistas, sob a forma de prestações acessórias de capital, que a 31 de dezembro de 2024 estava totalmente liquidada (Nota 10.2).

No exercício de 2024, a MARL, S.A. teve uma diminuição nas prestações acessórias de capital no valor de 624.600,00 euros.

A variação nos empréstimos concedidos é detalhada conforme se segue:

Empréstimos consedidos	31/12/2024			
	Saldo em 01-01-2024	Aumentos	Amortizações	Saldo Final em 31-12-2024
SIMAB - Soc.Inst. Merc.Abastecedores, S.A.	0,00	500 000,00	0,00	500 000,00
Total	0,00	500 000,00	0,00	500 000,00

A MARL, SA, em resultado dos excedentes de tesouraria gerados pela sua atividade, celebrou, em dezembro de 2024, um contrato de mútuo com a SIMAB, S.A., pelo período de 4 anos. Este empréstimo à empresa-mãe, é remunerado à taxa de 1,83% e ascendia, em 31 de dezembro de 2024, ao montante global de 500.000 euros.

6.4. Transações entre partes relacionadas:

A MARL, S.A. tem relações especiais com:

- Associação 5 ao Dia, em virtude do Vogal do Conselho de Administração da SIMAB, S.A. presidir a esta Associação e a MARL, S.A. ser associada da referida associação;
- Câmara Municipal de Loures, enquanto fornecedor de tarifas/taxas (licenciamentos), eventualmente necessários no decorrer da atividade da MARL, S.A;
- Câmara Municipal de Loures, enquanto cliente, pela utilização de espaços da MARL, S.A;
- Os Mercados Abastecedores de Braga, Évora e Faro, pela partilha de custos referente a serviços adquiridos para o grupo.

Os saldos e as transações efetuadas com Empresas consideradas partes relacionadas, são os seguintes:

31/12/2024							
Descrição	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Quotizações	Contas a pagar correntes (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (*)
Câmara Municipal de Loures	-	8.589,83	-	2.933,50	-	36.517,45	1 914,40
Associação 5 ao Dia	-	-	4.032,00	0,00	-	120,00	0,00
MARE - Merc.Abast.Reg.Évora, S.A.	-	-	-	0,00	-	66,74	82,09
MARF - Merc.Abast.Reg. Faro, S.A.	-	-	-	0,00	-	66,74	82,09
MARB - Merc.Abast.Reg.Braga, S.A.	-	-	-	0,00	-	66,74	82,09
Total	0,00	8.589,83	4.032,00	2.933,50	0,00	36 837,67	2 160,67

(*) Valores com IVA incluído

31/12/2023							
Descrição	Compras ativos fixos	Serviços obtidos	Quotizações	Contas a pagar correntes (*)	Vendas de ativos fixos	Serviços prestados	Contas a receber correntes (*)
Câmara Municipal de Loures	-	10.451,94	-	20.534,50	-	34.965,23	1 272,32
Associação 5 ao Dia	-	-	3.600,00	0,00	-	120,00	0,00
MARE - Merc.Abast.Reg.Évora, S.A.	-	-	-	0,00	-	5 892,26	0,00
MARF - Merc.Abast.Reg. Faro, S.A.	-	-	-	0,00	-	5 892,26	0,00
MARB - Merc.Abast.Reg.Braga, S.A.	-	-	-	0,00	-	5 892,26	0,00
Total	0,00	10.451,94	3.600,00	20.534,50	0,00	52 762,01	1 272,32

(*) Valores com IVA incluído

NOTA 7 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2024 e 2023, na quantia escriturada dos ativos intangíveis bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

31/12/2024						
Rubricas	Projetos de Desenvolv.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Outros Ativos Intangíveis - em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	0,00	190.707,98	26.211,28	327.225,66	0,00	544.144,92
Ajustamentos de conversão						0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	190.707,98	26.211,28	327.225,66	0,00	544.144,92
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade						
Saldo inicial	0,00	154.777,16	23.340,89	53.758,72	0,00	231.876,77
Ajustamentos de conversão						0,00
Perdas por imparidade/ Reversão						0,00
Amortizações do exercício	0,00	16.434,28	0,00	13.039,92		29.474,20
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Saldo Final	0,00	171.211,44	23.340,89	66.798,64	0,00	261.350,97
Ativos Líquidos	0,00	19.496,54	2.870,39	260.427,02	0,00	282.793,95

31/12/2023						
Rubricas	Projetos de Desenvolv.	Programas de Computador	Propriedade Industrial	Outros Ativos Intangíveis	Outros Ativos Intangíveis - em curso	Total
Ativos						
Saldo inicial	0,00	142.310,28	26.211,28	327.225,66	14.519,32	510.266,54
Ajustamentos de conversão						0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	33.878,38	33.878,38
Transferência	0,00	48.397,70	0,00	0,00	(48.397,70)	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	190.707,98	26.211,28	327.225,66	0,00	544.144,92
Amortizações acumuladas e perdas de imparidade						
Saldo inicial	0,00	140.210,48	23.340,89	40.718,80	0,00	204.270,17
Ajustamentos de conversão						0,00
Perdas por imparidade/ Reversão						0,00
Amortizações do exercício	0,00	14.566,68	0,00	13.039,92		27.606,60
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Abates	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Saldo Final	0,00	154.777,16	23.340,89	53.758,72	0,00	231.876,77
Ativos Líquidos	0,00	35.930,82	2.870,39	273.466,94	0,00	312.268,15

Relativamente às amortizações do exercício, foram registadas na rubrica “Gastos de depreciações e amortizações” em 2024, o montante de 29.474 euros.

NOTA 8 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável. Os valores destas avaliações são suportados pela

performance histórica e pelas expectativas de desenvolvimento do negócio e dos respetivos mercados, consubstanciadas em planos de médio/longo prazo com pressupostos aprovados pela Administração.

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas à MARL, SA.

No final de 2013, foi realizado um teste de imparidade dos ativos fixos da MARL, S.A. que determinou o reconhecimento de imparidade dos ativos fixos, à luz das normas internacionais de contabilidade (IAS 36, NCRF12 e a IFRS 13). De acordo com o § 53 da NCRF12 (§ 11 da IAS 36), na avaliação da necessidade de proceder a uma reversão de imparidade de ativos, registadas em períodos anteriores, a entidade deve ter em consideração a indicação de que “as taxas de juro de mercado ou outras taxas de retorno de investimentos tenham diminuído durante o período, e essas diminuições poderão afetar a taxa de desconto usada ao calcular o valor de uso do ativo e aumentar materialmente a sua quantia recuperável.”.

Em 2015, perante a evidência de que as taxas de juro de mercado diminuíram, desde o teste de imparidade aos ativos fixos, realizado em 31 de dezembro de 2013, e que essa evolução pudesse ter alterado a taxa de desconto usada para calcular o valor de uso dos ativos e aumentar materialmente a sua quantia recuperável, foi realizado novo teste de imparidade aos ativos fixos da empresa, que conduziu ao apuramento de uma reversão de perdas por imparidade em ativos fixos no montante de 10.910,3 milhares de euros.

Em 2016, perante as novas perspetivas de evolução do MARL, com base numa política rigorosa de controlo de gastos operacionais e da implementação de uma nova dinâmica comercial, com tradução, numa redução de gastos com fornecimentos e serviços externos, face a 2015 e em negociações concretas para a comercialização de novas áreas com diversas entidades, algumas das quais já instaladas no mercado, estima-se que a capacidade de libertação de *cash flows* operacionais da empresa irá ser reforçada, a curto prazo. Assim, existindo alterações nas estimativas utilizadas para determinar a quantia recuperável do ativo fixo do MARL, desde o último teste realizado, em 31/12/2015, foi efetuado novo teste de imparidade, com referência a 31/12/2016, por entidade independente.

Em 2022, verificaram-se alterações significativas nos mercados financeiros com impacto na taxa de desconto utilizada no apuramento da quantia recuperável da UGC, desde logo, no que respeita ao agravamento das taxas de juro de referência. Neste contexto, foi realizado Teste de imparidade dos Ativos Fixos da MARL, SA, com referência a 31 de dezembro de 2022. O Conselho de Administração considerou que o valor apurado pelo teste de imparidade realizado não configurava um impacto material no valor da quantia escriturada dos ativos fixos que determinasse o registo de uma reversão de perdas por imparidade dos ativos fixos.

O Conselho de Administração considera que, em 2024, não se verificaram alterações destes pressupostos que determinassem a necessidade de efetuar novas avaliações com referência à data de 31 de dezembro de 2024.

ATIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, nos exercícios de 2024 e 2023, foi o seguinte:

31/12/2024								
Rubricas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construç.	Equip. básico	Equipamento de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	24.137.805,22	181.614.244,47	1.144.546,72	117.659,75	1.674.839,21	1.655.136,13	461.709,56	210.805.941,06
Ajustamentos de conversão								0,00
Aquisições		321.705,52	14.600,00	0,00	27.117,61	193.231,41	768.006,69	1.324.661,23
Transferências		797.906,48	4.780,91	0,00	76.803,69	11.327,76	(890.818,84)	0,00
Abates		(12.715,68)	0,00	0,00	0,00	(15.007,02)	0,00	(27.722,70)
Alienações		0,00	0,00	0,00	(11.868,40)	0,00	0,00	(11.868,40)
Saldo Final	24.137.805,22	182.721.140,79	1.163.927,63	117.659,75	1.766.892,11	1.844.688,28	338.897,41	212.091.011,19
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo inicial	247.098,23	96.388.219,93	838.617,30	97.639,99	1.624.573,25	1106.969,84	0,00	100.303.118,54
Ajustamentos de conversão								0,00
Depreciações do exercício		3.508.974,09	74.455,06	3.382,20	50.919,07	151.894,88		3.789.625,30
Perdas por imparidade/Reversão	0,00	(197,49)	0,00	0,00	0,00	0,00		(197,49)
Abates		(12.518,19)	0,00	0,00	0,00	(13.710,88)		(26.229,07)
Alienações		0,00	0,00	0,00	(11.868,40)	0,00		(11.868,40)
Outros		68.310,72	0,00	0,00	0,00	0,00		68.310,72
Saldo Final	247.098,23	99.952.789,06	913.072,36	101.022,19	1.663.623,92	1245.153,84	0,00	104.122.759,60
Ativos Líquidos	23.890.706,99	82.768.351,73	250.855,27	16.637,56	103.268,19	599.534,44	338.897,41	107.968.251,59

31/12/2023								
Rubricas	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construç.	Equip. básico	Equipamento de transporte	Equip. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativos								
Saldo inicial	24.137.805,22	180.981.957,51	1.129.563,89	97.358,13	1.660.423,43	1.544.171,24	192.968,99	209.744.248,41
Ajustamentos de conversão								0,00
Aquisições		47.688,24	24.583,64	19.990,00	14.737,93	119.587,80	868.345,22	1.094.932,83
Transferências		587.888,24	601,23	311,62	317,85	10.485,71	(599.604,65)	0,00
Abates		(3.289,52)	(10.202,04)	0,00	0,00	(12.998,62)	0,00	(26.490,18)
Alienações		0,00	0,00	0,00	(640,00)	(6.110,00)	0,00	(6.750,00)
Saldo Final	24.137.805,22	181.614.244,47	1.144.546,72	117.659,75	1.674.839,21	1.655.136,13	461.709,56	210.805.941,06
Depreciações acumuladas e perdas de imparidade								
Saldo inicial	247.098,23	92.956.039,58	769.515,17	97.343,17	1.601.721,65	1006.909,43	0,00	96.678.627,23
Ajustamentos de conversão								0,00
Depreciações do exercício		3.434.326,22	79.299,89	.296,82	23.476,45	118.994,74		3.656.394,12
Perdas por imparidade/Reversão	0,00	0,00	(605,13)	0,00	0,00	0,00		(605,13)
Abates		(3.289,52)	(9.596,91)	0,00	0,00	(12.998,62)		(25.885,05)
Alienações		0,00	0,00	0,00	(640,00)	(6.110,00)		(6.750,00)
Outros		1143,65	4,28	0,00	15,15	174,29		1.337,37
Saldo Final	247.098,23	96.388.219,93	838.617,30	97.639,99	1.624.573,25	1106.969,84	0,00	100.303.118,54
Ativos Líquidos	23.890.706,99	85.226.024,54	305.929,42	20.019,76	50.265,96	548.166,29	461.709,56	110.502.822,52

Tendo presente este contexto, durante o exercício de 2024, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis foram os seguintes:

O aumento registado na rubrica de “Edifícios e Outras Construções” no montante de 1.119.612,00 euros, traduziram-se nos seguintes investimentos:

- (i) Reconhecimento do valor do edifício A14.1 no montante de 284.630 euros;
- (ii) Grande reparação no montante de 24.232 euros, referente à reabilitação pavimento betuminoso e marcações;
- (iii) Grande reparação no montante de 8.965 euros, relativo à empreitada de reabilitação parcial da cobertura do pavilhão R02;
- (iv) Grande reparação no montante de 3.878 euros, relativo à reabilitação de claraboias do pavilhão R02;
- (v) Transferência da rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis em Curso”:
 - a. Grande reparação no montante de 359.910 euros, relativo à empreitada de reabilitação das fachadas e cobertura do edifício C01;

- b. Grande reparação no montante de 249.163 euros, relativo à empreitada de reabilitação das fachadas do edifício NAC;
- c. Instalação de duas UPAC's, uma na estação elevatória e outra no edifício NAC no montante de 65.967 euros;
- d. Grande reparação no montante de 54.535 euros, relativo à empreitada de reabilitação parcial das coberturas dos pavilhões R02, NAC e Bar5;
- e. Grande reparação no montante de 45.567 euros, relativo à empreitada de reabilitação das galerias exteriores do piso 2 do edifício NAC;
- f. Instalação de 450mt vedação em rede metálica na plataforma Rouco no montante de 9.921 euros;
- g. Transferência, no montante de 12.841 euros, da rubrica plano de modernização do mercado, no montante referente ao investimento realizado nos anos 2024.

O aumento registado na rubrica de "Equipamento Básico" no montante de 19.380,91 euros traduziu-se nos seguintes investimentos:

- (i) Aquisição de potas rápidas de enrolar, no montante de 14.600 euros para o pavilhão R02;
- (ii) Transferência da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em Curso":
 - a. Aquisição de porta rápida de enrolar no montante de 4.485 euros para o pavilhão R07;
 - b. Transferência, no montante de 295 euros, da rubrica plano de modernização do mercado, no montante referente ao investimento realizado nos anos 2024.

O aumento verificado na rubrica de "Equipamento Administrativo", no montante de 103.921,30 euros, traduziu-se no seguinte investimento:

- (i) Aquisição de UPS's, no montante de 7.445 euros;
- (ii) Aquisição de computadores e monitores, no montante de 10.998 euros;
- (iii) Aquisição de 3 multifunções, no montante de 8.673 euros;
- (iv) Transferência da rubrica de "Ativos Fixos Tangíveis em Curso":
 - a. Renovação da estrutura de IT, com 2 servidores e 1 powerstore, no montante de 75.190 euros;
 - b. Transferência, no montante de 1.613 euros, da rubrica plano de modernização do mercado, no montante referente ao investimento realizado nos anos 2024.

O aumento verificado na rubrica de "Outros Ativos Fixos Tangíveis", no montante de 204.559,17 euros, traduziu-se no seguinte investimento:

- (i) Aquisição e montagem de iluminação LED, no montante de 51.619 euros;
- (ii) Aquisição de contentores de resíduos, no montante de 19.770 euros;
- (iii) Aquisição e instalação de cancela metálica e limitadores de alturas, no montante de 19.431 euros;
- (iv) Instalação do sistema de SCIE no edifício CRE-1, no montante de 18.778 euros;
- (v) Aquisição e instalação de carretéis com caixa, no montante de 14.400 euros;
- (vi) Reformulação do sistema SADI no pavilhão A05, no montante de 12.965 euros;
- (vii) Aquisição de sinalização rodoviária, no montante de 12.560 euros;
- (viii) Instalação de lombas redutoras de velocidade, no montante de 12.486 euros;

- (ix) Aquisição e instalação de passadeira metálica na cobertura do edifício C01, no montante de 5.460 euros;
- (x) Aquisição e montagem de aparelhos de ar condicionado tipo mural (interior) no edifício NAC, no montante de 5.590 euros;
- (xi) Aquisição de cinzeiros de parede, no montante de 3.846 euros;
- (xii) Aquisição e instalação de equipamento de *Switch*, no montante de 3.279 euros;
- (xiii) Aquisição e instalação de termoacumuladores para os balneários do pavilhão R07, no montante de 2.225 euros;
- (xiv) Aquisição de cestos de retenção de resíduos, no montante de 1.248 euros;
- (xv) Equipamento diverso, no montante de 5.579 euros;
- (xvi) Transferência da rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis em Curso”:
 - a. Reformulação do sistema de som do pavilhão A03, no montante de 3.175 euros;
 - b. Aquisição de barreiras metálicas, no montante de 2.900 euros;
 - c. Equipamento diverso, no montante de 2.505 euros;
 - d. Transfêrencia, no montante de 2.747 euros, da rubrica plano de modernização do mercado, no montante referente ao investimento realizado nos anos 2024.

O aumento registado na rubrica de “Ativos Fixos Tangíveis em curso” no montante de 768.006,69 euros traduziu-se nos seguintes investimentos:

- (i) Empreitada de reabilitação das fachadas do edifício NAC, no montante de 235.063 euros;
- (ii) Empreitada de reabilitação do pavimento betuminoso, no montante de 133.370 euros;
- (iii) Empreitada de reabilitação das fachadas e cobertura do pavilhão C01, no montante de 98.617 euros;
- (iv) Instalação de duas UPAC’s, uma na estação elevatória e outra no edifício NAC no montante de 65.967 euros;
- (v) Instalação de 5 UPAC’s (pavilhões A01, A04, A05, A06 e A08), no montante de 73.484 euros;
- (vi) Empreitada de ampliação do Sistema CCTV, no montante de 50.906 euros;
- (vii) Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício NAC (zona dos painéis fotovoltaicos), pavilhão R02 (topo NN e NP), no montante de 43.285 euros;
- (viii) Empreitada de reabilitação da galeria exterior do piso 2 do edifício NAC, no montante de 34.105 euros;
- (ix) Empreitada de reabilitação da conduta doméstica, no montante de 7.629 euros;
- (x) Empreitada para a instalação de 450m de vedação na plataforma do Rouco, no montante de 4.940 euros;
- (xi) Aquisição e montagem de portas metálicas para salas técnicas, no montante de 4.927 euros;
- (xii) Aquisição e montagem de barreira para controlo de acesso ao mercado, no montante de 2.900 euros;
- (xiii) Reformulação do sistema de som do pavilhão A03, no montante de 3.175 euros;
- (xiv) Alterações efetuados no espaço da cozinha industrial no edifício NAC, no montante de 2.505 euros;
- (xv) Instalação de kit videoporteiro no edifício NAC, no montante de 1.776 euros;
- (xvi) Aquisição e instalação de estantes *racks*, no montante de 1.465 euros;

- (xvii) Outras aquisições no montante de 401 euros;
- (xviii) O montante de 890.818,84 euros registado em “Transferências” na rubrica “Ativos Fixos Tangíveis em Curso” refere-se à transferência para “Ativos Fixos Tangíveis” devido à conclusão de algumas obras. Sendo que 511.821 euros referente a aquisições de 2024 e 378.997 euros referentes a anos anteriores.

O montante de 338.897,41 euros que a 31 de dezembro de 2024 ainda se encontra em curso, refere-se essencialmente a:

- (i) Empreitada de reabilitação do pavimento betuminoso, no montante de 133.370 euros;
- (ii) Instalação de 5 UPAC´s (pavilhões A01, A04, A05, A06 e A08), no montante de 73.484 euros;
- (iii) Empreitada de ampliação do Sistema CCTV, no montante de 50.906 euros;
- (iv) Empreitada de reabilitação da conduta doméstica, no montante de 7.629 euros;
- (v) Aquisição e montagem de portas metálicas para salas técnicas, no montante de 4.927 euros;
- (vi) Projeto de integração Schneider/Primavera, no montante de 14.332 euros;
- (vii) Licenciamentos diversos no montante de 23.514 euros;
- (viii) Instalação de kit videoporteiro no edifício NAC, no montante de 1.776 euros;
- (ix) Aquisição e instalação de estantes *racks*, no montante de 1.465 euros;

O montante dos abates registado na rubrica “Edifícios e Outras Construções” refere-se a:

- (i) Abate de carretéis danificados, no montante de 12.715 euros;

O montante das alienações registado na rubrica “Equipamento Administrativo” refere-se a:

- (i) Alienação de diverso equipamento que se encontrava danificado/obsoleto, no montante de 640 euros;

O montante dos abates registado na rubrica “Outros Ativos Fixos Tangíveis” refere-se a:

- (i) Abate de diverso equipamento que se encontrava danificado/obsoleto, no montante de 15.007 euros;

O montante das alienações registado na rubrica “Equipamento Administrativo” refere-se a:

- (i) Alienação de equipamento informático, no montante de 11.868 euros;

No total, estas operações geraram uma menos-valia no montante de 849 euros.

Relativamente às depreciações do exercício, foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” em 2024, o montante de 3.789.625,30 euros.

NOTA 9 – LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respetivo contrato.

9.1. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

A MARL, S.A. não tem atualmente nenhum contrato de locação financeira a decorrer.

9.2. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Os contratos de aluguer de viaturas ao serviço da MARL, S.A. revestem a natureza de locações operacionais. Estes não preveem a opção de compra no final do mesmo, nem qualquer valor referente a rendas contingentes.

Nas locações operacionais, os pagamentos mínimos de locação reconhecidos como gasto, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram conforme se segue:

Locações e sublocações operacionais, e pagamentos de locação e de sublocação reconhecidos como gastos	Locações operacionais em vigor				31/12/2024	31/12/2023
	Entidade locadora	Identificação do contrato	Prazo da locação		Pagamentos mínimos das locações	Pagamentos mínimos das locações
			Começo	Fim		
Viatura "AI-48-JB"	LEASYS Portugal,SA	1102653512	21/jul/21	20/jul/26	3 753,48	3 753,48
Viatura "AI-49-JB"	LEASYS Portugal,SA	1102653510	21/jul/21	20/jul/26	3 753,48	3 753,48
Viatura "AI-51-JB"	LEASYS Portugal,SA	1102653511	22/jul/21	21/jul/26	3 753,36	3 753,36
Viatura "AJ-66-CA"	LEASYS Mobility Portugal,SA	5033496	31/ago/21	30/ago/26	2 125,44	2 361,60
Viatura "AJ-19-CB"	LEASYS Mobility Portugal,SA	5033497	31/ago/21	30/ago/26	2 204,04	2 364,50
Total					15 589,80	15 986,42

Futuros pagamentos mínimos das locações operacionais não canceláveis	31/12/2024	31/12/2023
Vencíveis até 1 ano	15 983,64	15 983,64
Vencíveis entre 1 e 5 anos	8 443,47	24 427,11
Vencíveis a mais de 5 anos		
Total	24 427,11	40 410,75

NOTA 10 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O detalhe da rubrica "Financiamentos Obtidos" é conforme se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Financiamentos obtidos (passivo não corrente)		
Empréstimos bancários - Financiamento para Investimento		
Banco Europeu de Investimento	1.388.888,85	4.166.666,63
Empréstimos por Papel Comercial		
Banco BPI	0,00	0,00
Participantes de capital		
Empresa-mãe - Suprimentos e outros mútuos	0,00	624.600,00
Total	1.388.888,85	4.791.266,63

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Financiamentos obtidos (passivo corrente)		
Empréstimos bancários - Financiamento para Investimento		
Banco Europeu de Investimento	2.777.777,78	2.777.777,78
Descobertos Bancários		
Banco Comercial Português	0,00	415.682,78
Cartões de Crédito		
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública	236,00	189,90
Empréstimos por Papel Comercial		
Banco BPI	0,00	1.200.000,00
Total	2.778.013,78	4.393.650,46

10.1. Caracterização dos empréstimos bancários

- Contrato de financiamento a médio e longo prazo

No dia 8 de outubro de 2001, na sequência dos contactos e negociações havidas com o *Banco Europeu de Investimento (BEI)*, foi assinado um contrato de financiamento com esta entidade bancária europeia. No âmbito deste financiamento, em 8 de setembro de 2011, foi concedido aval do Estado Português, garantindo o cumprimento das obrigações de capital e juros deste financiamento até à maturidade.

A operação está consubstanciada nas seguintes características técnicas:

Financiamento BEI

Montante	50.000.000,00
Montante em dívida a 31/12/2024	4.166.666,63
Maturidade	25 anos
Período carência	7 anos
Regime taxa juro	Variável
Indexante	Euribor 3 meses
Spread	+0,12%
Data primeiro reembolso	15/09/2008
Data último reembolso	15/03/2026

- Descoberto Autorizado

À data de 31 de dezembro de 2024, a MARL, S.A. tinha contratualizado duas linhas de apoio à tesouraria, sendo utilizadas ao longo do ano em função dos défices/excedentes de tesouraria gerados diariamente, permitindo assim uma otimização de tesouraria e redução dos encargos financeiros, com as seguintes características:

Em 23 de maio de 2016 foi celebrado um contrato de crédito por descoberto em conta (Grupado) no Banco Comercial Português, pelas empresas SIMAB, MARL e MARE, com limite global de 500.000 euros em que o somatório das utilizações efetuadas pelos beneficiários não poderá exceder, em cada momento, o limite global estabelecido. Em 5 de março de 2018, foi celebrado um aditamento a este mesmo contrato, em que o limite global passa para 1.200.000 euros.

Em 31 de maio de 2016, foi celebrado um contrato de crédito por descoberto em conta (Grupado) no Banco Santander Totta, pelas empresas SIMAB, MARL e MARE com limite global de 500.000 euros em que o somatório das utilizações efetuadas pelos beneficiários não poderá exceder em cada momento o limite

global estabelecido. Em 19 de dezembro de 2019, foi celebrado um aditamento a este mesmo contrato, em que o limite global passa para 1.000.000 euros, sendo que o limite máximo de utilização pela MARL, SA é fixado em 500.000 euros.

▪ Cartões de Crédito

Em dezembro de 2021, foi contratualizado com o IGCP a utilização de cartão de crédito para fazer face pagamentos da Via Verde

10.2. Prestações Acessórias de Capital

Em 2024, a MARL, S.A., amortizou prestações acessórias de capital do acionista SIMAB, SA, no montante de 624.600,00 euros (Nota 6.3).

À data de 31 de dezembro de 2024, a MARL, S.A. não tem qualquer valor em dívida referente a prestações acessórias.

Prestações Assessórias SIMAB		
Data da Realização	Montante	Montante em dívida a 31/12/2024
23/12/2020	1.950.000,00	0,00
Total	1.950.000,00	0,00

Os contratos vencem juros mensais à taxa determinada pelo custo de financiamento bancário da empresa mãe, por referência ao mês anterior. Em 2024, correspondeu a uma taxa média de 4,34%.

NOTA 11 – IMPARIDADE DE ATIVOS

Os movimentos registados na rubrica de perdas por imparidades de ativos fixos é conforme se segue:

			31/12/2024				
Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Saldo Inicial	Aumentos	Reversão	Regularização	Saldo Final
2024	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Ativos fixos tangíveis	3.136.801,64	0,00	0,00	(197,49)	3.136.604,15
		Ativos intangíveis	29,69		0,00	0,00	29,69
		Totais	3.136.831,33	0,00	0,00	(197,49)	3.136.633,84

			31/12/2023				
Quantias das perdas por imparidade e respetivas reversões reconhecidas durante o período			Saldo Inicial	Aumentos	Reversão	Regularização	Saldo Final
2023	Perdas por imparidade reconhecidas nos resultados	Ativos fixos tangíveis	3.137.406,77	0,00	0,00	(605,13)	3.136.801,64
		Ativos intangíveis	29,69		0,00	0,00	29,69
		Totais	3.137.436,46	0,00	0,00	(605,13)	3.136.831,33

O valor registado em regularizações diz respeito, essencialmente à alienação de diverso equipamento que se encontrava fora de uso.

NOTA 12 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS, ASSOCIADAS E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

O detalhe da rubrica “Outros Ativos Financeiros” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Investimentos Financeiros		
Outras Aplicações Financeiras		
Fundos - FCT (Fundo de Compensação do Trabalho)	2.105,58	2 105,58
Total	2.105,58	2 105,58

No cumprimento da Lei 70/2013 de 30 de agosto, passou a ser constituído o Fundo de Compensação do Trabalho de carácter obrigatório para contratos de trabalhos celebrados após 01/10/2013.

No entanto, de acordo com as disposições do artigo nº 32º da Lei 13/2023 de 3 de abril, as obrigações relativas ao FCT e FGCT, ficam suspensas a partir de 01/05/2023.

NOTA 13 – DIFERIMENTOS

13.1. Diferimentos Ativos

O detalhe da rubrica “Diferimentos” no ativo é conforme se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Diferimentos		
Gastos a reconhecer (Ativos Correntes)		
Seguros	875,14	110,63
Outros gastos a reconhecer	73.206,35	22.994,00
Total	74.081,49	23.104,63

O valor registado na rubrica “outros gastos a reconhecer” no montante de 73.206,35 euros, inclui:

- (i) Licenças Firewall, Office(cloud), alojamentos de mail e de website no montante de 23.491 euros;
- (ii) Contrato de manutenção das UPAC (Unidade de Produção para Autoconsumo) no montante de 18.123 euros;
- (iii) Licenças Microsoft no montante de 7.617 euros;
- (iv) Contrato Primavera, Sigcont e faturação eletrónica no montante de 785 euros;
- (v) Contrato Infotrust no montante de 945 euros;
- (vi) Repasse de eletricidade aos operadores no montante de 21.305 euros;
- (vii) Outros gastos a reconhecer no exercício ou exercícios seguintes no montante de 938 euros.

13.2. Diferimentos Passivos

O detalhe da rubrica “Diferimentos” no passivo é conforme se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Diferimentos		
Rendimentos a reconhecer (Passivo não corrente)		
Taxas Acesso	6.173.044,95	7.599.587,13
Taxa Utilização	603.061,99	666.525,67
Total	6.776.106,94	8.266.112,80

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Diferimentos		
Rendimentos a reconhecer (Passivo corrente)		
Taxas Acesso	1.541.751,96	1.553.632,92
Taxa Utilização	240.146,94	232.781,61
Outros Rendimentos a reconhecer	90.217,47	24.187,51
Total	1.872.116,37	1.810.602,04

Os montantes recebidos referentes às taxas de acesso incluídos na rubrica de “Rendimentos a reconhecer”, são reconhecidos por duodécimos, como rendimentos do exercício durante o período de vigência dos contratos.

Na rubrica “Rendimentos a reconhecer – Taxa Utilização” procedeu-se a transferência de passivo corrente para passivo não corrente, o montante referente às taxas de utilização cujo reconhecimento em proveitos é superior a 12 meses.

A diminuição dos rendimentos a reconhecer, provenientes de taxas de acesso, decorre do efeito da sua integração, em rendimentos do exercício.

O montante registado na rubrica “Outros Rendimentos a reconhecer” refere-se a:

- (i) indemnizações recebidas de seguradoras, cujas obras ainda não foram realizadas, no montante de 4.384 euros;
- (ii) serviços prestados às empresas do grupo, referente à monitorização de tráfego de rede/segurança e à gestão centralizada das firewall, no montante de 10.833 euros;
- (iii) comparticipação nas obras de reabilitação do parque de estacionamento do MARL, pela entidade que explora o pátio, no montante de 75.000 euros, nos termos contratualmente definidos;

NOTA 14 – RÉDITO

A rubrica “Vendas e Serviços Prestados” apresenta a seguinte composição:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Prestações de serviço		
Taxa de utilização	11.582.535,78	11.043.422,75
Outras receitas	2.123.444,11	1.885.847,88
Proveitos diferidos	1.617.959,06	1.610.037,41
Descontos e abatimentos	0,00	0,00
Total	15.323.938,95	14.539.308,04

As prestações de serviço incluem, para além da taxa de utilização e dos proveitos diferidos da taxa de acesso, uma diversidade de outros serviços adicionais, que são reconhecidos quando o cliente solicita o serviço. (Nota 3.9)

De salientar que, a sub-rubrica “Proveitos diferidos” inclui o montante de 62.041 euros relativo a integração em rendimentos do exercício, do valor de taxas de acesso que ainda não estava incorporado, nos casos em que ocorreu rescisão contratual. Em 2023, este montante ascendeu a 49.967 euros.

NOTA 15 - SUBSÍDIO Á EXPLORAÇÃO

No exercício de 2024, foi reconhecido o montante de 550,00 euros em subsídios à exploração referente ao subsídio recebido pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), ao abrigo da Portaria nº229/2015 de 3 de agosto, um cheque-formação, referente ao curso “Ergonomia e Movimentação de Cargas”.

NOTA 16 – INVENTÁRIOS

A MARL não tem inventário.

NOTA 17 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

17.1. Provisões

Destinando-se as provisões a fazer face a obrigações presentes ou prováveis, mas não aleatórias, a MARL, SA fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos.

O Conselho de Administração da MARL, SA considera que não há riscos identificados à data de 31/12/2024, pelo que não apresenta valores em provisões.

17.2. Ativos e Passivos Contingentes

17.2.1. Ativos Contingentes

Não são identificadas situações que configurem ativos contingentes.

17.2.2. Passivos Contingentes

A MARL, S.A. fez uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, ações judiciais, reclamações ou casos litigiosos, suportada pelo entendimento dos advogados da empresa.

No âmbito da ação de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento, interposta pela ex-trabalhadora Carla Isabel Sebastião Neto Pinhão em 21 de dezembro de 2021, e que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa Norte, Juízo do Trabalho, Juiz 2, sob o processo n.º 3734/21.2T8VFX, foi proferido Acórdão pelo Tribunal da Relação.

Neste Acórdão, o Tribunal confirmou a decisão favorável à MARL, S.A., considerando regular e lícito o despedimento e julgando improcedente a maioria dos créditos laborais reclamados pela autora. No entanto, foi concedido provimento parcial ao recurso, tendo a empresa sido condenada ao pagamento de € 355,20, referente a descontos indevidos sobre ausências em setembro e outubro, período em que a trabalhadora se encontrava de baixa médica e cuja retribuição foi assegurada pela Segurança Social.

Adicionalmente, manteve-se a decisão anterior relativa à retirada da viatura automóvel atribuída à ex-trabalhadora, ficando este montante a liquidar em sede de execução de sentença.

Não tendo sido interposto qualquer recurso dentro do prazo legal, a decisão transitou em julgado, pondo termo ao processo. Assim, mantém-se a obrigação da ex-trabalhadora de pagar à MARL, S.A. o montante de € 1.846,79 referente a custas processuais.

NOTA 18 – SUBSÍDIOS OBTIDOS

Subsídios ao Investimento

Os movimentos relativos ao subsídio obtido são como se segue:

Quantias dos subsidios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31/12/2024		
			Demonstração dos resultados		Balanço
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Imputadas em outros gastos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos não depreciableis	PROMAB		0,00	433.424,13
	Subsídios relacionados com ativos depreciableis	PROMAB	391.048,08	0,00	9.971.726,38
	Impostos diferidos sobre subsidios		0,00	(2.143.921,17)	
	Subsídios relacionados com ativos depreciableis	FEE	806,40	0,00	2.620,80
	Impostos diferidos sobre subsidios			0,00	(563,48)
Total			391.854,48	0,00	8.263.286,66

Quantias dos subsidios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço			31/12/2023		
			Demonstração dos resultados		Balanço
			Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Imputadas em outros gastos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos não depreciables	PROMAB		0,00	433.424,13
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	PROMAB	391.048,08	0,00	10.362.774,46
	Impostos diferidos sobre subsidios			0,00	(2.331.624,32)
	Subsídios relacionados com ativos depreciables	FEE	806,40	0,00	3.427,20
	Impostos diferidos sobre subsidios			0,00	(771,12)
Total			391.854,48	0,00	8.467.230,35

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados e de acordo com a vida útil dos mesmos. Em 2024 inclui essencialmente a quota-parte do subsídio ao investimento (PROMAB) concedidos à sociedade a fundo perdido, no valor de 391.048,08 euros e Fundo de Eficiência Energética (FEE) no valor de 806,40 euros

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 21,5% (IRC à taxa de 20% e Derrama à taxa de 1,5%).

Os valores são reconhecidos como rédito, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados e de acordo com a vida útil dos mesmos.

NOTA 19 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

19.1. Autorização para emissão

- As Demonstrações Financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 17 de março de 2024.
- Em Assembleia-geral os acionistas têm o poder de não aprovar as presentes demonstrações financeiras e solicitar as alterações que julguem convenientes, nos termos e legislação em vigor.

19.2. Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

- Entre a data do Balanço e 17 de março de 2024 não houve conhecimento de eventos ocorridos que, afetem o valor dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras do período.

NOTA 20 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

20.1. Imposto sobre o Rendimento

A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 21%, sendo a Derrama Municipal fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama estadual de 3% do excedente do lucro tributável em 1.500.000 Euros, 5% do excedente de 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 9% no montante que exceda os 35.000.000 Euros.

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 21,5% (IRC à taxa de 20% e Derrama à taxa de 1,5%).

Os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos, foi como segue:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos	Passivos por impostos diferidos
Saldo em 1 de janeiro	274.821,11	24.612,86	276.843,93	25.514,17
Movimentos do exercício				
Amortizações n/ aceites fiscalmente	(1.370,54)		1.093,68	
Ajustamentos positivos para o justo valor	(17.341,02)	0,00	(6.514,17)	26,53
Imparidade de dividas de clientes	(2.208,89)		3.397,67	
Subsídios para ativos depreciáveis - PROMAB		(1.978,88)		(927,84)
Saldo final a 31 de dezembro	253.900,66	22.633,98	274.821,11	24.612,86

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 são detalhados como segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Imposto Corrente	(1.644.126,37)	(1.620.382,80)
Imposto Diferido	(18.941,57)	(1.121,51)
Total	(1.663.067,94)	(1.621.504,31)

A reconciliação entre o lucro contabilístico e os gastos/rendimentos de impostos referentes a 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é conforme se segue:

Demonstração do relacionamento entre o lucro contabilístico e os gastos/(rendimentos) de impostos				Calculo	31/12/2024	31/12/2023
Produto do lucro contabilístico (Resultado antes de impostos) multiplicado pela(s) taxa(s) de imposto aplicável(eis)		Resultado líquido do período		1	5.638.886,17	4.896.163,09
		Gastos/(rendimentos) de impostos		2	1.663.067,94	1.621.504,31
		Resultado antes de impostos		3=1+2	7.301.954,11	6.517.667,40
Ajustamentos para o lucro tributável	Diferenças definitivas	A acrescentar	...	4	34.421,66	28.957,04
		A deduzir	...	5	51.747,78	53,20
	Diferenças temporárias	A acrescentar	...	6	21.770,07	43.547,63
		A deduzir	...	7	685.586,73	62.582,25
Lucro/(Prejuízo fiscal)				8=3+4-5+6-7	6.620.811,33	6.527.536,62
Dedução de perdas fiscais				9	0,00	0,00
Matéria coletável				10=8-9	6.620.811,33	6.527.536,62
Benefícios fiscais por dedução à Coleta				11	0,00	0,00
Outras componentes do imposto		Tributação autónoma		12	819,48	860,96
		Derrama			99.312,17	97.913,04
		Derrama Estadual			153.624,34	150.826,12
		Coleta			1.390.370,38	1.370.782,68
Impostos	Imposto corrente			13=10-11+12	1.644.126,37	1.620.382,80
	Imposto diferido (variação ativos / passivos diferidos)			14	(18.941,57)	(1.121,51)
Gastos/(rendimentos) de impostos				16=13-14-15	1.663.067,94	1.621.504,31

A linha de imposto teve um impacto negativo de 1.663.067,94 euros nos resultados do exercício, explicado por:

- (i) Pelo reconhecimento de ativos por impostos diferidos relativos:
 - a. À reversão da perda de imparidade de depreciações não aceites fiscalmente, no montante de 1.370,54 euros;
 - b. À reversão da perda por imparidade nos Ativos Fixos Tangíveis no montante de 17.341,02 euros;
 - c. À reversão da perda de imparidade de dividas de clientes no montante de 2.208,89 euros;
- (ii) Pelo reconhecimento de passivos por impostos diferidos relativos:
 - a. À reversão da integração do subsídio proporcional à perda por imparidade no montante de 1.978,88 euros;
- (iii) Pelo imposto corrente do exercício no montante de 1.644.126,37 euros.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis, que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Assim, são reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existam expectativas fundamentadas de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro.

Não são efetuadas compensações entre impostos diferidos ativos e passivos.

20.2. Decomposição dos saldos com o Estado

20.2.1. Passivo Corrente

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Estado e outros entes públicos		
Imposto sobre o rendimento (IRC)	119 157,63	292 002,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	9.838,33	11.731,08
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	372.296,56	347.069,20
Contribuições para a Segurança Social	16.667,17	15.105,42
Outras tributações	0,00	0,00
Total	517.959,69	665.907,70

Nos exercícios de 2024 e 2023 foi efetuado o apuramento do imposto sobre o rendimento a pagar e a recuperar respetivamente, pelo que a rubrica “Imposto sobre o Rendimento” evidencia a estimativa do imposto sobre o rendimento, derrama e derrama estadual, deduzida dos pagamentos por conta e adicional por conta de IRC efetuados.

20.3. Outras informações

De acordo com a legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2021 a 2024 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

NOTA 21 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

21.1. Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros são detalhadas conforme se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Financeiros		
Contas a receber de terceiros	1.898.304,11	1.251.302,45
Caixa e equivalentes	579.285,70	156.656,23
Total	2.477.589,81	1.407.958,68

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Passivos Financeiros		
Fornecedores	390.873,38	359.820,95
Outras contas a pagar a terceiros	10.209.296,64	15.709.178,73
Total	10.600.170,02	16.068.999,68

21.2. Risco de crédito

Os riscos a que a MARL, S.A. se encontra exposta podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento da empresa, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a empresa está exposta, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de crédito – O risco de crédito está associado ao risco de uma entidade falhar no cumprimento das suas obrigações contratuais resultando numa perda financeira. Este tipo de risco é incorrido no decorrer das suas atividades operacional e financeira.

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional da empresa. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes da empresa para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados. Este risco é monitorizado numa base regular, com o objetivo de limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidades das contas a receber; acompanhar a evolução do nível de crédito concedido; e analisar a recuperabilidade dos valores a receber.

As perdas de imparidade para as contas a receber são calculadas considerando:

- A análise da antiguidade das contas a receber;
- O perfil de risco do cliente;
- As condições financeiras dos clientes.

Relativamente ao risco de crédito associado à atividade financeira, a MARL, S.A. detém uma exposição ao sector bancário nacional traduzida pelos depósitos à ordem e financiamentos obtidos. Até à data, a MARL, S.A. não incorreu em qualquer imparidade resultante do não cumprimento das obrigações contratuais celebradas com entidades bancárias.

- Risco de liquidez (também referido como risco de financiamento) – é o risco de que a empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros.

A MARL, S.A. tem procurado o melhor desempenho na gestão de tesouraria, procurando garantir o cumprimento de responsabilidades de curto prazo e das atividades operacionais e minimizar a probabilidade de incumprimento dos seus compromissos através de uma gestão rigorosa e planeada da sua atividade.

Como forma de mitigação deste risco e integrado na estratégia global do Grupo SIMAB, desde 2012, a MARL, S.A. tem vindo a realizar uma reestruturação do financiamento bancário através da concentração de linhas de crédito de apoio à tesouraria na empresa-mãe, que possibilitou uma redução do seu custo de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2024, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

A antiguidade do saldo da rubrica “Clientes é detalhada conforme segue:

Descrição	31/12/2024			Descrição	31/12/2023		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
Não vencido	870.395,35	0,00	870.395,35	Não vencido	817.581,90	0,00	817.581,90
Vencido				Vencido			
0 - 30 dias	161.601,52	0,00	161.601,52	0 - 30 dias	84.674,78	0,00	84.674,78
30 - 90 dias	84.004,14	0,00	84.004,14	30 - 90 dias	34.904,58	0,00	34.904,58
90 - 180 dias	4.295,49	0,00	4.295,49	90 - 180 dias	10.301,13	0,00	10.301,13
180 - 360 dias	(8,22)	0,00	(8,22)	180 - 360 dias	5.434,27	0,00	5.434,27
> 360 dias	734.281,71	654.286,27	79.995,44	> 360 dias	770.114,78	694.533,99	75.580,79
Total	1.854.569,99	654.286,27	1.200.283,72	Total	1.723.011,44	694.533,99	1.028.477,45

A antiguidade do saldo da rubrica “Fornecedores” é detalhada conforme segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
	Quantia	Quantia
Não vencido	361.107,19	220.560,25
Vencido		
0 - 30 dias	(16.637,21)	106.677,28
30 - 90 dias	31.199,73	0,00
90 - 180 dias	73,30	(147,95)
180 - 360 dias	0,00	0,00
> 360 dias	15.130,37	32.731,37
Total	390.873,38	359.820,95

A MARL, S.A. apresenta uma gestão prudente do risco de liquidez, o que implica ainda a manutenção de um nível adequado de caixa e equivalentes de caixa para fazer face às responsabilidades assumidas, mas principalmente o acesso ao crédito para fazer face à gestão corrente.

A empresa gere o seu capital para assegurar que prosseguem as suas operações numa ótica de continuidade. Neste contexto, a Empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio).

21.3. Clientes

O detalhe da rubrica “Clientes” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Clientes		
Clientes gerais	1.193.733,88	1.023.680,19
Clientes - Empresa-mãe	4.165,50	0,00
Clientes - Outras partes relacionadas	246,27	0,00
Clientes - Cheques pré-datados	0,00	2.659,19
Subtotal	1.198.145,65	1.026.339,38
Clientes cobrança duvidosa	656.424,34	696.672,06
Perdas por imparidade acumuladas	(654.286,27)	(694.533,99)
Subtotal	2.138,07	2.138,07
Total	1.200.283,72	1.028.477,45

21.4. Fornecedores

O detalhe da rubrica de “Fornecedores” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores		
Fornecedores gerais	343.293,80	336.537,80
Fornecedores - Empresa-mãe	44.646,08	2.748,65
Fornecedores - Outras partes relacionadas	2.933,50	20.534,50
Total	390.873,38	359.820,95

21.5. Adiantamento de clientes

O detalhe da rubrica “Adiantamento de Clientes” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos de clientes		
Clientes gerais	884,10	884,10
Total	884,10	884,10

21.6. Créditos a receber

O detalhe da rubrica “Créditos a Receber” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Créditos a receber		
Devedores diversos		
Dif. Taxa de Acesso	14.020,75	30.424,75
creditos a receber	500.000,00	0,00
Total	514.020,75	30.424,75

21.7. Outros créditos a receber

O detalhe da rubrica “Outros Créditos a Receber” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outros creditos a receber		
Outras operações com pessoal	708,51	570,51
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros devedores	0,00	654,12
Outros acréscimos de rendimentos	127.663,11	63.744,50
Devedores diversos		
Cauções a fornecedores	778,22	778,22
Dif. Taxa de Acesso	16.371,36	16.371,36
Outros	38.478,44	110.281,54
Total	183.999,64	192.400,25

O saldo a receber do pessoal totaliza 708,51 euros refere-se essencialmente a:

- (i) despesas extra *plafond* de telemóvel, combustíveis e “via verde”, devidamente controladas e recebidas no curtíssimo prazo;

21.8. Outras dividas a pagar

O detalhe da rubrica “Outras Dividas a Pagar” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outras Dividas a pagar (Passivo não Corrente)		
Credores diversos		
Cauções Operadores	767.242,49	1.582.967,34
Ajust. Imposto s/Subsidio	2.056.317,40	2.244.228,19
Total	2.823.559,89	3.827.195,53

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outras Dívidas a pagar (Passivo Corrente)		
Clientes	1.847,77	382,16
Outros custos com pessoal	0,00	1,66
Credores diversos		
Outros	73.530,44	79.568,88
Cauções Operadores	807.401,39	0,00
Ajust. Imposto s/Subsídio	88.167,25	88.167,25
Fornecedores de investimentos		
Fornecedores gerais	1.211.882,27	1.237.063,67
Empresa mãe	0,00	0,00
Credores por acréscimos de gastos		
Juros a Liquidar	40.792,94	89.205,13
Remunerações a Liquidar	119.028,58	106.176,82
Outros Acréscimos de Gastos	357.339,69	429.708,74
Total	2.699.990,33	2.030.274,31

Encontram-se registados em passivo não corrente:

- (i) O valor de cauções definidas contratualmente, por se considerar que não são devolvidas num prazo inferior a 12 meses;
- (ii) O saldo da conta “Ajustamentos imposto s/ Subsídio” tem origem no desreconhecimento da rubrica de “Outras variações capitais próprios”, dos impostos diferidos associados à integração do subsídio ao investimento PROMAB, na sequência da FAQ 13, datada de 15 de abril de 2013.

Da interpretação da FAQ 13, resulta que o período de reconhecimento do rendimento de imputação do subsídio e o momento da sua tributação são coincidentes, não havendo, assim, diferenças temporárias tributáveis e logo, não há lugar ao reconhecimento de passivos por impostos diferidos. Neste contexto, em 2013, foram desreconhecidos na MARL, SA, os passivos por impostos diferidos que tinham sido reconhecidos até 2012, reconhecendo o passivo numa conta de “Outros devedores e credores”. O saldo é revertido, na cadencia do reconhecimento do subsídio como rédito do exercício, à medida que os bens subsidiados vão sendo depreciados e de acordo com a vida útil dos mesmos.

Encontram-se registados em passivo corrente:

- (i) O montante correspondente ao valor das cauções inerentes aos contratos realizados com operadores que atingem a sua maturidade em 2025;
- (ii) O valor apresentado de remunerações a liquidar considera as remunerações devidas em 2025 no que diz respeito a férias e subsídio de férias cujo direito foi adquirido no decurso do ano 2024.
- (iii) A rubrica de “Credores por acréscimos de gastos – Outros”, no montante de 357.340 euros, refere-se essencialmente a:
 - a) Acréscimo de gastos com Imposto Municipal sobre Imóveis, referente a 2024, cujo pagamento ocorrerá em 2025, no valor de 262.777 euros;
 - b) Acréscimo de gastos com água, eletricidade, gás, manutenção e seguros no montante de 75.373 euros;
 - c) Acréscimo de gastos com a TSU referente a trabalhadores independentes no montante de 2.850 euros;

- d) Acréscimo de gastos com o acompanhamento diário da atividade no mercado pelos serviços de segurança no montante de 3.294 euros;
- e) Acréscimo de gastos com a atualização do software no montante de 7.772 euros;
- f) Acréscimo de gastos com a taxa de exploração da DGEG no montante de 2.796 euros;
- g) Acréscimo de gastos com comissões a pagar ao Estado Português na sequência do aval concedido, conforme explicado na nota 10.1 e nota 27.1.2, no montante de 2.477 euros.

NOTA 22 – CAPITAL SOCIAL

22.1. Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

Durante o exercício de 2023, não houve qualquer realização capital, conforme seguidamente se apresenta:

Acionista	Capital Social Inicial	Diminuição	Aumento Capital			Capital Social Final
			Conversão Suprimentos	Conversão Dívida	Entradas em Dinheiro	
Simab, S.A.	26.361.351,64					26.361.351,64
Câmara Municipal de Lisboa	2.970.272,55					2.970.272,55
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	445.806,60					445.806,60
Câmara Municipal de Loures	222.568,97					222.568,97
Total	29.999.999,76	0,00	0,00	0,00	0,00	29.999.999,76

Acionista	Capital Subscrito	Capital Realizado	Capital a realizar
Simab, S.A.	26.361.351,64	26.361.351,64	
Câmara Municipal de Lisboa	2.970.272,55	2.970.272,55	
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	445.806,60	445.806,60	
Câmara Municipal de Loures	222.568,97	222.568,97	
Total	29.999.999,76	29.999.999,76	0,00

22.2. Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O capital social atual é representado por 6.012.024 ações nominativas, com o valor facial de 4,99 euros, em títulos de uma, cinco, dez, cem, mil ou múltiplos de mil ações.

Em substância, o capital social da sociedade, encontra-se repartido nos seguintes valores:

Acionista	N.º Ações	Valor Nominal	Valores	%
Simab, S.A.	5.282.836	4,99	26.361.351,64	87,87%
Câmara Municipal de Lisboa	595.245	4,99	2.970.272,55	9,90%
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	89.340	4,99	445.806,60	1,49%
Câmara Municipal de Loures	44.603	4,99	222.568,97	0,74%
Total	6.012.024		29.999.999,76	100,00%

22.3. Movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de Capitais Próprios

22.3.1. Reservas Legais

A rubrica “Reservas” apresentava o seguinte detalhe:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Reservas		
Saldo inicial	5.242.878,42	4.780.279,40
Aplicação do Resultado Líquido	489.616,31	462.599,02
Saldo final	5.732.494,73	5.242.878,42

Os estatutos da empresa determinam para a aplicação dos resultados, um mínimo de dez por cento para constituição ou reintegração da reserva legal até atingir o mínimo legalmente exigível e o remanescente conforme for deliberado pela Assembleia Geral, podendo o montante a distribuir como dividendos aos acionistas ser fixado por deliberação aprovada pelos votos representativos de cinquenta e um por cento do capital social.

22.3.2. Resultados Transitados

Realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

Descrição	31/12/2024	Variação	31/12/2023
Resultados transitados			
Resultados transitados	40.737.556,07	4.406.546,78	36.331.009,29
Result. transit. - Reg. n/freq. de grande signif.	(357.942,02)	0,00	(357.942,02)
Resultados transitados - Adopção 1ª vez SNC	1.773.414,40	0,00	1.773.414,40
Total	42.153.028,45	4.406.546,78	37.746.481,67

A rubrica de resultados transitados corresponde aos resultados líquidos dos períodos anteriores, conforme deliberações efetuadas nas assembleias gerais. Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação pela primeira vez do SNC.

A variação nos resultados transitados, no valor de 4.406.456,78 euros, resulta de:

- (i) Aplicação do Resultado Líquido do exercício de 2023 no valor de 4.896.163,09 euros, nos seguintes montantes:
 - 489.616,31 euros para reservas legais correspondente a 10%, nos termos da al..a) do artigo 18º dos estatutos da sociedade;
 - 4.406.456,78 euros mantidos em resultados transitados;

22.3.3. Ajustamentos e Outras Variações no Capital Próprio

A empresa reconhece, nesta rubrica, os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes (subsídios ao investimento), os quais foram integralmente recebidos e não são reembolsáveis. No caso de bens depreciables, estes subsídios são subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam, tendo sido reconhecidos rendimentos no montante de 391.854,48 euros, em 31 de dezembro de 2024.

O saldo desta rubrica corresponde: (i) parcela destes subsídios ainda não imputados a rendimentos do período no montante de 9.974.347,18 euros, líquido do respetivo passivo por impostos diferidos no montante de 2.144.484,65 euros, e (ii) aos subsídios afetos a bens não depreciables no montante de 433.424,13 euros.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outras Variações no Capital Proprio		
Subsidios para activos não depreciables		
Subs.para act.não deprec. - PROMAB	433.424,13	433.424,13
Subsidios para activos depreciables		
Subs.para act. deprec. - PROMAB	9.971.726,38	10.362.774,46
Subs.para act. deprec. - FEE	2.620,80	3.427,20
Impostos diferidos referentes a Subsidios	(2.144.484,65)	(2.332.395,44)
Total	8.263.286,66	8.467.230,35

Os ativos e passivos por impostos diferidos devem ser mensurados pela taxa fiscal, que se espera que seja de aplicar no período quando seja realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais), que estejam acordadas à data do relato.

De acordo com a legislação em vigor a empresa utiliza, para o cálculo de impostos diferidos, uma taxa de 21,5% (IRC à taxa de 20% e Derrama à taxa de 1,5%).

NOTA 23 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” é detalhada conforme se segue:

Descrição	31/12/2024	30/12/2023
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	354.438,87	337.690,64
Publicidade e propaganda	11.916,62	3.605,38
Vigilância e segurança	397.740,90	378.958,95
Honorários	39.314,86	55.940,61
Conservação e reparação	250.999,02	222.313,10
Serviços Bancários	2.624,83	2.410,98
Materiais		
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	14.015,77	1 170,86
Material de escritório	992,86	3.337,72
Artigos para oferta	0,00	123,57
Energia e fluidos		
Eletricidade	440.425,28	413.760,22
Combustíveis	2.066,07	116.496,36
Água	130.345,13	137.015,39
Deslocações, estadas e transportes	1.322,54	2.356,38
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	37.149,19	34.418,27
Comunicação	12.772,11	11.776,85
Seguros	124.153,79	111.587,39
Contencioso e notariado	2 201,75	991,85
Despesas de representação	325,01	167,30
Limpeza, higiene e conforto	1.339.477,74	1.260.183,96
Outros serviços	8.375,64	12.646,21
Total	3.170.657,98	3.106.951,99

NOTA 24 – GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica “Gastos com o pessoal” detalha-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos órgãos sociais	155.226,92	155.226,92
Remunerações do pessoal	675.739,03	621.951,66
Indemnizações	0,00	1 366,48
Encargos sobre remunerações	152.622,45	140.305,00
Seguros de acidentes no trabalho e doenças prof.	3.744,60	3.491,47
Outros gastos com o pessoal	32.854,05	30.007,62
Total	1.020.187,05	952.349,15

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o ano de 2024 foi de 25 empregados.

Foram efetuadas as estimativas de férias e subsídios de férias a pagar em 2025, relativas a 2024, de acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2025 de 16 de janeiro.

NOTA 25 – OUTROS GASTOS E OUTROS RENDIMENTOS

25.1. Decomposição da rubrica de “Outros gastos” conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outros gastos		
Impostos	265.332,33	267.157,63
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	1 296,12	0,00
Outros Gastos e perdas		
Correções de exercícios anteriores	28.555,71	25.121,14
Quotas	5.750,00	5.318,00
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	917,30
Outros não especificados	2.410,29	18.019,22
Total	303.344,45	316.533,29

A rubrica “Impostos” refere-se essencialmente ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) do exercício de 2024 a pagar em 2025 no montante de 262.777 euros.

O valor evidenciado em “Outros Gastos” inclui:

- (i) A rubrica “Correções de exercícios anteriores”, no montante de 28.555 euros refere-se essencialmente a trabalhos realizados em anos anteriores no montante de 27.587 euros;
- (ii) A rubrica “Quotas” no montante de 5.318 euros referente às entidades:
 - WUWM – World Union of Wholesale Markets;
 - A2S – Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia;
 - Associação 5 ao Dia;
 - Bombeiros Voluntários do Zambujal.

- (iii) A rubrica “Outros não especificados”, no montante de 2.410 euros, refere-se essencialmente a:
- indemnizações de sinistros, no montante de 2.371 euros.

25.2. Decomposição da rubrica de “Aumentos/Reduções de justo valor” conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fundo Compensação do Trabalho (FCT)	0,00	117,90
Total	0,00	117,90

No cumprimento do disposto na Lei n.º 70/2013 de 30 de agosto, foi constituído o FCT - Fundo de Compensação do Trabalho, de caráter obrigatório para os contratos de trabalho celebrados desde 1 de outubro de 2013.

Com a publicação do Decreto-Lei nº 115/2023 de 15 de dezembro, cessa em definitivo a obrigatoriedade de efetuar entregas para o FCT.

25.3. Decomposição da rubrica de “Outros rendimentos” conforme quadro seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outros rendimentos		
Rendimentos suplementares	48.614,64	46.748,97
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	19.438,55	22.735,86
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	447,15	307,40
Outros		
Correções de exercícios anteriores	49.173,09	20.264,21
Excesso da estimativa para impostos	50.335,01	0,00
Imputação de subsídios para investimento	391.854,48	391.854,48
Outros não especificados	1.790,25	8.132,35
Total	561.653,17	490.043,27

A rubrica “Rendimentos suplementares”, no montante de 48.614,64 euros, inclui essencialmente:

- A faturação emitida à SIMAB, S.A. e à Associação 5 ao dia, nos montantes de 39.526 euros e 120 euros, respetivamente (Notas 6.3 e 6.4);
- O rendimento resultante do aluguer de equipamento às empresas do grupo (SIMAB, MARB, MARÉ e MARF), no montante de 8.968 euros.

A rubrica “Rendimentos nos restantes ativos financeiros”, no montante de 19.438 euros, inclui:

- O montante de 4.303 euros referente a juros previstos no adicional ao contrato com a MARL Energia;
- O montante de 15.134 euros referentes a juros de mora.

A rubrica “Correções de exercícios anteriores”, no montante de 49.173 euros, refere-se a:

- Reconhecimento do valor da taxa de acesso do edifício A14.1, no montante de 36.783 euros;
- Correções diversas, no montante de 12.389 euros.

A rubrica “Excesso da estimativa para impostos”, no montante de 50.335 euros deveu-se a aplicação do benefício fiscal ICE (Incentivo à Capitalização das Empresas).

A rubrica “Imputação de subsídios para o investimento”, no montante de 391.854,48 euros, refere-se ao reconhecimento de subsídios ao investimento do PROMAB e FEE concedidos à sociedade, a fundo perdido (Nota 18).

A rubrica “Outros não especificados”, no montante de 1.790 euros, inclui essencialmente:

- (i) O montante de 1.550 euros referente penalidades contratuais.

25.4. Gastos / reversões, depreciações e amortizações

O detalhe da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” é conforme se segue:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativos intangíveis	29.474,20	27.606,60
Ativos fixos tangíveis	3.789.625,30	3.656.394,12
Total	3.819.099,50	3.684.000,72

25.5. Juros e gastos similares suportados

Os juros e gastos similares suportados, são detalhados conforme se segue:

Juros e gastos similares		31/12/2024	31/12/2023
Juros com financiamentos obtidos	Empréstimos obtidos	219.008,43	277.481,47
	Acionista	4.904,82	61.378,12
	Subtotais	223.913,25	338.859,59
Juros com Papel Comercial	BPI	25.969,32	68.722,39
	SANTADER	0,00	.0,00
	Subtotais	25.969,32	68.722,39
Outros gastos e perdas de financiamento	Comissões	16.099,16	24.648,66
	Imposto do Selo	1.307,65	1.387,19
	Subtotais	17.406,81	26.035,85
Totais		267.289,38	433.617,83

Os encargos financeiros fixaram-se, no final do ano de 2024, em 267,3 milhares de euros, o que representa uma redução de 166,3 milhares de euros (-38,4%%), face a 2023, refletindo a redução da dívida financeira e a eliminação gradual de passivo financeiro mais oneroso, mantendo apenas o financiamento do BEI em condições bastante mais favoráveis que o mercado.

NOTA 26 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

- (i) A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80 de 7 de novembro.
- (ii) Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-lei nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.
- (iii) Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artº 397º do CSC (Negócios entre os Administradores e a sociedade), pelo que nada há a indicar para efeitos do nº 5, alínea e) do Artº 66º do CSC.

(iv) Relativamente ao Artº 66º-A do CSC, devemos informar que:

- Não existem quaisquer operações, comerciais ou financeiras, não incluídas no balanço;
- Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas referem-se a Revisão Legal de Contas, conforme quadro seguinte:

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	31/12/2024	31/12/2023
	Honorários faturados	Honorários faturados
Revisão legal das contas	9.675,00	9.674,75
Totais	9.675,00	9.674,75

NOTA 27 – OUTRAS INFORMAÇÕES

27.1. Divulgações de natureza não contabilística

27.1.1. Garantias prestada a terceiros

Em 31 de dezembro de 2024, a empresa tinha prestado garantias bancárias a terceiros, como segue:

Entidade Beneficiária	Tipo de Garantia	Objeto	Data de Emissão	Valores
Repsol, Lda	Bancaria - CGD	caucionar o bom pag.debitos de transações	13/10/2000	2.000,00
Banco Comercial Português	Livrança (a)	Crédito por Descoberto (Grupado)	23/05/2016	.0,00
Total				2.000,00

(a) Livrança em branco a preencher pela entidade bancaria pelo montante em dívida, composto por capital, despesas, juros e demais encargos apurados na data de incumprimento.

27.1.2. Garantia prestada ao Banco Europeu de Investimento (BEI)

No âmbito do contrato de financiamento realizado entre o Banco Europeu de Investimento (BEI) e a sociedade, celebrado em 8 de outubro de 2001, foi concedida garantia pessoal do Estado ao cumprimento das obrigações de capital e juros resultantes do referido contrato, formalizado por Contrato de Fiança realizado entre o BEI e a República Portuguesa em 8 de setembro de 2011, e por Aditamento ao Contrato de Financiamento realizado entre o BEI e a MARL, S.A., nessa mesma data.

Esta fiança foi prestada ao abrigo da Lei nº 112/97, de 16 de setembro, sendo concedida pelo prazo de quinze anos, contados a partir de 8 de outubro de 2011, tendo sido fixada uma comissão de garantia de 0,2% ao ano.

27.1.3. Garantias sobre terceiros

Em 31 de dezembro de 2024, a empresa detinha as seguintes garantias bancárias e livrança sobre terceiros, referentes à caução do bom e integral cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de utilização de espaços no MARL:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
MARL Energia, Lda	Contrato utilização espaço para Central Fotovoltaica	Livrança	500.000,00
HYPESOLAR FANHÕES, LDA.	Garantia do integral e tempestivo cumprimentos obrig.direito superfície	Livrança	50.000,00
HYPESOLAR SACAVÉM, LDA.	Garantia do integral e tempestivo cumprimentos obrig.direito superfície	Livrança	50.000,00
Total			600.000,00

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
CEMG	Cauções contratuais	Bancaria - MG	24.353,81
Figueira, Lda	Cauções contratuais	Bancaria - BES	36.134,00
Repsol, Lda	Cauções contratuais	Bancaria - Millennium BCP	14.963,94
Torrestir, S.A.	Cauções contratuais	Bancaria - BPI	15.400,00
Total			90.851,75

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor
Electrolimpa	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução - COSEC	100.000,00
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício CTT Expresso	Bancaria - Banco Popular	3.800,00
Electrolimpa Sul, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução - AXA	29.919,60
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício CTT Expresso	Bancaria - Banco Popular	3.655,69
JCDcaux, S.A	Contrato de Prestação de Serviços de Mobiliário Urbano	Bancaria - SANTANDER	59.324,52
Sotecnisol	Reabilitação das Coberturas dos Edifícios A03, A07 e A09 no MARL	EUROBIC	5.186,50
Redecor, S.A.	Empreitada de Reparação do Pavimento do Pavilhão do Pescado R07	Bancaria - Banco BIC	1.659,15
Sotecnisol	Reabilitação da Cobertura do Edifício B2	Bancaria - Banco BIC	376,30
Sotecnisol	Reabilitação da Cobertura do Topo Norte do Pavilhão R02	Bancaria - Banco BIC	625,44
UNNISA, SA	EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO ESPAÇO COMERCIAL N00208 - GEC8	Bancaria - SANTANDER	2.698,75
UNNISA, SA	Empreitada de Reparação do Pavilhão do Pescados Pavilhão R07	Bancaria - SANTANDER	2.394,81
SOTECNISOL SA	Reabilitação de Coberturas no MARL	Bancaria - EUROBIC	4.885,95
UNNISA, SA	Empreitada de Reparação de Fachadas do Pavilhão R07	Bancaria - SANTANDER	8.944,79
SOTECNISOL SA	Reparação do Reservatório - Célula 2	Bancaria - EUROBIC	3.028,33
CPW ENGENHARIA, LDA	Empreitada de Reabilitação da Cobertura dos Pavilhões R02, R04, R07	Deposito Caução - CGD	3.069,64
M.C.SILVA, LDA	Empreitada de Reabilitação do Sistema de Drenagem e Vedações	Deposito Caução - BPI	1.837,92
PRESENTAROUND, LDA	Empreitada de Conceção e Execução de Armazém p/Prest.Serv.	Deposito Caução - BPI	4.446,00
UNNISA, SA	Empreitada de Reparação Fachadas Pavilhão R07	Bancaria - BST (Reforço)	214,00
SOTECNISOL, SA	Empreitada de Reabilitação de Coberturas dos Edifícios	Bancaria - Eurobic	481,86
ALFERPAC, SA	Trabalhos Complementares Empreitada Reparação PT'S	APOLICE SEGURO - Cossec	5.170,31
ENVIMAN LDA	Prestação de Serviços Manutenção de Equipamentos e Instalações do MARL	Bancaria - NB	17.760,00
LUSÁGUA	Prestação de Serviços de Limpeza Exterio e Remoção de Resíduos Sólidos	Bancaria - CGD	64.500,00
UNNISA, SA	Empreitada de Pavimentação, Marcação e Numeração dos Espaços Pav. A03	Bancaria - SANTANDER	2.226,16
SOTECNISOL, SA	Empreitada de Reabilitação de Coberturas dos Edifícios	Bancaria - Eurobic	2.721,53
IBERLIM, SA	Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Bancaria - NB	32.798,48
UNNISA, SA	Reabilitação das Fachadas do Edifício NAC	Bancaria - SANTANDER	6.989,73
UNNISA, SA	Reabilitação da Galeria Exterior do Piso 2 do Edifício NAC	Bancaria - SANTANDER	2.272,43
UNNISA, SA	Empreitada de Reabilitação Edifício C1	Bancaria - SANTANDER	16.434,59
UNNISA, SA	Empreitada de Reabilitação Edifício C1	Bancaria - SANTANDER (Adic.)	1.554,23
ARQUIRENOVA, LDA	Empreitada de reabilitação do NAC	Guia de Deposito - CGD	5.197,47
NOITE E DIA VIGILANCIA, LDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA	APOLICE SEGURO - Altradius	32.696,68
DST SOLAR, SA	EMPREITADA DE INSTALAÇÃO DE 5 UPAC'S	Bancaria - BPI	4.184,90
UNNISA, SA	EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DE CONDUTAS E TRABALHOS ACESSÓRIOS	Bancaria - SANTANDER	2.796,34
Total			433.852,10

27.1.4. Proposta de aplicação de resultados ou, se aplicável, a aplicação dos resultados:

O Conselho de Administração da MARL, SA propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2024, no montante de 5 638 886,17 euros (cinco milhões, seiscentos e trinta e oito mil, oitocentos e oitenta e seis euros e dezassete cêntimos) tenha a seguinte distribuição:

- 563.888,62 euros (quinhentos e sessenta e três mil, oitocentos e oitenta e oito euros e sessenta e dois cêntimos) sejam transferidos para Reservas Legais, correspondente a 10%, nos termos da al. a) do artigo 18.º dos estatutos da sociedade;

- 5.074.997,55 euros (cinco milhões, setenta e quatro mil, novecentos e noventa e sete euros e cinquenta e cinco cêntimos) sejam mantidos em Resultados Transitados.

Não se propõe a distribuição de lucros, dada a necessidade de reforçar o autofinanciamento da empresa.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração da MARL, S.A.

Alfredo José Dinis do Vale Barbosa

Jorge Proença dos Reis

Rita Margarida Ribeiro e Roda Godinho Saraiva

Carla Isabel Marcelo de Matos Bandeirinha Tamagnini

Luis Alexandre Gorjão Henriques de Carvalho e Rego

Luis Manuel dos Santos Matias

São Julião do Tojal, 17 de março de 2024



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA** (Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 111.058.723,08 euros e um total de capital próprio de 91.787.695,77 euros, incluindo um resultado líquido de 5.638.886,17 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “*Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Viseu, 18 de março de 2025

O Revisor Oficial de Contas

A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda

Representada por Ricardo Jorge Pinto Dias, ROC n.º 1819

Registado na CMVM com o n.º 20170008



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as demonstrações financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração do **MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA**, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- No âmbito do disposto na alínea b) do n.º1 do art.º 420º do Código das Sociedades Comerciais atento o solicitado pela Direção do Tesouro e Finanças no seu ofício "SAI_DGTF/2025/255 de 24/02/2025", confirmamos tanto quanto é do nosso conhecimento que o MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA, deu cumprimento à generalidade das orientações legais vigentes para o Setor Empresarial do Estado, designadamente as relativas às remunerações vigentes em 2024.

Excetua-se do anteriormente referido o não cumprimento dos seguintes indicadores:

- i) No que respeita às metas a atingir constantes no PAO 2024 assinala-se: a) o desvio desfavorável no volume de negócios; b) o reduzido grau de execução dos investimentos. Estas situações são justificadas no ponto 1 da "Parte II do Relatório e Contas - Cumprimento das Orientações Legais";
- ii) Relativamente ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, verifica-se que o MARL, SA, não mantém a totalidade das suas disponibilidades e aplicações financeiras junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP (IGCP, E.P.E.), tendo obtido autorização do IGCP através do Despacho n.º 0299/2024, de 26 de novembro, para a dispensa parcial de tal obrigação em 2024 e 2025 relativamente aos valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, dos valores inerentes aos empréstimos bancários contraídos (valores estritamente necessários para o serviço do empréstimo) e das garantias bancárias que não possam ser substituídos por depósitos caucionados. Apesar de não terem sido gerados quaisquer rendimentos no exercício em violação do referido preceito, recomenda-se o integral cumprimento da obrigação a que a empresa se encontra sujeita. Esta situação é justificada no ponto 17 da "Parte II do Relatório e Contas - Cumprimento das Orientações Legais".



- No âmbito do disposto no nº2 do art.º 54.º do Decreto – Lei nº 133/2013, de 2 de outubro, procedemos à apreciação do Relatório de Governo Societário emitido pelo Conselho de Administração do MARL – Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, SA, em cumprimento do nº1 do referido articulado.

Da apreciação efetuada, concluímos que o Relatório de Governo Societário:

- Apresenta informação anual, verdadeira e completa sobre as matérias referentes às práticas de bom governo constantes do Capítulo II do referido diploma legal, detalhando tais matérias de forma adequada às características da sociedade.
- Encontra-se estruturado de acordo com o Manual emitido para o efeito pela Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial (UTAM) e divulga: i) um sumário executivo; ii) a missão, objetivos e políticas da Empresa; iii) estrutura de capital; iv) participações sociais e obrigações detidas; v) órgãos Sociais e comissões; vi) organização interna; vii) remunerações; viii) transações com partes relacionadas e outras; ix) análise de sustentabilidade da entidade nos domínios económico, social e ambiental; x) avaliação do Governo Societário; xi) anexos.
- O Relatório do Governo Societário carece de aprovação da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial (UTAM).

- Verificámos a adequabilidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas, colaboradores da sociedade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



- (a) A proposta de aplicação de resultados cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Viseu, 18 de março de 2025

O Fiscal Único

A. Figueiredo Lopes, M. Figueiredo & Associados, SROC, Lda

Representada por Ricardo Jorge Pinto Dias, ROC n.º 1819

Registado na CMVM com o nº 20170008